

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM – DOUTORADO**

QUITÉRIA CLARICE MAGALHÃES CARVALHO

**MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOB PROTEÇÃO
DO ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA**

FORTALEZA

2010

QUITÉRIA CLARICE MAGALHÃES CARVALHO

**MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOB PROTEÇÃO DO
ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Farmácia Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Enfermagem.

Área de Concentração: Enfermagem na Promoção da Saúde.

Linha de Pesquisa: Enfermagem e as Políticas e Práticas de Saúde

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Violante Augusta Batista Braga

FORTALEZA

2010

QUITÉRIA CLARICE MAGALHÃES CARVALHO
**MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOB PROTEÇÃO DO ESTADO: UMA
APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Farmácia Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Enfermagem. Área de Concentração: Enfermagem na Promoção da Saúde.

Aprovada em 16/11/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Violante Augusta Batista Braga
Universidade Federal do Ceará – UFC
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria de Nazaré de Oliveira Fraga
Universidade Federal do Ceará – UFC
1º membro efetivo

Prof^a. Dr^a. Ana Karina Bezerra Pinheiro
Universidade Federal do Ceará – UFC
2º membro efetivo

Prof^a. Dr^a. Marli Tesinha Gimenez Galvão
Universidade Federal do Ceará – UFC
3º membro efetivo

Prof^a. Dr^a. Mirna Albuquerque Frota
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
4º membro efetivo

Prof^a. Dr^a. Maria Dalva Santos Alves
Universidade Federal do Ceará – UFC
Membro suplente

Prof^a. Dr^a. Míria Conceição Lavinias Santos
Universidade Federal do Ceará – UFC
Membro suplente

Este estudo contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior- CAPES

DEDICATÓRIA

Doçura, alento, bálsamo, contentamento, personificação da minha felicidade. Chegastes iluminando minha vida, me tornastes melhor, me mostrastes que outrora eu não amava, fizestes do meu coração tua morada. Por você acordo toda manhã na certeza de encontrar em teu sorriso, a mais bela face da vida. Te amo filha, minha Thayná.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado vida, saúde, minha rocha e minha fortaleza, meu refúgio a quem entrego minha vida pessoal e profissional. Com os olhos da fé, posso contemplar o teu amor e zelo pela minha vida, e por isso a cada dia te amo mais e mais.

À minha mãe Socorro, exemplo de bondade sempre presente na minha vida, seu carinho me faz bem, sua perseverança me faz forte.

Ao meu pai João, pela emoção de olhar em seus olhos, e sem uma palavra, entender o quão grande é o seu amor por mim. Obrigada, meu pai.

Ao meu esposo Marcelo, pelo amor, companheirismo e cumplicidade, sempre presente em todos os momentos. Durante as minhas vitórias admirei com emoção seus aplausos, e nas derrotas, sua mão sempre estendida.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Violante Augusta Batista Braga, presente nesse processo de crescimento pessoal e profissional, muitas vezes relevou meus momentos de ansiedade e conduziu de forma centrada e eficiente meu caminhar.

À prof.^a Dra. Maria Vera Lúcia Leitão Cardoso, por prontamente intervir junto ao meu orientador português. Você é um exemplo de força, determinação. Quando nos encontramos no residencial Ilha de Vera Cruz, não foi por acaso. Deus sabia o quanto essa aproximação seria importante, pois seu exemplo me motivou a alçar voo.

Ao meu co-orientador Dr. Wilson Abreu, da Escola Superior de Enfermagem do Porto – Portugal, por me perceber além de uma orientanda, mas, alguém que estava longe da família, amigos e pátria.

À professora Prof.^a Dra. Mirna Albuquerque Frota. Apesar da distância imposta pelo cotidiano, você está em minhas lembranças como a pessoa que me apresentou ao mundo da pesquisa.

A todas as professoras do Departamento de Enfermagem, em Especial às professoras: Dr.^a Marli Teresinha Gimenez Galvão, um anjo colocado em meu caminho, que me acolheu durante meu mestrado. Dr.^a Maria de Nazaré de Oliveira Fraga, pelas suas considerações minuciosas e coerentes durante a qualificação do projeto que originou este trabalho. Dr.^a Ana Karina Bezerra Pinheiro, seu espírito jovial e competência servem de exemplo para quem quer trilhar o caminho da docência.

A Maria do Céu, obrigada por suas correções. Nossas conversas paralelas me fazem bem à alma.

A todas as funcionárias da Casa do Caminho, em especial a Djanira, Jaqueline e Olga.

Ao casal João e Leda, que mesmo sem me conhecer, abriram as portas do seu lar e me acolheram em Portugal.

A Dr.^a Teresa Vieira da Silva, Coordenadora da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero, de Porto Portugal, pela generosa doação de livros, inquéritos e manuais que contribuíram para o enriquecimento desse trabalho.

HOMENAGEM ESPECIAL

A todas as mulheres, que participaram do estudo, que contribuíram para a concretização desse sonho, confiaram em mim a ponto de revelarem feridas do corpo e da alma. Quero acreditar que elas têm a possibilidade de uma vida menos dolorosa e mais digna.

Sonho impossível

Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer
O inimigo invencível
Negar
Quando a regra é vender
Sofrer
A tortura implacável
Romper
A incabível prisão
Voar
Num limite improvável
Tocar
O inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão
(Chico Buarque)

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOB PROTEÇÃO DO ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA

RESUMO

A violência é um fenômeno dominante na história da humanidade desde tempos remotos. Ao enfatizarmos a violência interpessoal, destacamos a mulher como um das principais vítimas, e a violência conjugal como a modalidade mais praticada. Esse fenômeno se entrecruza com gênero, subjetividade, assimetria social, dimensões culturais e políticas. Dessa forma, sob o pressuposto de existir um hiato entre as propostas da política de abrigo e a forma como ela está sendo executada. Defendemos a tese: o Estado, representado pelo dispositivo casa-abrigo, assiste a mulher submetida à violência conjugal por meio de ações de proteção física e jurídica, mas com pouco impacto no processo de reinserção social das abrigadas. Portanto, tivemos como objetivo geral: compreender a vivência da mulher relacionada com o violência doméstica e com o abrigo institucional. Objetivos específicos: apreender o modo como vivencia a violência e a passagem pela casa-abrigo; identificar ações desenvolvidas pela instituição durante o abrigo na perspectiva das diretrizes e objetivos da política de abrigo. Estudo descrito, com abordagem qualitativa, pautado nos princípios da hermenêutica filosófica, por percebemos que o fenômeno da violência, suas vítimas e seu entorno fazem parte de um universo subjetivo e complexo. O cenário da pesquisa foi uma Organização Governamental (casa-abrigo), mantida pelo governo do Estado do Ceará. Como participantes contamos com 10 mulheres abrigadas no período da coleta de dados, ocorrida nos meses de setembro de 2009 e fevereiro de 2010. Os dados foram produzidos por meio de entrevista semiestruturada e oficinas temáticas. Conforme os resultados mostram, o fenômeno da violência sempre esteve presente de forma intensa na vida das abrigadas. Na tenra idade, os agressores eram pais, mães, irmãos, padrastos e madrastas, com justificativas que variam de “educar” a punir. Já na fase adulta, a modalidade mais frequente é a violência conjugal, exercida de forma física, psicológica e sexual. São mulheres de baixa renda, baixa escolaridade, a maioria é doméstica/dona de casa. Relatam histórico de ideia suicida, queixas somáticas, revolta, depressão e temor. Romperam a relação violenta por medo de serem assassinadas por seus companheiros. Esse rompimento deu-se após inúmeras manifestações de ações de extrema violência por parte do agressor. A passagem pela casa-abrigo representa um período de isolamento agravado pelo ócio diário. Gostariam de aproveitar o tempo na casa-abrigo para fazerem cursos, capacitações, se alfabetizarem, terem momentos de lazer, entre os quais ir à igreja, vivenciarem oportunidades antes inexistentes. Para elas a única diversão é ver a programação nos canais de TV. Ao nos aproximarmos da realidade de mulheres vitimadas pela violência conjugal, usuárias da casa-abrigo, evidenciamos a lacuna entre diretrizes, objetivos e ações programáticas da política de abrigo, e como ela é aplicada na prática das suas abrigadas. A exequibilidade das nossas políticas tem se tornado conhecida e aclamada até mesmo pelos pouco politizados. Não podemos permitir que esse modelo político continue comprometendo vidas, sonhos, esperanças. Urge uma reflexão coletiva acerca do que queremos e o que temos em nosso panorama político. Essas mulheres, assim como muitos brasileiros atingidos por políticas limitadas e ineficientes, merecem a oportunidade de uma vida melhor, alimentada pelo sonho de ter sua cidadania respeitada e a satisfação de realizá-lo.

Descritores: Violência contra a mulher; Política; Abrigo; Enfermagem.

THE WOMEN VICTIMS OF VIOLENCE UNDER THE STATE PROTECTION: A HERMENEUTICS APPROACH

ABSTRACT

Violence is a dominant phenomenon in human history since ancient times. When emphasizing interpersonal violence we highlight the woman as one of the main victims, and the marital violence as the most practiced. This phenomenon intersects with gender, subjectivity, social asymmetry, cultural and political dimensions. Thus, under the assumption of a gap between the policy proposals of sheltering and how it is being executed. We defend the argument that the State, represented by the device safe house, assists the women subjected to domestic violence primarily through actions of physical and legal protection, but with little impact on the process of social reintegration of the sheltered. Therefore, we had as a general objective: to understand the experience of women related to domestic violence and the institutional sheltering. Specific objectives: learning how to experience the violence and the passage by the shelter home, identify actions taken by the institution for sheltering in anticipation of the guidelines and objectives of the policy of sheltering. Described study with a qualitative approach, based on the principles of philosophical hermeneutics, for realizing that the phenomenon of violence, its victims and its surroundings are part of a subjective and complex universe. The study setting was a Governmental Organization (shelter home), maintained by the state government of Ceará. We had, as participants, 10 housed women in the data collection period, which occurred in September 2009 and February 2010. The data were collected through semi-structured interviews and workshops. As the results show, the phenomenon of violence was always present intensely in the sheltered life. At the tender age, the perpetrators were fathers, mothers, brothers, stepfathers and stepmothers, with explanations ranging from "educating" to punish. In the adult stage, the most frequent modality is marital violence, exercised physically, psychologically and sexually. They are women of low income, low education, most are domestic / housekeeper. They report a history of suicidal idea, somatic complaints, anger, depression and fear. They broke the violent relationship for fear of being murdered by their companions. This rupture occurred immediately after countless manifestations of shares of extreme violence by the aggressor. The passage by the shelter home represents a period of isolation compounded by the daily lack of entertainment or occupation. According to reports, people would like to spend time at the shelter home to do courses, training, become literate, have leisure time, including going to church, experiencing opportunities which did not exist before. The only fun for them is to see programs on TV channels. As we approached the reality of women victimized by domestic violence, users of the shelter home, we noted the gap between guidelines, objectives and programmatic actions of the policy of sheltering, and how it is applied in practice to their sheltered. The feasibility of our policies has been known and praised even by the less politicized. We can not allow this model to continue committing political lives, dreams, hopes. Its necessary a collective reflection on what we want and what we have in our political landscape. These women, like many Brazilians assisted by limited and inefficient political actions, deserve the opportunity for a better life, fueled by the dream of having their citizenship respected and the satisfaction of making this dream became true.

Keywords: Violence against women; Politics; Temporary Sheltering, Nursing.

Lista de Siglas

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CAPES - Coordenadoria da Capacitação de Recursos Humanos
CE - Comissão Europeia
CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CITE - Comissão Para Igualdade no Trabalho e no Emprego
CNPM - Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CMM - Conferência Mundial sobre as Mulheres
DEAMs - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DF - Distrito Federal
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
GF - Governo Federal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JECRIM - Juizados Especiais Criminais
LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
NEIMUFB - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONGs - Organizações não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNEVM - Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
PNCVD - Plano Nacional contra a Violência Doméstica
PNCV - Plano Nacional de Combate a Violência Doméstica
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA - Plano Plurianual
RAMV - Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência.
SAS - Secretaria de Ação Social
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SM - Saúde das Mulheres
SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SINE/CE - Sistema Nacional de Emprego do Ceará
TCCE - Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia
EU - União Europeia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UNESCO - Organização para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO

SUMÁRIO

Lista de Siglas.....	xiii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1 Contextualização da violência, da dominação masculina e de gênero.....	21
2.2 O Brasil no combate à violência contra a mulher:	
políticas públicas e ação do Estado.....	27
2.2.1 Panorama político brasileiro de combate à violência contra a mulher:	
estratégias e prioridades.....	29
2.3 Instituição total: uma aproximação conceitual	38
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	43
3.1 Natureza da pesquisa.....	43
3.2 Cenário da pesquisa.....	47
3.3 Sujeitos da pesquisa.....	49
3.4 Procedimentos para produção de dados de pesquisa.....	49
3.4.1 Fase 1 - Observação das pesquisadoras: uma construção através do olhar atento.....	49
3.4.2 Fase 2 - Entrevistas: a conversação como produção e compreensão hermenêutica.....	49
3.4.3 Fase 3 - Oficinas: grupo como espaço de expressão e sentidos.....	51
3.4.4 Fase 4 - Estudo documental: uma aproximação teórico-reflexiva.....	55
3.5 Análise dos dados.....	55
3.6 Aspectos éticos na pesquisa com seres humanos.....	58
4. RESULTADOS E ANÁLISES.....	68
4.1 COMPREENDENDO O DISCURSO DAS MULHERES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA.....	59
4.1.1 A Instituição Casa-abrigo: sua estrutura e dinâmica de funcionamento.....	59
4.1.2 Apresentando as mulheres.....	61
4.1.2.1 Guerreiras e cangaceiras: as mulheres do estudo.....	63
4.2 Análise hermenêutica dos discursos: dando voz às mulheres.....	66
• CATEGORIA 1: DESVELANDO AS FACES DA VIOLÊNCIA.....	67
Subcategoria: Faces da Violência Intrafamiliar.....	67
Subcategoria: Vivência da Violência Conjugal.....	76
• CATEGORIA 2: ROMPENDO O CICLO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	80
Subcategoria: A Denúncia Motivada pelo Medo de ser Assassinada.....	81
Subcategoria: Da Paixão ao Ódio e Revolta.....	83

• CATEGORIA 3: CONSEQUÊNCIAS DEIXADAS PELA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	85
Subcategoria: Feridas da Alma.....	87
Subcategoria: Consequências na Família: Fragmentação.....	90
• CATEGORIA 4: A MULHER REVELANDO-SE EM FORMAS, TONS E FALAS: Oficinas denotando sentidos.....	95
Subcategoria: A Mulher que sou Hoje.....	96
Subcategoria: A Mulher Abrigada.....	99
Subcategoria: A Mulher Projeta Fora da Casa-Abrigo.....	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

*Mariquinha, Dadá, Cristina, Inacinha, Adelaide,
Maria Bonita, Naninha, Lili, Dulce, Catarina,*

1 INTRODUÇÃO

*Sou da labuta, sou de luta,
mesmo que nos novos tempos nos traíam como Judas,
mesmo que finjam que não nos veem,
estarei ali ou onde estiver, de corpo ereto,
inteira, pronunciando versos e eles versando sobre o
poder, mesmo assim tenho esse mantra em meu coração
"nunca me verá caída ao chão"
(Esmeralda Ribeiro)*

Em pleno século XXI ainda vivemos uma crise em face da ausência do cumprimento de promessas como igualdade, fraternidade, liberdade, solidariedade e paz. Estamos reféns de elementos dominantes na sociedade “moderna,” entre os quais podemos citar: aquecimento global, desemprego, corrupção, assimetria social, urbanização e violência.

A violência é um fenômeno sempre presente na história da humanidade desde tempos remotos. Em suas escrituras, a bíblia sagrada, considerada por muitos, como norte para uma vida cristã de retidão, narra história de violência, na qual Caim, motivado pelo ciúme e inveja, mata seu irmão Abel sem lhe oferecer chances de defesa. Medeiros (2005) afirma que a violência não compõe a natureza humana, é um fenômeno de complexidade biopsicossocial, cujo espaço de desenvolvimento é a vida em sociedade. Dessa forma, passa a ser um comportamento aprendido e internalizado culturalmente. Nessa perspectiva, devemos estar atentos para não naturalizarmos a violência, justificando-a como fator inerente ao ser humano.

De acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde, a violência é classificada como autoinfligida, coletiva e interpessoal. A autoinfligida é subdividida em tentativa de suicídio e abusos autoinfligidos, estando as automutilações incluídas nesse tipo de violência. A violência coletiva é constituída pelo uso de instrumentos por pessoas que pertencem a grupos, contra outros grupos ou indivíduos, geralmente com objetivos políticos, econômicos e sociais. Quanto à violência interpessoal, é composta de duas categorias - familiar e conjugal - ocorrentes entre membros da família ou cônjuges, tendo seu espaço no lar (OMS, 2003).

Ao enfatizarmos a violência interpessoal, destacamos a mulher como um dos principais componentes familiares atingidos. Segundo definido pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificada

pelo Brasil em 1995, a violência contra a mulher é definida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (CAMPOS, 2003)

De modo geral, a mulher sempre foi alvo de diversas formas de violência, cada uma delas com suas particularidades e tempo histórico. O espaço doméstico mostra-se terreno fértil para a manutenção de tal fenômeno.

Conforme dados da Organização Mundial da Saúde, publicados em 2005, uma em cada seis mulheres no mundo sofre violência doméstica (OMS, 2003). Dos casos envolvendo violência física, 60% foram cometidos por seus maridos ou companheiros. De acordo com balanço de denúncias à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no Brasil em 2007 foram feitos 20.385 registros de violência praticada contra a mulher. Destas, 94% estavam relacionadas à violência doméstica e familiar; em 73% dos casos o perpetrador era cônjuge da vítima; 59% dos registros de denúncia informaram que a frequência com que a violência ocorre é diária e 70% das mulheres que denunciaram os atos violentos relataram estar correndo risco de espancamento ou morte (BRASIL, 2007).

Ainda no Brasil, a Fundação Perseu Abramo realizou um estudo no qual foram entrevistadas 2.502 mulheres em 187 municípios brasileiros. Como revelaram os resultados, uma em cada cinco brasileiras, declararam já ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem. Com base nos dados, estima-se que por ano 2,1 milhões de mulheres já foram espancadas no país; 175 mil por mês, 243 por hora, quatro em um minuto e uma a cada quinze segundos (DINIZ, SILVEIRA, MIRIM, 2006).

Diante das variadas formas de violências perpetrada contra a mulher, achamos necessário um esclarecimento sobre suas diferentes formas: violência doméstica é definida como ações violentas cujo alvo são pessoas que pertencem ao mesmo espaço doméstico; violência familiar se refere a condutas violentas entre pessoas da mesma família; violência conjugal é aquela praticada entre cônjuges ou parceiros íntimos, considerada como abuso perpetrado por um dos membros do casal sobre o outro (DUARTE, 2002).

No intuito de resguardar e proteger essa clientela, em agosto de 2006, o presidente do Brasil sancionou-se a Lei nº 11.340/06, conhecida também como Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em setembro do mesmo ano. É a primeira lei no Brasil que trata especificamente da violência doméstica contra a mulher, traz inovações

legais importantes, explicita as formas de violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Como evidenciado, a inclusão de danos morais e psicológicos na referida lei, representa um grande passo em virtude de dois aspectos. Primeiro, pelo reconhecimento do impacto da violência física e sexual na saúde mental das vítimas, elemento de relevante subjetividade e difícil mensuração. Segundo, por identificar a violência psicológica em si, ampliando o conceito de violência para além das manifestações físicas (BRASIL, 2007).

As formas de violência mencionadas tem elementos constitucionais em comum, e são classificadas de acordo com a natureza dos atos. Por se tratar de um tema passível de nos remeter a uma pluralidade conceitual em face da gama literária que aponta para a temática, a seguir, adotamos a classificação dos atos violentos definida pela Lei Maria da Penha em seu Capítulo II art. 7º (BRASIL, 2004).

Na citada lei, violência física é considerada toda ação que comprometa a integridade ou saúde corporal da mulher; violência psicológica se concretiza a partir de qualquer conduta que cause dano emocional e depreciação da autoestima, ou que lhe ofenda ou perturbe o pleno desenvolvimento, que objetive degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, perseguição, insulto, chantagem, exploração e anulação do direito de ir e vir.

No tocante à violência sexual, pode ser definida como ações que possam coagir a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual indesejada, por meio de intimidação, ameaça, coação ou força; que favoreça a comercialização ou utilização, de qualquer modo, da sua sexualidade, que a impeça de usar métodos contraceptivos ou que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; ou anule seus direitos sexuais e reprodutivos.

No referente à violência patrimonial, diz respeito à retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, equipamentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos financeiros. E finalmente a violência moral, a qual se concretiza a partir da configuração de atos que representem calúnia, difamação ou injúria à mulher.

De acordo com a OMS, as mulheres vítimas da violência costumam apresentar maiores riscos para sofrer episódios de depressão, ansiedade e fobias do que as mulheres que não sofrem nenhum tipo de abuso (KRUG; DALBERG, 2002). Essas mulheres constituem uma grande demanda nos serviços de saúde. Conforme Schraiber

(2002), a situação de violência leva a um sofrimento crônico, que parece impossibilitar a mulher de cuidar de si. Essas mulheres acabam sendo rotuladas como poliqueixosas, somatizadoras.

Se não forem abordados de forma integral, os consequentes processos patológicos, associados às ações de violência e ao sofrimento psicoemocional, resultam em casos de difícil solução. Villela (2003) complementa, ainda, que tendemos a considerar somente as consequências físicas da violência, não atribuindo o mesmo estatuto às marcas deixadas na moral ou psique.

Nesse contexto e modalidades de violências às quais a mulher é considerada vulnerável, destacamos a violência conjugal, pela relação de afetividade entre vítima e agressor, pelos danos que pode causar à saúde das vítimas, pelo foro íntimo, porquanto acontece na privacidade do lar, o que possibilita a existência de um “muro” de silêncio mantido por todos os envolvidos, favorecendo a manutenção do ciclo da violência.

A violência conjugal praticada contra mulheres, fenômeno de visível cronicidade nos diversos momentos históricos, aponta para uma figura feminina vulnerável a toda sorte de agressões. A nosso ver, esta face da violência representa uma ideologia que concebe as mulheres como indivíduos inferiores, por meio das diferenças de gênero, transformadas em desigualdades hierarquizadas.

A princípio a expressão "gênero" foi utilizada praticamente como sinônimo de "mulher". Como enfatiza Simião (2000), tal termo originou-se do universo acadêmico e foi incorporado por diversas disciplinas, recebendo vertentes diferentes em cada uma delas. Antropólogos, sociólogos, psicólogos, cientistas políticos atribuíram semânticas diversificadas ao conceito.

Neste sentido, Costa (1994) cita diferentes leituras feitas da interpretação de gênero: gênero como variável binária; gênero como papéis sexuais dicotomizados; gênero como uma variável psicológica; gênero como tradução de sistemas de culturas e gênero como relacional.

Conforme sabemos, o fenômeno da violência praticada contra a mulher se entrecruza com gênero, subjetividade, assimetria social, dimensões culturais, entre outros elementos da sociedade. Temos consciência da magnitude de cada um deles e do longo caminho a percorrer, pois não é possível esgotar essa temática considerada multifacetada. Na nossa percepção, o fenômeno da violência soma elementos complexos, distantes de uma resposta pronta, solução pontual e entendimento meramente objetivo.

Contudo, nossa experiência e reflexões acerca da problemática e dos danos emocionais consequentes dessa vivência despertaram nosso interesse, desde longa data. O primeiro contato deu-se em 2002, quando, durante a graduação em Enfermagem, tivemos oportunidade de trabalhar com crianças vítimas de violência, sob a forma de exploração sexual. Esse estudo teve como cenário um dos principais pontos turísticos do município de Fortaleza-CE, a avenida Beira-mar, no qual foi possível observarmos atores sociais diretamente envolvidos com a temática. Durante a pesquisa citada, pudemos constatar as consequências acarretadas pela violência em suas vítimas, familiares, comunidade e sociedade (CARVALHO; FROTA, 2005).

Com esta experiência aguçou-se ainda mais o interesse de ampliar nossos conhecimentos sobre a dinâmica que envolve vítimas, agressores e familiares. Para tanto, desenvolvemos um estudo durante o mestrado, pautado nas perspectivas de mães de meninas vítimas de abuso sexual. Esta pesquisa nos aproximou da realidade de mães que vivenciam sentimentos de culpa, medo, dor, revolta e impotência, desvelando um contexto de consequências capazes de comprometer desastrosamente suas vítimas e com potencialidades para desagregar famílias. O estudo proporcionou a identificação de sentimentos que serviriam de referência para adentrar no universo de subjetividade das vítimas e família e, por extensão, sugerir o direcionamento de uma assistência focada nas suas reais necessidades (CARVALHO; GALVÃO, 2007).

Ao cuidar de mães como as citadas anteriormente, e lhes oferecer suporte emocional, o profissional da saúde, indiretamente, estará cuidando da criança vitimada, porquanto a figura materna, no geral, é considerada cuidadora direta da criança. Após a oportunidade de contato com sujeitos vitimados pelo fenômeno da violência, pudemos certificar-nos de que a criança e a mulher estão entre os elementos familiares mais atingidos. Tal realidade suscitou nosso despertar para a violência praticada contra a mulher, em especial a violência conjugal.

Conforme acreditamos, também, compreender a importância que envolve a existência, memória e sentimentos de mulheres vítimas dessa modalidade de violência pode ser uma forma de tentar elucidar os modos pelos quais elas se orientam em um universo de relações, em um mundo de projetos individuais e coletivos, por vezes, afetados pela violência dominante no seu contexto de vida.

Por meio de palestras durante a Campanha pelo fim da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em 2006, na cidade de Fortaleza-CE, tivemos conhecimento da existência dos abrigos mantidos pelos governos municipal e estadual, cujos

endereços são guardados em sigilo. Referidos abrigos fazem parte da rede de proteção especial. Essa informação instigou nossas aspirações sobre um maior aprofundamento no tema.

No Estado do Ceará existem duas casas-abrigo, das quais a primeira foi inaugurada em 1992. Propõem-se à guarda e proteção à integridade das mulheres e filhos, quando vítimas de violência física, psicológica e ameaça de morte. As vítimas são retiradas dos seus lares, permanecem no abrigo, em média, por três meses, praticamente isoladas dos seus familiares, amigos e sociedade. Diante de tal constatação, urge refletir sobre o impacto causado pela violência (PINHEIRO, 2006).

Estas instituições representam um dispositivo emergencial e provisório, com vistas a encaminhá-las, em melhores condições biopsicossociais, à sociedade (ROCHA-COUTINHO, 2000). Em face de tais implicações, a relevância do estudo aqui proposto pode ser assim explicada: trata-se de uma análise mais abrangente do papel do Estado, por meio das suas políticas públicas e efetivação dos seus dispositivos de apoio e proteção da mulher vítima de violência doméstica, adentrando no seu imaginário e na significação da vivência na casa-abrigo e de que modo isto interfere no processo de construção e reconstrução das suas histórias de vida.

Para Guzmán (2003), os estudos inerentes ao tema da violência conjugal são, em geral, originados de dissertações e teses, cujo foco é quase sempre biológico, ou seja, o cuidar das marcas físicas; estatísticas sobre mulheres agredidas; perfil da vítima e causas desta violência. Tal afirmativa foi observada durante nosso aprofundamento literário no que concerne à estudos acerca da violência.

Dessa maneira, este estudo reverte-se de importância ao abordar e enfatizar que o fenômeno da violência contra a mulher deve ser analisado, também, na ótica qualitativa, representado pelo sofrimento das suas vítimas, pelos transtornos mentais desencadeados, pelos sonhos desfeitos, e pela política na figura do Estado e suas ações.

Tais como os centros de referência de proteção à mulher, as casas-abrigo originaram-se a partir de demandas do movimento de mulheres feministas entre a década de 1980 e 1990. A primeira casa do gênero foi criada no Brasil em 1983 na cidade de São Paulo, conhecida como “casa da mamãe”, mas, somente em 1986 deu início ao atendimento a mulheres vitimas de violência (ROCHA, 2005).

As casas-abrigo são consideradas equipamentos sociais de apoio, e atuam como um dispositivo das políticas de proteção à mulher vítima de violência, tendo como objetivo, também, promover seu fortalecimento biopsicosocial . Com base no exposto,

surgiram algumas indagações: Como essas mulheres vivenciam a passagem pela casa-abrigo? A proposta do dispositivo de proteção casa-abrigo favorece o fortalecimento psicoemocional e a reinserção social das suas abrigadas?

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres PNEVM, salienta a importância da prioridade de ações destinadas à prevenção, à assistência e à garantia dos direitos da mulher, cujo objetivo central seria a integração dos serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, de forma a permitir a ruptura do ciclo da violência praticada contra a mulher, bem como sua autonomia. No entanto, na prática, é perceptível o direcionamento de ações, na maioria das vezes, em uma perspectiva puramente jurídica, em que se priorizam a proteção da integridade física da vítima e a punição do agressor. Defendemos, então, a seguinte **tese: o Estado, representado pelo dispositivo casa-abrigo assiste a mulher submetida à violência conjugal por meio de ações de proteção física e jurídica, tendo pouco impacto no processo de reinserção social das abrigadas.**

Diante do exposto, apresentamos os objetivos do estudo, objetivo geral: compreender a vivência da mulher relacionada com a violência doméstica e com o abrigo institucional. Objetivos específicos: apreender o modo como vivencia a violência e a passagem pela casa-abrigo; identificar ações desenvolvidas pela instituição durante o abrigo na perspectiva das diretrizes e objetivos da política de abrigo.

REVISÃO DE LITERATURA

Mariquinha, Dadá, Cristina, Inacinha, Adelaide,

Maria Bonita, Naninha, Lili, Dulce, Catarina.

2 REVISÃO DE LITERATURA

*Sou forte, sou guerreira,
levo a vida num ritmo de poema-canção,
mesmo que haja versos assimétricos,
mesmo que rabisquem às vezes, a poesia do meu ser,
tenho este mantra em meu coração:
"nunca me verás caída ao chão"
(Esmeralda Ribeiro)*

2.1 Contextualização da violência, da dominação masculina e de gênero

Para compreender como se processa a dinâmica de poderes e privilégios entre homens e mulheres e sua evolução no decurso histórico é preciso considerar, simultaneamente, duas características que, à primeira vista, podem parecer contraditórias. De acordo com Bourdieu (2007), esse paradoxo se concretiza no fato segundo o qual, por um lado, qualquer que seja a posição no espaço social, as mulheres têm em comum a dura realidade de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro traço de pertencer a um grupo estigmatizado-lhes afeta negativamente de forma total.

Com base nessas considerações, convidamos para uma discussão da violência contra a mulher focando, sobretudo, a relação de dominação masculina que, conseqüentemente, alimenta a violência nas relações de gênero. Nessa perspectiva, discutiremos não somente as faces da violência (física, psicológica e sexual), como, principalmente, a violência simbólica, isto, porém, não a torna mais ou menos importante que as demais.

A sociedade moderna “mascara” algumas modalidades de violência. Com isso os tipos criminal e delinquencial são mais evidentes por serem menos toleráveis. Atualmente a violência é vista como um fenômeno universal; faz parte dos espaços públicos e privados, e está presente, também, nas relações institucionais, grupais ou interpessoais, em períodos de guerra ou suposta paz.

Por se tratar de uma problemática que envolve fatores diversos ligados por um nexo, a formulação do seu conceito sofre várias influências. Entre elas, a construção da sua definição *ad hoc*, ou seja, mais relacionada ao tempo histórico avaliado. Chauí por exemplo, define violência como:

Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém; todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo terror (CHAUI 1999, p.5).

Segundo Porto (2000) o fenômeno da violência é multifacetado, não atinge somente a integridade física, mas, também, a psíquica, emocional e simbólica, nas quais o alvo é indivíduo ou grupos nas variadas esferas sociais.

Há quase três décadas Jean-Claude Chesnais (1981) em sua obra consagrada *Histoire de la violence em Occidente de 1.800 à nos jours* (“História da violência no Ocidente de 1.800 até hoje”) definia e subdividia a violência de forma tão atual como nos tempos presentes. Tal definição contempla o que o fenômeno representa para a sociedade contemporânea. No centro das discussões encontram-se a violência física a qual atinge diretamente a integridade corporal; a violência econômica, que representa o desrespeito e apropriação indevida, ou seja, sem a permissão dos donos ou de forma agressiva de algo da sua propriedade e dos seus bens; por último e não menos importante, a violência simbólica e moral, como expressão da dominação cultural, da ofensa da dignidade e desrespeito dos direitos humanos (CHESNAIS, 1981).

Perceber a complexidade da violência significa estar ciente das diversas formas passíveis de serem imputadas às pessoas e assim compreender as complexas peculiaridades da temática. Análises e pesquisas recentes produzidas pela Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura, acrescentam aos estudos as definições de violência direta e indireta. A violência direta se refere aos atos físicos que tenham como consequência prejuízo deliberado à integridade da vida humana. Essa classificação envolve as modalidades de homicídios: assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres de civis. Já a violência indireta constitui toda ação coercitiva ou agressiva que implique prejuízo psicológico ou emocional (CASTRO, ABRAMOVAY, RUA, ANDRADE, 2001).

Diante da relevância de organismos internacionais, a exemplo da Organização Mundial da Saúde, enfatizamos o conceito apresentado por ela no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, do ano de 2003. Com base nesse relatório, violência é definida como:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” destaca a intencionalidade do ato violento, excluindo os incidentes não intencionais (KRUG, DAHLBERG, 2002 p.39).

Assim, tal como nos outros conceitos sobre violência mencionados, a definição concebida pela OMS aponta o caráter intencional que está presente em todo ato violento. Isto revela eminentemente a condição antropológica, pois somente os humanos possuem intencionalidade em suas ações e omissões, ressaltando seu lugar nas relações sociais, desde o nível subjetivo, à microesfera da família, até o âmbito macrossocial e global (MINAYO, 2006).

Ao contextualizar as modalidades do fenômeno da violência praticadas no âmbito familiar, discorreremos sobre as mais comuns. Entre estas, citamos: a violência de forma geral, na qual o agressor pode ser um desconhecido, vizinho, familiar, entre outros; a violência doméstica, na qual o perpetrador, necessariamente, não precisa ser o companheiro, pois pode ser praticada por irmão, pais e/ou filhos.

Conforme observamos ao enfatizarmos a violência conjugal, diferentemente das definições anteriores, o termo possibilita a compreensão acerca da violência verificada dentro das relações de conjugalidade, formais ou não. Porém, nessa modalidade, existem vertentes distintas; ora a mulher pode ser vítima, ora agressora. Os termos violência conjugal e violência de gênero nos remetem a uma conotação onde, na maioria das vezes, os homens dominam e as mulheres são dominadas.

De acordo com Abbagnano (2007), a dominação pode ser interpretada como atitude de posse do homem em relação à natureza, objetos, aos outros homens e a si mesmo. O patriarcalismo autoritário, quase inabalável desde a antiguidade, é paradigmático ao revelar a identidade do homem viril e dominante e da mulher frágil e dominada. Essa relação antagônica apresenta-se desde o âmbito biológico ao sócio-cultural e se “naturalizou” em uma categoria inerente à relação homem/mulher.

Como afirma Bourdieu (2007), esta situação se fortalece nas diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino. Tais diferenças, ao serem analisadas por uma visão androcêntrica, tornam-se uma garantia perfeitamente indiscutível de significações e valores em consonância com o modelo de papéis constituídos com duas essências socialmente hierarquizadas. Em corroboração com este pensamento, de acordo com correntes feministas classificar e definir os indivíduos no nascimento pelo critério da ausência ou não do pênis constitui um ato social: cada nascimento dá lugar a esse

sintético e essencial ato social, fundamental para o futuro de cada indivíduo, pois, baseado nesse ato de classificação, são definidos papéis e hierarquização social (DEVREUX, 2002).

Segundo evidenciado, a mulher tem uma parcela de poder de dominação nas mãos, mas, esse poder ainda está muito aquém do poder masculino; ainda é pouco significativo para mudar o quadro de assimetria existente entre homens e mulheres. O antagonismo se cristaliza no embate social no qual eles lutam para manter o domínio obtido sobre as mulheres, enquanto que elas lutam para “quebrar” grilhões impostos por séculos de submissão, busca da liberdade a até mesmo de sua integridade física.

Ressaltamos as palavras de Araújo (2002) ao afirmar que a dominação masculina não pode ser vista com algo fechado; ela se reproduz de modo idêntico, porquanto, pode se manifestar das mais variadas formas, assim, também, como são diversas as formas de resistência que a mulher poderá apresentar.

Ao mencionarmos o termo dominação, tendemos a remeter nosso pensamento a algo com conotação primitiva, no entanto, para quem acompanha de perto a realidade de algumas das formas de dominação do homem sobre a mulher, inegavelmente, a sociedade contemporânea não perdeu seus traços primitivos. Tal afirmativa pauta-se na coisificação de mulheres constantemente subjugadas. Destacamos: na violência praticada contra a mulher, que sempre se relaciona com gênero, há dois elementos determinantes na dominação masculina ora discutida.

Apesar das divergências e pluralidades conceituais, consideramos essencial para nossa pesquisa a discussão sobre os aspectos de gênero, pois sabemos da sua influência sobre os papéis socioculturais do homem e da mulher, ainda perceptível no ontem, no hoje e, talvez, no amanhã.

Em um recorte histórico sobre a temática, segundo podemos observar, o primeiro estudioso a mencionar gênero foi Stoller, em 1968. Todavia, o conceito não progrediu e, somente a partir de 1975 frutificaram estudos relacionados a gênero (GUIMARÃES, 2005).

Um dos destaques no campo de estudo sobre gênero é a historiadora norte-americana Joan Scott, (1996, p. 77) que o define como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre sexos, considerada, também, uma forma primeira de significar as relações de poder”. As considerações de Scott sinalizam para a importância do gênero, não somente para análise da relação

homem/mulher, mas, também, para percebermos que ele influencia a dinâmica social e política.

O gênero é a primeira forma de dar significado às relações de poder, melhor dizendo, ele é o primeiro campo no âmbito do qual ou por meio do qual o poder é articulado. Para Portella (2005), as relações de assimetria que envolvem gênero produzem e mantêm a violência nas demais relações, sobrepondo-se a elas.

Como principais contribuições dos estudos de gênero, mencionamos a ênfase de cunho social e cultural das diferenças baseadas no sexo, distanciando o dogma da naturalização, a precisão dando lugar à assimetria nas relações homem/mulher.

Pouco a pouco, as interfaces do gênero foram estudadas exaustivamente pela antropologia, assim como por outras disciplinas. De acordo com a antropóloga Heilborn (2000), a definição de gênero está interligada à construção social do sexo e objetiva distinguir a dimensão biológica da social. A lógica a apoiar essa distinção é sustentada na idéia segundo a qual há machos e fêmeas na raça humana, mas, a qualidade de ser homem e mulher é definida por elementos culturais.

Lembramos: as construções de gênero não devem estar atreladas a oposição binária. Ao cairmos nessa “armadilha” estaremos tolhendo a diversidade. Para Andrade (2002), o conceito de gênero apresenta-se de forma complexa, sobretudo ao apoiar a diversidade que se propõe à desconstrução desse binarismo, para abrir espaço para a compreensão de diversas formas do ser masculino e feminino.

Em outros aspectos o gênero é responsável pela dicotomia homens/mulheres como se um estivesse desvinculado do outro. Ambos, no entanto, compõem a história da humanidade, permanecendo diretamente relacionados. A princípio masculino e feminino parecem pólos opostos, pouco relacionados, porém, como Heilborn (2000) afirma, essa dicotomia deve ser “desconstruída;” devemos ter consciência de que um está presente no outro, existe interdependência entre os pólos.

Dessa forma, daremos lugar à idéia de continuidade, completude entre ambos e perceberemos com mais clareza a possibilidade de desmistificação do conceito de gênero forte sobre fraco, dominador e submisso. Uma das compreensões de gênero é ser ele transversal às outras dimensões da sociedade e não as excluir. Pelo contrário, ele não é isolado. Existe uma relação social entre homens e mulheres que transforma e influi em outras relações, e é, por sua vez, influenciada e modificada por ela.

Erroneamente, as questões de gênero foram interpretadas de maneira a permitir que a mulher fosse posicionada no papel de dominada e o homem na de dominador. As

dimensões culturais, socioeconômicas, religiosas e psicológicas favorecem a manutenção desse modelo.

Segundo Araújo (2002), a falsa ideologia de gênero é um dos fatores determinantes para as mulheres serem permissivas em ações violentas praticadas contra elas. Muitas internalizam a dominação masculina como algo natural e não quebram o ciclo da violência e pressão em que vivem. Além disso, há, também, a dependência emocional e financeira, a valorização da família, a idealização do amor e casamento, a preocupação com os filhos, entre outros fatores.

Desse modo, as formas de violência praticadas contra a mulher são sustentadas em normas sociais, alimentadas pelas relações de gênero, ou seja, em ações que fortalecem a valorização diferenciada dos papéis feminino e masculino. Nesse caso, o fator a diferir de país para país são as justificativas para aceitar esse tipo de violência, sobretudo as semânticas, ideologias diferentes e o patriarcado.

Evidentemente, que países com fortes traços patriarcais favorecem o fortalecimento da violência contra a mulher, e neles prevalece a cultura do domínio masculino sobre o feminino. Isto acentua o desrespeito e violação dos direitos da mulher. Tal realidade está arraigada por determinantes históricos, presentes desde o Brasil colônia, onde aos maridos era permitido o uso da força física como forma de “disciplinar” suas esposas.

Marilena Chauí nos mostra o fato de ainda mantermos aspectos de uma cultura colonial escravista, moldada no patriarcalismo:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira caracteriza-se pelo predomínio do espaço privado sobre o público, existe uma hierarquia em todos os seus aspectos. Nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando/obediência (CHAUÍ, 2006. p. 353).

Conforme esta autora, a situação da violência não pode ser explicada, simplesmente por mudanças sociais e culturais, mas parece ser parte da história, sendo cultuado, ao longo dos tempos, um cenário só modificável com o empenho da sociedade, dos gestores e a criação e efetivação de políticas pautadas na igualdade entre homens e mulheres. A manutenção de uma sociedade alicerçada em desigualdades pode subjugar pessoas e produzir situações de violência.

Ao analisarmos a realidade mantida ao longo dos anos, o termo igualdade nos remete a uma semântica utópica, considerando-se as relações entre homem e mulher.

Conforme observado, a mulher conquistou alguns direitos, entre eles o de voto, a licença- maternidade. Já se insere no mercado de trabalho e desempenha funções semelhantes as dos homens, embora, ainda, com salários menores. Mulheres competentes compõem o mercado de trabalho, mas, o reconhecimento avança por um longo caminho e a passos lentos. Esse cenário de conquistas parece ceder a elementos compensatórios que sinalizam para o “ganhar perdendo”.

Ademais, apesar de ser evidente a influência do patriarcalismo sobre a prática de violência contra a mulher, é pertinente lembrar: a despeito da relação antagônica entre os papéis masculino/feminino, existem diferentes formas de apresentação da dominação de gênero. Isto porque nem todas as mulheres respondem a essa dominação da mesma forma, pois a resposta feminina baseia-se no contexto, nos sujeitos envolvidos.

Mesmo diante de aspectos semelhantes, certamente terá muitos pontos diferentes se consideramos protagonistas de singularidade e dinâmicas diferentes. Esta realidade deve despertar nossa reflexão acerca das características universais e peculiares da forma de apreender o fenômeno da violência contra a mulher.

2.2 O Brasil no combate à violência contra a mulher: políticas públicas e ação do Estado

Discutir acerca da violência contra as mulheres não é apenas abordar as consequências no nível físico, psicológico ou de qualquer outro tipo. Quando estudamos o fenômeno de forma aprofundada, conforme constatamos, a violência exercida contra as mulheres assume as mais variadas formas de custos, entre eles os que afetam individualmente a vítima, aqueles relativos às pessoas mais próximas, como os filhos e outros parentes, e os sociais, que atingem a sociedade como um todo e o Estado, como protetor e defensor do bem comum.

Esses custos incidem diretamente sobre as pessoas envolvidas, mas, também, são pagos por toda a sociedade, mediante impostos, na manutenção de instituições e serviços de apoio à vítima ou vítimas. Mensurar os custos despendidos com as vítimas de violência reverte-se em uma tarefa difícil, porquanto, eles podem se constituir de formas diversas, refletidos em traumas e perdas incalculáveis no âmbito pessoal e relacional, muitas vezes extensivos à toda rede de relações da pessoa atingida.

Em face dessa realidade e da pressão por respostas do Estado, urge a definição de políticas públicas voltadas às demandas capazes de minimizar os danos causados. Mesmo com a criação de políticas públicas e ações bem definidas, o fenômeno da

violência contra a mulher é multifacetado e tem determinação diversa, da ordem do social, do cultural, do econômico, do biológico, entre outras.

Para combater a violência contra a mulher é necessário ir além da ótica multidimensional e da convicção de que tal fenômeno precisa ser superado. É indispensável investir e implementar políticas públicas destinadas, entre outras coisas, à redução da assimetria entre homens e mulheres.

Inegavelmente essa desigualdade estende-se a todos e mantém-se na história humana como algo estrutural e dominante. Segundo Sayão (2003) passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes. Nesse contexto, como percebemos, a violência contra a mulher representa a cristalização das práticas dessa desigualdade, mantidas, muitas vezes, pelos padrões machistas da sociedade onde se insere.

A violência praticada contra a mulher se entrecruza com categorias como gênero, subjetividade, assimetria social, dimensões culturais, dominação masculina, entre outros elementos sócio-culturais, políticos e religiosos. É patente a magnitude de cada um destes determinantes e sabe-se do longo caminho a percorrer para combater e superar esse flagelo social. Ademais, não é possível esgotar a temática somente através da criação e implementação de políticas públicas.

Contudo, apesar da violência e suas causas somarem elementos complexos, distantes de uma resposta pronta, de uma solução pontual e entendimento meramente objetivo, as políticas públicas de combate a esse fenômeno ocupam lugar de destaque no processo de emancipação feminina.

Conforme evidenciamos, a realidade ora exposta gera uma demanda social, a qual, por sua vez, representa um dos dispositivos a alavancar o surgimento das políticas. Ao citarmos os custos financeiros, visto ser um dos produtos da violência de mais fácil mensuração e investigação, depreendemos, este constitui um fator de considerável despesa aos cofres públicos.

Essa realidade de violência praticada contra a mulher é evidenciada, consoante informações epidemiológicas. No Brasil, em 2007, houve 20.385 registros de violência praticada contra a mulher. Destes, 94% estavam relacionados à violência doméstica e familiar; em 73% dos casos o perpetrador era cônjuge da vítima; 59% dos registros de denúncia informaram que a frequência com que a violência ocorre é diária e 70% das

mulheres que denunciaram os atos violentos relataram estar correndo risco de espancamento ou morte (BRASIL, 2007).

Segundo dados divulgados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, os custos da violência na América Latina representam 14,2% do Produto Interno Bruto dos países da região, portanto, uma média de US\$ 168 bilhões anuais. Entre esses países, o Brasil se destaca como um dos mais atingidos e chega a perder 10,5% do seu PIB anual, o equivalente a US\$ 84 milhões (CAMARGO; AQUINO, 2003).

Como apresentado, sucintamente, os números da violência praticada contra a mulher, são alarmantes e representam perdas de toda ordem. Diante desta realidade, exige-se do Estado a elaboração de políticas públicas que atendam a essas demandas e implementem estratégias favoráveis à superação de tal flagelo social, com vistas a uma sociedade mais justa e humana.

2.2.1 Panorama político brasileiro de combate à violência contra a mulher: estratégias e prioridades

Ao direcionarmos nossa discussão sobre o panorama político brasileiro, enfatizamos não termos a intenção de apresentarmos cenários políticos com foco em uma visão pontual e unidirecional; nosso intuito maior é tecer uma breve explanação e suscitar uma reflexão acerca dos principais eixos políticos voltados para o combate à violência contra a mulher.

Política	Objetivos	Prioridades
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003)	-Desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.	-Atuar de forma transversal nas esferas municipal, estadual e federal de forma intersetorial no intuito de enfrentar as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004)	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar política de enfrentamento à violência contra as mulheres; - Garantir o atendimento integral e humanizado; - Reduzir os índices de violência contra as mulheres; - Garantir cumprimentos legislativos para enfrentar a violência contra as mulheres. 	1- Autonomia e Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; 2- Educação Inclusiva e não Sexista; 3-Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 4- Enfrentamento à violência contra a Mulher; 5- Gestão e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007)	<ul style="list-style-type: none"> -Reduzir os índices de violência contra as mulheres; - Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos; -Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, com atenção especial às mulheres negras, indígenas e àquelas que vivem no campo e nas florestas. 	-Fortalecimento dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência e a implementação da Lei 11.340/06 “Maria da Penha”

Quadro 1 – Demonstrativo das políticas públicas relativas ao combate à violência contra a mulher no Brasil 2003/2010 .

Desde a década de 1980, a luta pela isonomia feminina e combate a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres tem sido um dos campos a ganhar mais espaço na agenda política brasileira. Houve significativas conquistas, mas este estudo voltou-se para as recentes políticas e ações governamentais no contexto Brasil e Portugal. Iniciaremos, então, nossa discussão.

Apresentamos, a princípio, um dos marcos da história política brasileira qual seja, a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Esta secretaria surge com propostas ousadas, entre as quais destaca-se a árdua missão de formular, coordenar e articular políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas educativas de caráter nacional no combate à discriminação contra as mulheres; promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres (BRASIL, 2006).

Como parte das suas atribuições, a SPM tem procurado avançar na transversalidade das questões de gênero e na elaboração de políticas para as mulheres. Evidencia-se, nas últimas décadas, o ressurgimento da visibilidade dos estudos sobre as políticas públicas, assim como sobre as instituições, regras, estratégias e modelos que regem decisões, formulações, implementações, monitoramentos e avaliações (BRASIL, 2006).

Essas medidas fazem parte do processo de amadurecimento da sociedade brasileira e das inquietações geradas por demandas femininas, pois, vivemos em país com fortes traços patriarcais. A SPM nasce com a promessa de comprometimento com cidadania e efetivação de direitos das mulheres, na perspectiva de gênero, expresso nos princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres, no âmbito das diversidades de raça, etnia, orientação sexual e geracional, consubstanciando as recomendações das I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Entre os objetivos setoriais da SPM, destacamos seus incentivos à reflexão cívica na forma de premiações no tocante à conscientização da igualdade de gênero entre estudantes e professores do nível médio, graduação e pós-graduação; promoção de mudanças culturais a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de respeito às diversidades de gênero e valorização da paz; fiscalização da implementação das principais políticas para as mulheres, entre as quais ressaltamos o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres criado em 2004 e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, implantado em 2007 (BRASIL, 2004).

Com vistas à melhor compreensão sobre o panorama brasileiro, teceremos uma breve explanação sobre esses dois eixos políticos.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres simboliza a concretização da luta do movimento feminista, composto por quase 200 mil brasileiras presentes à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, mobilizadas pelo desejo de uma

sociedade mais justa e mais equânime, onde a mulher tenha sua dignidade e cidadania preservada. O PNPM tem propostas voltadas a consolidar a igualdade e o respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social (BRASIL, 2007).

Ao inquirir o PNPM, ressaltamos ser este orientado pelo princípio da autonomia, respeito e equidade, entre outros, estando estruturado em cinco capítulos: 1- Autonomia e Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; 2- Educação Inclusiva e não Sexista; 3-Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 4- Enfrentamento à Violência contra a Mulher; 5- Gestão e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008a).

Em seu quarto capítulo o PNPM faz referência ao combate da violência contra a mulher, com ênfase nas propostas e estratégias para atuar nesta questão, como exposto: promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado; promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico (BRASIL, 2008b).

Outro fator de realce são as propostas pautadas na autonomia da população feminina, elemento urgente em face das vitimadas pela violência. Entre os tipos de violência, mencionamos a considerada “perfeita,” isto é, aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação da vítima pela vontade e pela ação do agressor, de forma a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem identificada. Resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária do dominador (DUARTE, 2002).

Por explicações quanto à sua história de vida, ao seu perfil emocional e social, algumas mulheres incorporam a forma de pensar, as vontades e desejos do companheiro, em detrimento dos seus. Neste tipo de relação, a mulher sofre severo comprometimento da sua autoconfiança, e sente-se incapaz de fazer coisas contrárias aos desejos do companheiro.

Combater este tipo de violência requer apoio da sociedade e do Estado. Neste intuito, entre as propostas do PNPM, sobressai a implantação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, definido em 2007. De forma pioneira, o tema ganhou prioridade na agenda política governamental. Além da visibilidade, o pacto assegurou, no Plano Plurianual 2008-2011, o montante de R\$ 1 bilhão para o

investimento em ações de enfrentamento à violência. Tais ações devem ser executadas por diversos ministérios e secretarias especiais (BONETTI; PINHEIRO, 2007).

Uma iniciativa do governo federal, voltada para o desenvolvimento de um conjunto de ações a serem realizadas até 2011, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, visa o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, com atenção especial às negras, indígenas e àquelas que vivem no campo e nas florestas (BRASIL, 2007).

Entre as ações prioritárias do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, enfatizamos o fortalecimento da rede social de apoio às mulheres em situação de violência. Contudo, entre as ações programáticas do citado pacto, destaca-se, de forma especial, a implementação da Lei nº11.340/06, denominada Lei “Maria da Penha”, considerada um marco para a consolidação das políticas de amparo às mulheres. Em seus princípios norteadores, a citada lei aponta para a responsabilidade do poder público em desenvolver políticas destinadas a garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no intuito de resguardá-las, de toda forma, de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2007).

A Lei Maria da Penha nos remete à seguinte proposta: a punição do agressor não pode se limitar a medidas pecuniárias, por meio das quais o réu pagava cestas básicas, como forma de punição. Ela apresenta um modelo embasado na criação de políticas onde faz alusão à mulher vista como uma cidadã, digna de respeito em toda a sua plenitude.

Com o passar dos anos, o termo cidadão ganhou maior complexidade. Os direitos mais restritos, existentes dentro do conceito de cidadania, transformaram-se em uma gama de direitos, traduzidos em civis, políticos e sociais. Portanto, a ideia de sociedade civil sugere a ideia de cidadania de uma sociedade vista como um conjunto de pessoas iguais em seus direitos; representa igualdade jurídica, de fato (VIEIRA, LORANDI, BOUSQUAT, 2008).

Ao mesmo tempo, a Lei Maria da Penha busca avançar rumo à isonomia, ao atribuir um caráter de respeito aos direitos humanos da mulher. Apesar de ser considerada o mais recente marco na luta contra a violência que vitima a mulher, a Lei 11.340/06 avança nos mais diversos âmbitos, seja sociológico, jurídico ou antropológico. Desse modo, constitui um marco na luta contra qualquer tipo de violência.

ANTES DA LEI	APÓS A LEI
Não havia lei específica sobre violência contra a mulher.	A nova legislação tipifica e define a violência doméstica e familiar.
A pena para crime de agressão contra a mulher era de seis meses a um ano.	Após a Lei Maria da Penha essa pena passa a ser de três meses a três anos para agressões leves.
A lesão corporal leve e a ameaça eram enquadradas como crimes de menor potencial ofensivo e por isso eram diretamente direcionadas aos Juizados Especiais Criminais.	As lesões e ameaças sofridas em decorrência de violência doméstica e familiar não são mais consideradas crimes de menor potencial ofensivo e, portanto, não podem mais ser encaminhadas aos Juizados Especiais Criminais.
A entrega da intimação poderia ser feita tanto pela mulher quanto pelo oficial de justiça.	Está vedada a entrega da intimação pela mulher.
O agressor não poderia ser preso em flagrante	A nova lei possibilita a prisão em flagrante
Não havia prisão preventiva para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Mediante risco de integridade física ou psicológica da mulher, o juiz pode decretar a prisão preventiva do agressor.
A vítima geralmente comparecia às audiências desacompanhada de advogado ou defensor público.	A mulher deverá estar acompanhada em todas as etapas do processo de advogado ou defensor público.
A queixa poderia ser retirada pela mulher na delegacia especializada, ou então mediante ao não comparecimento à audiência no JECRIM ou a renúncia ao processo frente ao conciliador.	Para impedir que as denúncias terminem sem justificativa, agora a mulher só poderá retirar a queixa diante do juiz.
Não era garantida à mulher nenhuma medida protetiva contra o agressor.	A Lei Maria da Penha garante proteção à mulher e a seus descendentes, como assistência social, psicológica e encaminhamento para abrigos.
Antes da Lei, não havia nenhum ordenamento jurídico que obrigasse o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.	A Lei de Execuções Penais foi alterada para que o juiz determine a presença obrigatória do agressor em programas desse tipo.
Como medida punitiva, era permitido o pagamento da multa pecuniária através de cestas básicas e outros itens.	Com a nova lei, fica vedado o pagamento de multas pecuniárias.

Quadro 2 – Demonstrativo síntese das principais ações do Estado brasileiro, antes e depois da Lei Maria da Penha - Lei nº11.340. Fortaleza – CE, 2010.

Segundo Chies (2006) existem algumas lacunas na aplicabilidade da Lei Maria da Penha, sobretudo por não citar medidas em casos de violência conjugal onde o gênero masculino seja a vítima de agressão.

A despeito dessa lacuna, são visíveis os avanços obtidos com a Lei Maria da Penha, no intuito de proteger a principal e, historicamente, maior vítima da violência humana: a mulher. De todo modo, repudiamos a violência, de qualquer forma, e defendemos a proteção de toda e qualquer pessoa, independente do gênero, contra qualquer ser vivo.

Entre os benefícios da citada lei, mencionamos a inclusão da violência psicológica perpetrada contra a mulher, porquanto, até recentemente, só eram levadas em consideração as lesões corporais, visíveis e diagnosticáveis. Outro ponto essencial diz respeito à delimitação do espaço onde se verifica a violência.

Na ótica da nova lei a violência doméstica e familiar contra a mulher é aquela que acontece no âmbito doméstico, da família ou de qualquer relação íntima de afeto. Ao delimitar o espaço onde ocorre a violência doméstica e familiar contra a mulher, esta lei acabou destacando o caráter privado desse tipo de violência, evidenciando relações, atores sociais envolvidos e conflitos existentes no universo do domicílio (ROMEIRO, 2007).

Ponto decisivo no tocante às ações da SPM foi a criação de um observatório da Lei Maria da Penha, com o objetivo de monitorar a aplicação da legislação junto ao Judiciário, Executivo e à Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Referido observatório é constituído por um consórcio formado por 12 instituições com diferentes responsabilidades e papéis (BRASIL, 2008b).

No tocante à prisão em flagrante, representa um ponto de partida para inserção mais efetiva do Poder Judiciário, sob a forma das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, as quais simbolizam a institucionalização das políticas de combate à violência contra a mulher. Criadas em 1985, no Brasil, as DEAMs constituem uma das mais importantes experiências de políticas públicas com vistas à repressão da violência doméstica e se tornou referência para outros países.

Segundo Azevedo (2000), as DEAMs estão entre as instituições policiais mais estudadas pelos antropólogos e outros cientistas sociais preocupados com as questões de gênero. Em estudo realizado em DEAMs de São Paulo e Salvador, pontos fundamentais foram discutidos, considerando a importância do papel desse dispositivo de combate à violência contra a mulher. Entre estes sobressaem: precariedade financeira, evidenciada pela falta de materiais de necessidade básica, como é o caso de papel; alguns agentes não estavam satisfeitos com seu trabalho; as delegacias enfrentam outras dificuldades relacionadas ao modelo dos dispositivos de poder e dominação, que regem as relações

hierarquizadas e tornam ineficazes instituições como as delegacias de polícia; as táticas de conflito envolvidas nas relações afetivas, a revelar o caráter cíclico do jogo da violência.

Como detectou-se, nem sempre as ações das DEAMs estavam voltadas para punir os agressores, visto que, na grande maioria das vezes, exerciam papel de mediadoras dos conflitos conjugais, auxiliando, assim, na renegociação do pacto conjugal. Além disso, conforme constatou-se, muitas das ocorrências registradas tinham a intenção de utilizar o poder policial como uma forma de vingança, de “dar uma prensa”, ou “um susto” no agressor. Logo, o objetivo principal, discutido na essência dos movimentos feministas, de criminalizar e punir os autores de violência, perde-se no desencontro entre os desejos das mulheres e a função punitiva das delegacias (ROMEIRO, 2007).

Com o surgimento das DEAMs, gerou-se uma expectativa de que as mulheres, assim como os homens, têm direitos assegurados. Conforme se compreende a Constituição Brasileira defende o princípio da isonomia, segundo o qual “todos são iguais perante a lei”. Não significa que todas as pessoas terão tratamento igual pelas leis brasileiras, mas que terão tratamento diferenciado na exatidão das suas diferenças. Esse princípio possui como suporte básico a afirmativa de serem as diferenças impostas justificáveis pelos objetivos que se pretende atingir pela lei. Desde então, alimentou-se a ideia de mudanças e eliminação de injustiças praticadas contra o cidadão brasileiro, entre este a mulher cidadã.

A ampliação do conceito de violência também produziu alguns resultados na criação de serviços públicos voltados para o atendimento interdisciplinar, com vistas a prover a autonomia das mulheres, de apoio social, jurídico e psicológico.

Como uma política pública pioneira no enfrentamento à violência contra a mulher, tanto no Brasil como na América Latina, as DEAMs e casas-abrigo são instituições que representam uma porta de entrada das mulheres na rede de serviços, e tem como principal papel investigar, apurar e classificar os crimes de violência contra a mulher.

Segundo Pinheiro (2006), as casas-abrigo guardam um significado histórico, cuja finalidade é somar-se aos outros na rede de proteção à mulher. Elas devem cumprir, além do papel social e político, um papel de questionamento e ruptura diante da violência conjugal, onde as mulheres não devem ser meras usuárias e sim sujeitos da própria mudança.

Como mencionamos, a primeira casa-abrigo foi criada em São Paulo em 1983, e seu principal objetivo era a garantia de integridade física e/ou psicológica de mulheres em risco de morte e seus filhos menores (SANTOS, 2008).

As casas-abrigo possibilitam uma ressignificação do espaço doméstico, o qual pode deixar de ser um lugar de confinamento, rotina e pressão para se transformar num local de diálogo, crescimento e convivência. Diante dessa afirmativa, espera-se que as casas-abrigo assumam as possibilidades de lar temporário, tal como uma política de cunho substitutivo (RUFFA, 1997).

Atualmente, no Brasil, conta-se com 403 DEAMs, 65 casas-abrigo, 99 centros de referência e 15 Defensorias Públicas da Mulher (BRASIL 2006). A se considerar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil tem mais de cento e oitenta milhões de habitantes, sendo seis milhões de mulheres a mais que homens, e uma média de 5.564 municípios, evidentemente o número de DEAMs é insuficiente (IBGE, 2004).

Mesmo que o cenário político apontasse para uma realidade de exequibilidade, no âmbito micro e macropolítico, no referente à estrutura física e recursos humanos das casas-abrigo e DEAMs, ainda existe uma visível ineficácia estampada no número de unidades proporcionalmente à quantidade de habitantes no solo brasileiro.

Com vistas ao panorama político brasileiro, urge transpor a visão reducionista de deixar à margem ações de suporte emocional para as vítimas de violência, sejam elas primárias, no caso da mulher, ou secundárias, no caso de filhos e outros membros da família. Promover a qualidade de vida de pessoas vitimadas por tal fenômeno implica, também, se orientar por meio da subjetividade e procurar dar conta dessa dimensão.

Para obter resultados efetivos e sustentáveis, as políticas públicas devem ter como propósito principal minimizar as causas da violência, acompanhadas de ações para prevenir e combater tal flagelo. Discursos ideológicos sem ações concretas não modificam pessoas nem estilos de vida. É preciso mais! É preciso criar e efetivar políticas públicas voltadas para a realidade social, revertidas em ações capazes de transformar serviços, pessoas e sociedade.

Não podemos negligenciar. A complexidade da tríade violência/gênero/política ainda tem muito a ser debatido e a avançar, na busca da construção de uma sociedade justa e no desenvolvimento de uma cultura de paz. Mesmo com significativos avanços legislativos, criação de mecanismos institucionais e implantação de algumas políticas públicas, centradas na promoção da igualdade de gênero e erradicação da discriminação,

de todos os tipos, o Brasil ainda vive um quadro de profunda discriminação contra a mulher. Esta situação exacerba a lacuna existente entre a lei e a realidade, o discurso e a prática.

A realidade política do Brasil, tal como no resto do mundo, precisa ser melhorada, pois a violência é considerada uma pandemia, mantida, sobretudo, graças a diversos fatores já mencionados, entre eles a tolerância e convivência da sociedade, findando por perpetuar o fenômeno da violência.

Em uma sociedade globalizada, como a atual, urge avançar em questões básicas inerentes ao respeito às individualidades, ética nas relações com o privado e com o público, igualdade nos direitos individuais e coletivos, na busca de uma convivência saudável e de paz, moralidade, cidadania, liberdade, diferenças, entre outros, com vistas à melhor qualidade de vida, com base em preceitos éticos e morais, de igualdade e respeito às pessoas.

2.3 Instituição total: uma aproximação conceitual

As noções paradigmáticas, tecnológicas, econômicas, ambientais, políticas, culturais e institucionais explicam a existência de um arcabouço teórico a direcionar a humanidade desde os tempos mais remotos. Ao destacarmos a instituição, conforme é possível perceber, que elas vêm mudando seu perfil com o decorrer da história.

Em todos os tempos as instituições foram e ainda são elementos determinantes no trajeto de desenvolvimento da humanidade, estão presentes do Oriente ao Ocidente. Explicá-las, é uma tarefa complexa, uma vez que diferentes enfoques e escolas de pensamento foram construindo suas definições.

A família não se define, portanto, pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido. Se os laços biológicos unem as famílias é porque são, em si, significantes. Ninguém se atreveria a contestar a força simbólica desses locos em nossa cultura ibérico-ocidental, porém sua complexidade ultrapassa o âmbito meramente biológico (SARTI, 2003).

Para este autor, os limites do mundo familiar, demarcados pela história que a família conta sobre si, criando sua identidade, são abalados pela ação individualizada de cada um dos seus membros, pois estes reagem singularmente às relações internas e trazem à convivência cotidiana a experiência também singular com o mundo exterior.

Ao fazermos essa aproximação conceitual dos tipos de instituição, citamos a instituição familiar como primeiro grupo social do ser humano, que influencia diretamente na evolução do indivíduo.

Determinados conceitos correlacionam as instituições com aspectos exclusivamente econômicos. Entretanto, para nosso estudo, adotaremos um conceito mais genérico, estabelecido por Barembli (2002), para quem instituições são elementos lógicos, são “árvores” de composições que segundo a forma e o grau de formalização adotados, podem ser leis, normas, e quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser reguladoras de comportamentos.

Em sua obra intitulada “Compêndio de análise institucional e outras correntes,” Gregório Barembli (2002) destaca alguns tipos de instituições e suas normas. Entre estas ressaltamos: a instituição da linguagem, as de regulamentação de parentesco e as instituições religiosas. Ainda complementa: uma sociedade nada mais é que um universo de instituições que se inter cruzam, articuladas entre si para reger a produção e reprodução da vida humana e suas relações com o meio.

Segundo Abbagnano (2007), as instituições por vezes já foram conhecidas como um conjunto de normas que regulam a ação social, outras vezes, em um sentido mais abrangente, como qualquer atitude suficientemente recorrente em um grupo social. Como podemos observar, as definições de instituições oscilam entre o mercantilismo, quando adotam conceitos com foco na economia, e uma abordagem mais ontológica, quando se referem aos seus conceitos formados por correntes filosóficas.

Ao mencionarmos as ideologias e as origens de algumas instituições, podemos citar as de caráter público, privado, filantrópico, entre outras. Grandes nomes da ciência, como Michel Foucault (2004), aprofundaram seus estudos sobre as instituições na sociedade, e seus conceitos influenciaram toda uma geração de pensadores sobre a temática.

Nesse âmbito, merece destaque a obra "Manicômios, prisões e conventos", de Erving Goffman (2007), por enfatizar uma modalidade de instituição denominada “instituição total”, definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.

As contribuições de Goffman (2007) para os estudos das instituições totais são complementadas pela visão de Foucault. Goffman diz o que são, como funcionam e o que produzem as instituições totais, e não tem uma percepção apenas repressiva do

poder. Ele indica também a tiranização do indivíduo por meio de um processo de infantilização social que retira dele sua autonomia, liberdade de ação e capacidade de decisão, perturbando decididamente sua capacidade de autodeterminação. A vida do internado é constantemente vigiada e sancionada do alto, sobretudo no período inicial da sua estada, antes de ele se acostumar e se submeter aos regulamentos. Cada especificação normativa da conduta priva o indivíduo da oportunidade de equilibrar suas necessidades e objetivos de maneira pessoalmente eficiente, violentando a autonomia pessoal. Numa instituição total o controle minucioso é extremamente limitador.

Foucault, por sua vez, nos revela como são possíveis as instituições disciplinares e quais as razões da sua emergência. Também aponta para sua futura obsolescência e desaparecimento e apresenta mais claramente o poder como portador de uma positividade produtiva, tanto de saberes quanto de sujeitos. Foucault demonstra como o poder produz práticas das quais extrai um saber sobre o objeto ao qual ele se aplica. Há uma íntima relação entre o exercício do poder e a produção de saber. Relações de poder moldam práticas das quais emergem discursos, num procedimento circular produtivo. Deste processo, emergem indivíduos, sujeitos, subjetividade (FOUCAULT, 2004).

Na citada e consagrada obra, Goffman (2007) tenta mostrar um perfil geral da lista de estabelecimentos institucionais, por ele denominado de instituições totais, classificando-as conforme suas funções. Primeiramente, cita as instituições criadas para cuidar das pessoas incapazes e inofensivas: nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes; em segundo lugar, locais estabelecidos para cuidar dos “incapazes” de cuidar de si mesmos, e que são também uma ameaça à comunidade: sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais e o bem-estar das pessoas ali isoladas: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra; em quarto lugar, instituições estabelecidas para realizar, de modo mais adequado, alguma tarefa de trabalho: quartéis, navios, escolas internas, colônias e grandes mansões; finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros.

Em sua última obra sobre o gênero das instituições, Guilhon Albuquerque (1986) faz certas críticas ao radicalismo de Goffman ao conceituar e classificar algumas instituições reconhecidas como totais. A crítica se refere ao fato de que a classificação

de Goffman no concernente à categoria das totalidades difere tanto em si quanto com respeito às demais, pois segundo tais critérios se formos considerar instituição total como sendo espaço onde existe um conjunto de atividades coletivas sob uma administração, a empresa industrial pode ser considerada uma instituição total.

Apesar de algumas divergências entre os autores citados, existe a convergência no tocante às principais características das instituições totais. Ao contextualizarmos a casa-abrigo, conforme percebemos, embora não se enquadre integralmente, na definição proposta por Goffman, é inegável que elementos significativos apontam para semelhanças entre casa-abrigo e instituições totais. Entre os atributos a diferir um modelo do outro, sobressai o fato de essas instituições totais não permitirem qualquer contato entre o internado e o mundo exterior. Isso se dá também em decorrência do objetivo de excluí-lo completamente do mundo originário por um espaço temporal, no intuito de o internado absorver totalmente as regras internas. Evitando-se, assim comparações prejudiciais ao seu processo de "aprendizagem".

Na casa abrigo, entretanto, essa característica não é comum, pois as internas, mesmo que não freqüentemente, mantêm um elo com o mundo externo, seja mediante a necessidade de uma consulta médica, comparecimento a audiências judiciais, ou mesmo por meio de uma ligação telefônica para familiares. De modo geral, a maioria das semelhanças entre instituição total e casa-abrigo são mantidas. Entre estas podemos citar: divisão binária entre o grupo de internos e equipe de supervisão, proibição de visitas e atividades coletivas sob uma administração.

Uma das características mais comuns entre as casas-abrigo e as instituições totais é a proibição das visitas. Tal proibição assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel. Portanto, o internado descobre que perdeu alguns papéis em virtude da barreira que o separa do mundo. Deste modo, nas instituições totais o território do "eu" é violado; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida (GOFFMAN, 2007).

Diante da afirmativa do autor, provavelmente, instituições cujas normas e rotinas, de alguma forma, isolem seus internos do mundo exterior, geram no indivíduo isolado uma profanação do "eu", do ser subjetivo. Nesse contexto, indagamos sobre o que seria subjetividade. A resposta é tão complexa quanto a própria existência do ser. Para entender a relação do sujeito, suas emoções com a produção de comunicação, destacamos o conceito de Guattari (1992), segundo o qual a subjetividade é produzida por elementos individuais, coletivos e institucionais. Trata-se de um produto plural, não

determinista, onde os diferentes registros semióticos não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixas, definitivas. Os componentes de produção de subjetividade são múltiplos, envolvendo determinantes oriundos de diversas fontes. Entre elas, ressaltamos: a família, a educação, o meio ambiente, a religião, a arte e o esporte; além dos elementos construídos pela mídia, dimensões semiológicas que produzem e veiculam significações e denotações que escapam às regras.

Contudo, sabemos da importância e influência das instituições no contexto sócio-histórico da raça humana. Segundo Baremblytt (2002), as instituições são lógicas, árvores de composições lógicas, e, conforme o grau de formalização adotado, podem ser leis, normas, pautas e reguladoras de comportamento e valores. Acreditamos no poder das instituições na estruturação da sociedade e na construção de valores do ser humano de forma individual e nas suas relações interpessoais. As instituições se articulam e regulam normas sociais, culturais, religiosas e espirituais. Elas podem apresentar-se sob a forma concreta, representadas por uma organização, ou de forma abstrata, no caso de famílias e casamento.

Alguns clássicos da literatura como os de Ratto (2006) e Benelli (2003) trazem o enfoque disciplinar das instituições no contexto dos postulados de Foucault. Esses estudos problematizam a institucionalização como meio de vigiar, examinar, normalizar e corrigir indivíduos.

Como percebemos, os estudos foucaultianos apresentam uma perspectiva de análise bastante interessante sobre as práticas assistenciais desenvolvidas atualmente pelas instituições, na medida em que esses estudos permitem perceber as relações de poder transversal que regem as ações institucionais e a própria institucionalização.

Na ótica de Kuniyoshi (2008), no sentido amplo, institucionalização implica uma composição de processos sustentados por princípios e evidenciados pela implantação de algo em certo contexto cultural, envolvendo organização, leis e regulamentos. O fenômeno da institucionalização acontece sempre que há tipificação recíproca de ações por típicos atores. Um conjunto de ações habituais, cujo processo de formação precede a institucionalização, é atribuído ao longo do tempo e de maneira compartilhada.

PERCURSO METODOLÓGICO

*Mariquinha, Dadá, Cristina, Inacinha, Adelaide,
Maria Bonita, Naninha, Lili, Dulce, Catarina.*

3 PERCURSO METODOLÓGICO

*Sou destemida, herança de ancestrais,
não haja linha invisível entre nós
mesmo tendo na lembrança jovens e parentes que,
diante da batalha deixaram a talha
da vida se quebrar, mesmo assim,
tenho este mantra em meu coração:
"nunca me verás caída ao chão"
(Esmeralda Ribeiro)*

3.1 Natureza da pesquisa

Compreender o fenômeno da violência e o contexto das suas vítimas, notadamente daquelas abrigadas sob tutela do Estado, exige a busca de um tipo de abordagem capaz de valorizar os discursos e seus conteúdos subjetivos. Deste modo, optamos pela pesquisa qualitativa.

Ao refletir na proposta deste estudo, concordamos com Polit Beck e Hungler (2004) ao afirmarem que a pesquisa qualitativa se preocupa com os indivíduos e seus ambientes, em suas complexidades.

De acordo com Turato (2003), os métodos qualitativos têm como objeto as significações ou sentidos do comportamento, das práticas e das instituições realizadas ou criadas pelos seres humanos. Portanto, baseia-se na afirmação segundo a qual, os conhecimentos sobre os sujeitos só são alcançados com a descrição da experiência humana tal como é vivida e descrita por seus próprios agentes.

Ao abordarmos a temática violência, nos deparamos com um fenômeno de magnitude e complexidade ímpar, no referente tanto à formulação de conceitos, como ao contexto e atores sociais envolvidos. Tais nuances que não findam em mensuração, e quantificação. O subjetivo está presente no universo e imaginário das suas vítimas e, nesse momento, deve-se lançar mão do qualitativo para adentrar na realidade dos sujeitos.

O comportamento humano transpõe o limite da complexidade. Defende-se então, que a busca de causas e predições dificulta a capacidade de apreender o caráter essencialmente interpretativo da natureza e experiências humanas (BOGDAN; BIKLEN, 2007).

Portanto, entre as vertentes da pesquisa qualitativa optamos pela hermenêutica por enquadrar-se de forma mais adequada à proposta principal do nosso estudo. Assim, achamos necessária uma aproximação conceitual do que seja hermenêutica.

Segundo Minayo (2008), existem características importantes a serem observadas em estudos cuja abordagem seja a hermenêutica como exposto a seguir: o investigador deve objetivar a busca máxima pelos dados históricos e também pela “empatia” com o contexto do seu texto, dos entrevistados e dos documentos que analisa. O “discurso” sempre retrata um saber compartilhado com outros e marcado pela tradição, pela cultura e pela conjuntura; o pesquisador que analisa documentos passados ou atuais (biografias, livros, material de entrevistas, textos oficiais, entre outros), para atingir a compreensão, deve adotar uma postura de respeito pelo que dizem, supondo que, à primeira vista, por mais obscuro que pareça, sempre terão um teor de racionalidade e de sentido. Seu dever de intérprete é levar a sério o texto à sua frente; o investigador não deve buscar nos textos uma verdade essencialista, mas sim o sentido que o entrevistado quis expressar.

Diante das características apresentadas, achamos pertinente uma breve explanação sobre a hermenêutica e o significado da compreensão, em seu eixo central.

Como muitas palavras utilizadas em nosso vocabulário, a expressão hermenêutica advém do grego *hermeneutikós*, a qual, deriva do verbo *hermeneuein*, interpretar. Originada na rica e politeísta cultura grega, representava o deus Hermes, intérprete de mensagens de outros deuses do Olimpo. Por serem essas mensagens incompreensíveis aos homens, ele os agraciava com o conhecimento advindo dessas traduções (SOUTO, 2008).

Em sua obra “O desafio do conhecimento,” Minayo (2008) apresenta uma discussão sobre a articulação entre dois pontos fundamentais para nosso estudo: a hermenêutica e a dialética. Essa discussão enfoca não somente o ponto de vista do “como fazer” como também do “como pensar”.

Ao nos referirmos à hermenêutica, torna-se pertinente aludirmos a um dos grandes estudiosos do assunto, Hans Georg Gadamer. Em sua concepção, hermenêutica é um movimento abrangente e universal do pensamento humano, originado do processo de intersubjetividade e de objetivação humana, contendo a gênese da consciência histórica (GADAMER, 2008).

A compreensão hermenêutica de Gadamer nos permite contemplar um caminho para o entendimento no qual o intérprete não se coloca como sujeito distante do objeto, mas num processo de envolvimento do modo de ser do próprio homem. Nesta perspectiva, a hermenêutica dá maior significado à relação existente entre texto e sujeito e não somente aos dois como elementos dissociados (LOPES, 2000).

Conforme definido, a hermenêutica ocupa-se da arte de compreender textos. A expressão texto assume um sentido bem mais amplo, no qual se englobam: biografia, narrativa, entrevista, documento, livro, artigo, entre outros. Nele, a unidade temporal é o presente que representa o encontro entre o passado e o futuro, diferente e diversidade mediadas pela linguagem que pode ser ou não transparente e compreensível. Tal processo nos permite chegar a um entendimento nunca completo ou total (MINAYO, 2008).

Com base nesse pressuposto, surge a indagação: quais seriam os caminhos do compreender? Do ponto de vista da filosofia contemporânea, compreender possui um elemento não proposicional que, em contraposição à hermenêutica, tem evidente essência social; os significados podem ser compreendidos porque são apresentados aos usuários de um sistema semiótico como valores comuns, comparando-se a uma competência cognitiva geral que pode ou não ser conscientizada (ABBAGNANO, 2008).

A semântica gera uma visão de compreensão baseada em valores comuns ao ato de conhecer. Do ponto de vista de Gadamer (2008) compreender deve superar o comportamento subjetivo em face do objeto apresentado, pois essa ação pertence ao ser do elemento compreendido. O autor assim se expressa:

A compreensão é o princípio, entender e compreender significa entender-se com os outros. Assim, uma das idéias centrais que fundamenta a hermenêutica é de que os seres humanos, na maioria das vezes, se entendem ou fazem um movimento interior ou relacional para se porem de acordo (GADAMER, 2008 p.163).

De acordo com Esposito (1994), o significado da hermenêutica remete-nos à interpretação do sentido de palavras, representa a arte de compreender e interpretar.

Considerada a arte da compreensão, a hermenêutica coloca o discurso como além do escrito/ouvido, ou seja, uma abordagem na qual os discursos e textos revelam mais do que quem escreveu/narrou tinha intenção de dizer. Schleiermacher (2000, p.87), um defensor da ideologia hermenêutica, cita que o “todo, a partir do qual se deve compreender o individual, não pode ser dado antes do individual, o compreender é sempre o mover em círculo, é portanto, essencial o constante retorno do todo às partes e vice-versa”.

Essa interrelação do todo com as partes alimenta esse processo cíclico da compreensão, o qual, por sua vez, possui uma dinâmica que sinaliza para o ato de

compreender como algo inacabado. Nada do que se interpreta pode ser compreendido de uma vez só ou de uma vez por todas.

O olhar hermenêutico é primordial e ontológico: ele ocorre antes da separação entre sujeito e objeto (ALBERTI, 1996). Dessa forma, compreender significa um movimento constante do todo para as partes e das partes para o todo.

Consoante foi possível perceber durante o aprofundamento literário sobre hermenêutica, na antiguidade a temática estava sempre atrelada a um segundo significado, como por exemplo: hermenêutica jurídica, literária ou mesmo hermenêutica bíblica. Porém, no cerne do pensamento contemporâneo, nos deparamos com um forte traço de autonomia no seu significado.

Segundo Bleicher (1999), a hermenêutica contemporânea possui três tendências: teoria hermenêutica, hermenêutica filosófica e hermenêutica crítica. Cada uma delas com suas particularidades como apresentaremos a seguir:

A teoria hermenêutica objetivava a construção e fortalecimento de uma corrente que “resolvesse” o problema da interpretação, ou seja, aspirava o conhecimento da compreensão e da interpretação por meio da criação de uma teoria geral da interpretação. Como principais representantes desse modelo temos Wilhelm Dilthey, Friedrich Schleiermacher e Emilio Betti (SCHLEIERMACHER, 2000).

A hermenêutica filosófica rejeita o primeiro modelo e descarta a esperança de encontrar uma base teórica para a compreensão científica do sentido. Nessa perspectiva defende a ideia segundo a qual o filósofo ou intérprete encontra-se vinculado por um contexto de tradição ao objeto que busca interpretar. O termo tradição tem um significado de transmissão de patrimônio cultura/linguístico que se identifica no mundo e que pode ser por ele identificado. Entre os maiores estudiosos desse grupo, incluem-se Martin Heidegger, R. Bultmann e Hans-Georg Gadamer (GADAMER, 2008)

A terceira tendência apontada por Bleicher (1999) é a hermenêutica crítica, que busca, sobretudo, desconstruir os pressupostos idealistas da hermenêutica filosófica e da teoria hermenêutica a partir do princípio de que esses dois modelos desconsideram fatores extralinguísticos que também constituem o pensamento e a ação. Crítica particularmente a tradição inserida na linguagem, porquanto, tal pressuposto é questionável. Como os estudiosos mais destacados nesse grupo citam-se: Apel, Lorenzer, Sandkuhler e Jurgen Habermas.

Entre as vertentes da hermenêutica contemporânea mencionadas anteriormente, achamos mais adequada para contemplação dos objetivos propostos em nosso estudo a

adoção do modelo da hermenêutica filosófica. A nosso ver, tal modelo possui o diferencial de romper com a hermenêutica de caráter essencialmente metodológico. Ela pauta-se no princípio de subjetividade como fundamento para explicar o fenômeno da compreensão e interpretação humana.

Como afirma Lawn (2007), a construção da identidade da hermenêutica filosófica articula-se à medida que o desenvolvimento da sua tarefa crítica se agrega a uma tendência contrária à reivindicação universal de uma metodologia científica no âmbito da ciência moderna, cuja meta fundamental é a seguinte: promover por toda parte a experiência da verdade que ultrapassa o controle da metodologia científica, e indagar por sua própria legitimação, onde quer que a encontre.

Para Grondin (1993), a hermenêutica filosófica tem como meta confirmar os limites de uma tecnologia da compreensão e, portanto, do horizonte metodológico da ciência moderna por, dificilmente, compreender a complexidade das experiências humanas. Tem como propósito não o que fazemos ou o que deveríamos fazer, mas, o que, além do nosso querer e poder, acontece.

Um dos caminhos a conduzir Gadamer a formular a proposta da hermenêutica filosófica foi a intenção de criticar a postura positivista e sua característica peculiar de absolutizar um método em busca da verdade (GADAMER, 2008). A interpretação passa a fazer parte de um universo de compreensão e em função dela passamos a compreender os fenômenos do mundo.

3.2 Cenário da pesquisa

O cenário eleito para o estudo foi uma casa-abrigo localizada no município de Fortaleza –CE. Essa instituição foi criada em dezembro de 1992, pelo governo do Estado, sendo primeiro e único abrigo do gênero, no Ceará. Compete à Casa-Abrigo assistir a mulheres vítimas de violência conjugal, ameaçadas de morte por seus esposos/companheiros. Seu objetivo é garantir a integridade física e/ou psicológica de mulheres em risco de morte e dos seus filhos menores de idade, favorecendo sua condição de cidadã, mediante subsídios para retornarem à sociedade com melhores condições biopsicossociais.

Complementarmente na sua portaria 003, de 24 de março de 2006, afirma a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que as casas-abrigo devem, também, favorecer o exercício da condição de cidadã, resgatando e fortalecendo sua autoestima e

possibilitando-lhes se tornarem autônomas protagonistas dos seus próprios direitos (BRASIL, 2004a).

Para segurança dos abrigados (mulheres e filhos) e servidores, esta instituição mantém seu endereço em sigilo. A casa-abrigo integra a rede de proteção especial de alta complexidade, pois é destinada às ações de caráter multiprofissional, socioassistencial, atendimento psicossocial e apoio jurídico às vítimas. Recebe as mulheres que prestaram queixa e foram encaminhadas pela Delegacia da Mulher - DDM, atendendo, trimestralmente, em média, doze mulheres, bem como seus filhos.

Para ser encaminhada a casa-abrigo, a mulher deve preencher os seguintes critérios: ter prestado queixa na DDM; não dispor de recursos financeiros para viver longe do lar; não ter parentes e amigos que possam acolhê-la; e estar sob ameaça de morte (BRASIL, 2006).

Segundo o preconizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, as casas-abrigo devem oferecer atendimento interdisciplinar. A equipe permanente tem a sugestão de quadro mínimo de profissionais de nível superior, composto por assistente social e psicólogo. Apesar da sugerida equipe mínima, enfatiza a importância da existência de uma equipe de apoio da qual façam parte: nutricionista, pedagogo(a), enfermeiro(a) e advogado(a) (BRASIL, 2004).

A casa-abrigo estadual, na qual desenvolvemos o estudo, possui uma equipe formada por uma assistente social, que também tem formação em Direito, uma psicopedagoga e duas sociólogas. Para ter acesso ao endereço em sigilo e adentrarmos no campo de pesquisa, inicialmente, entramos em contato com a delegada titular da DDM do município de Fortaleza, onde fomos prontamente atendidas e tivemos oportunidade para esclarecimento dos objetivos do estudo.

Demonstrando interesse e preocupação com o atual quadro da violência praticada contra a mulher, a delegada se colocou à disposição e intermediou nosso contato com a coordenadora da casa-abrigo. Ressaltamos: em nosso percurso na busca de efetivação do estudo, nos deparamos com profissionais realmente engajados e comprometidos com a causa. Fato confirmado ao percebermos a receptividade da coordenadora do abrigo, a qual nos sugeriu, como caráter burocrático e hierárquico, a formulação de um ofício e encaminhamento à Secretaria da Ação Social.

Após concluídos os trâmites legais, obtivemos permissão para nos aproximarmos da realidade escolhida como campo de estudo.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Nosso estudo contou com a participação de dez mulheres, todas abrigadas durante o período de realização do estudo, as quais atenderam aos seguintes critérios: mulheres vítimas de violência conjugal; maiores de 18 anos, considerando o fato de que algumas abrigadas são menores de idade; sob tutela do Estado; não apresentar confusão mental que comprometesse as respostas relacionadas à pesquisa.

Este último critério tem como base dados da Organização Mundial da Saúde que revelam a direta ligação da violência conjugal sofrida por mulheres com maiores riscos a episódios de depressão, ansiedade e fobias, quando comparadas com mulheres que não sofrem esse tipo de abuso (OMS, 2003).

3.4 Procedimentos para produção de dados de pesquisa

A investigação qualitativa requer como elementos essenciais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e interação com todos os componentes envolvidos. Dentro dessa ótica são imprescindíveis as ações de observar e entrevistar (MINAYO, 2008). Pautada nesse pressuposto, a produção dos dados se deu por meio da utilização de quatro técnicas complementares: a entrevista semiestruturada; trabalho de grupo sob a forma de oficina; a observação participante; e a pesquisa documental.

Com a utilização destes dispositivos de produção de dados obtivemos subsídios para nos aproximarmos da realidade vivenciada pelas mulheres, favorecendo a reflexão e análise das ações do Estado, por meio da casa-abrigo, na busca de apreendermos o modo como elas vivenciam o processo de passagem pela instituição e a perspectiva do retorno à sociedade.

Os dados da pesquisa foram produzidos com base nos seguintes princípios e fases:

3.4.1 Fase 1 - Observação das pesquisadoras: uma construção através do olhar atento

Nesta primeira técnica de produção de dados, as observações ocorreram na casa-abrigo no período de março a setembro de 2009 e fevereiro de 2010. As observações aconteciam às sextas-feiras, e permanecíamos por um período de três horas. Um diário de campo foi elaborado a partir das nossas vivências e impressões das pesquisadoras sobre a instituição, relacionadas à observação, estrutura física, rotina da casa e do relacionamento interpessoal das abrigadas, entre si e com a equipe. Enfatizamos: a

observação participante se intercrucza com todos os momentos da coleta, sendo feito registro no diário de campo.

Para Chizzotti (1991), a observação participante é realizada por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, com base na sua perspectiva e seus pontos de vista.

Segundo Minayo (2008), a observação pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa.

Observar, nesse tipo de pesquisa, significa estar atenta com todos os sentidos, examinando um evento, um grupo de pessoas, instituições ou indivíduos dentro de um contexto. Não se trata, pois, de uma observação comum, mas voltada para a descrição de um problema previamente definido (VICTÓRIA; KNAUTH; HASSEN, 2000).

Como consta em Lobiondo-wood (2001), para ser consideradas científicas, as observações utilizadas nas pesquisas de campo devem obedecer aos seguintes critérios: terem coerência com os objetivos propostos na pesquisa; existir um plano sistemático e padronizado para observação e registro dos dados; todas as observações devem ser verificadas e controladas; estarem relacionadas com conceitos e teorias científicas.

3.4.2 Fase 2 – Entrevistas: a conversação como produção e compreensão hermenêutica

Nesta segunda técnica de produção de dados, após o aceite em participar da pesquisa, foram esclarecidos alguns pontos fundamentais, como objetivos da pesquisa, anonimato da informante e possibilidade de desistir do estudo. Como exigido, o termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado pelas informantes e após a solicitação da permissão para a gravação da pesquisa, esta teve início com perguntas relacionadas com o propósito do estudo.

Conforme o estabelecido, os tópicos das perguntas seguiram um roteiro semiestruturado (apêndice A), no qual abordamos os aspectos sócio demográficos, período pré-abrigo, relação com o agressor, bem como os aspectos da violência sofrida.

Segundo Lefréve e Lefréve (2005), a entrevista é um instrumento necessário na coleta da matéria-prima dos discursos. Leopardi (2001) complementa: no momento da entrevista o pesquisador está presente junto aos informantes, formulando questões inerentes ao seu problema. Turato (2003) reforça ao mencionar que a literatura é enfática quando se refere à entrevista semiestruturada como formato de instrumento mais adequado a ser utilizado em pesquisas qualitativas.

Quanto ao bom desempenho do entrevistador, é algo a depender fundamentalmente da experiência no campo. Suas hipóteses não devem ser tendenciosas. Cabe-lhe adotar uma postura adequada à realização de entrevistas semiestruturadas, encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de avaliar o grau de indução da resposta contida numa dada questão, controlar as expressões corporais, no intuito de evitar o máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, entre outros. Essas são competências construídas na reflexão suscitada pelas leituras e pelo exercício de trabalhos dessa natureza (DUARTE, 2002).

As entrevistas foram realizadas imediatamente após as oficinas apresentadas a seguir, realizadas nos meses de setembro de 2009 e fevereiro de 2010, de forma individual, gravadas e transcritas na íntegra. Foram entrevistamos duas mulheres ao término de cada oficina. Limitamos esse número em face da carência e necessidade demonstrada por algumas de serem ouvidas.

3.4.3 Fase 3 – Oficinas: grupo como espaço de expressão e sentidos

Nesta terceira técnica, como observamos, o grupo viveu momentos de solidão, reunião, individualidade, coletividade, conhecimento, trocas e aprendizagem. Portanto, revela-se excelente espaço para discutir, escutar, dar voz e vez a cada participante, considerar e, fundamentalmente, repensar.

Conceituar grupo é uma tarefa complexa, sobretudo por estar relacionado com o contexto onde é utilizado. Neste estudo adotamos o conceito de grupo de Pichón-Rivière (1998), um dos maiores estudiosos sobre a temática. Conforme define, grupo é um conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por circunstâncias de tempo e espaço articuladas por suas mútuas representações internas e por complexos mecanismos de assunção e atribuições de papéis, que se propõem de modo explícito ou implícito.

Assim, partindo do pressuposto segundo o qual os pensamentos e sentimentos do homem se exprimem mais por imagens do que por palavras, e por ser o inconsciente aliviado por meio da projeção de imagens espontâneas em expressão gráfica ou plástica (HAGEDORN, 1999), decidimos que nos momentos grupais as oficinas seria o método mais adequado para subsidiar esse espaço de expressão.

Em virtude de uma reforma ali realizada durante a coleta de dados, as admissões de abrigadas foram reduzidas. Tal fato, nos causou dificuldade de agrupar maior número de mulheres. Para nosso trabalho, os momentos de oficinas foram divididos em três subgrupos, no primeiro subgrupo, cujos encontros se deram nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2009, participaram cinco mulheres; O segundo subgrupo ocorreu dos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 2010 e contamos com a presença de duas mulheres; o terceiro aconteceu ainda em fevereiro 25, 26 e 27 e dele participaram três mulheres. Em todos os subgrupos a dinâmica adotada foi a mesma: material (tecido, tinta para tecido, revistas, cola, pincéis, papel madeira, giz de cera, lápis de cor), tempo dedicado, técnica de relaxamento e de expressividade.

As oficinas tiveram um espaço temporal de três horas, e seguimos a ordem de três dias consecutivos para todos os subgrupos. Isto, segundo Nogueira, (2004, p.222), é relevante para “necessidades de alternância entre repouso e trabalho, entre solidão e diálogo, ação e palavra”. Os recursos arte-terapêuticos usados foram: pintura em tela, pintura em tecido, desenhos e colagens adequados para o recurso da arte-terapia.

Cada oficina se constituiu de três momentos específicos que apresentamos a seguir: no primeiro momento adotou-se a musicoterapia, relaxamento, meditação no intuito de buscar a interiorização, destacar a autoestima positiva, a reflexão, atenuar fatores estressores e tensões.

Como sabemos a musicalidade e a sonoridade com terapia sempre foi uma constante na vida dos homens desde suas origens. Com base nesse pressuposto, iniciamos as oficinas com relaxamentos embalados por músicas de Mozart. De acordo com Ciornai (2004), estudos comprovam que esse tipo de música atua como facilitador de concentração e mobilização dos processos mentais.

O segundo momento era oportuno à produção de dados, através do ateliê de pinturas, o qual deu subsídios para estimular a criatividade, desvelar sentimentos, experiências, deixar a arte “falar” por elas, ser instrumento de revelação de coisas, ainda, obscuras, porém bem presentes nas suas histórias de vida.

Demarcando um contexto de violência, sofrimento, dor, nas oficinas, se revelaram, também, sentimentos de força, empoderamento, encontros e desencontros. Nesse momento, trabalhamos a temática central, e nela foram lançadas, em momentos distintos, questões temas: como se sente agora? Como se sente na casa abrigo? Como se percebe depois da passagem pela da casa-abrigo? Por fim o encerramento.

O Terceiro momento finalizamos com um fechamento, no qual as mulheres repassaram a experiência vivida no processo de violência conjugal e a condição de abrigadas em uma instituição pública, compartilhando experiências, intimidades e sentimentos, promovemos a avaliação da experiência vivida em grupo, oportunidade de estreitar vínculos entre as abrigadas. Terminamos com um momento de confraternização do grupo, mediante partilha de um lanche, com a degustação de tortas, sucos e salgados.

Para viabilização e construção desse momento de vivência, optamos pela arte-terapia como recurso expressivo e de produção de material empírico. A técnica da arte-terapia consiste em um tipo de abordagem psicoterapêutica que utiliza como mediação a expressão artística (dança, teatro, música, entre outras) ou as representações plásticas (pintura, desenho, gravura, modelagem, máscaras, marionetes.).

A expressão artística tem em comum a objeto da representação visual do domínio figurativo a partir da transformação da matéria; tem a função de interpretar o mundo, provocar emoção, reflexão, explicar e refletir as histórias humanas.

A arte-terapia centra-se no sujeito pesquisado, na ânsia de ajudá-lo a encontrar e a elaborar o universo de imagens significantes dos seus conflitos subjetivos. Oferece meios de simbolizar seus conflitos através atividades autoexpressivas (OLIVERIA; GARCEZ, 2001).

Quanto ao objetivo da arte-terapia, conforme Philippini (2000), é ativar a comunicação entre o inconsciente e o consciente, por meio de instrumentos apropriados.

Segundo complementa Valadares e Novato (2001), a arte-terapia colabora para esse processo ao oferecer inúmeros materiais para poder o indivíduo sentir a liberdade de escolha do que mais lhe convier. Essa característica atende à sua singularidade, e representa uma ferramenta para despertar e ativar a criatividade e, também, para desbloquear e transmitir à consciência instruções e informações oriundas do inconsciente. Tais informações são naturalmente ignoradas, contidas, disfarçadas, e, principalmente, ocultas na psique humana. Mas as informações colaboram para o desenvolvimento de toda a dinâmica intrapsíquica, ao serem transportadas à consciência por meio do processo arte-terapêutico.

Cumprido, ainda, ressaltar: na expressão artística, o indivíduo utiliza materiais diversos como fonte de expressividade, sentimentos, aspirações e sonhos que muitas vezes povoam seu inconsciente. Dessa forma, a arte construída representa uma válvula de escape, a saída de elementos dessa obscuridade.

De modo geral, conforme as principais características da construção em arte-terapia, esta pode ser realizada de forma livre ou dirigida, direcionada de modo individual ou na coletividade. Existem diversas formas, materiais e técnicas, entre as quais madeira, papel, arame, sucata, tecido, argila, massa de modelar e artes plásticas, usadas como complemento.

Descreveremos a seguir, algumas das técnicas expressivas mais utilizadas, dentro da perspectiva de Pillar (1990):

- a utilização de madeira: oferece subsídios para que o indivíduo possa criar objetos com características bem definidas quanto à espessura, à forma, ao tamanho, à cor e à resistência. Estas características variam de acordo com o pedaço e o tipo de madeira, o que leva o indivíduo a classificar, seriar e ordenar o material antes de selecionar o que necessita para construir o objeto;

- a construção com sucata: é outra possibilidade de transformação da matéria, pois propicia a exploração de diferentes propriedades de cada tipo de material, comparando-os entre si e utilizando-os conforme suas características específicas. O indivíduo, então, é estimulado a classificar, a selecionar e organizar diferentes tipos de materiais;

- a utilização de tecido: permite a manufatura de bonecos, que leva o indivíduo a desenvolver e modificar seu esquema corporal e conseqüentemente a representação da figura;

- a argila oferece maleabilidade, flexibilidade; permite novas possibilidades de construção, de fazer e desfazer, promovendo o desenvolvimento da autoconfiança. É um momento de oportunidades criativas, provocando experimentos como sensações e texturas diversas, auxiliando, desta forma, na liberação de tensões. As reações provocadas pela manipulação da argila trazem símbolos carregados de conteúdos afetivos. O contato com este material desencadeia no inconsciente um encontro com emoções profundas, promovendo uma volta ao passado perdido no tempo e no espaço.

À medida que o ser humano entra em contato com sua natureza criativa, a percepção se abre e os sentimentos mais profundos vem à tona. Sensações, emoções e imagens pessoais se configuram em símbolos e surge um novo olhar, um novo escutar, um novo sentir a partir desse diálogo, e, assim, o processo transcorre mais aberto e mais fluido. Ao vivenciar a arte, o indivíduo estabelece contato com seu mundo interior, elabora o autoconhecimento (CIORNAI, 2004).

Na nossa ótica, a vitimação pela violência conjugal pode gerar em suas vítimas os mais contraditórios sentimentos por amar quem as espanca: raiva, angústia, frustração,

medo, dor, revolta, impotência e amargura. Cada ser humano vive esses sentimentos de forma singular. Em alguns casos, internalizar esse sentimento, colocá-lo em alguma “gaveta” do nosso inconsciente para ser de imediato a melhor escolha. Contudo, além desses sentimentos considerados muitas vezes negativos, podemos também por meio da arte-terapia, trazer à tona sonhos, desejos, idealizações, projetos de vida, necessidades entre muitas coisas importantes para o fortalecimento do ser humano.

3.4.4 Fase 4 - Estudo documental: uma aproximação teórico-reflexiva

A quarta técnica de produção de dados ocorreu por meio da pesquisa documental. Esse tipo de estudo caracteriza-se como uma fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento do acontecimento do fato ou fenômeno, ou posteriormente (LAKATOS, 1991).

Essa última etapa concretizou-se durante todo o período da pesquisa, mas, intensificou-se de forma acentuada nos meses de agosto de 2009 a janeiro de 2010. Para tanto, tivemos como fonte documental dois cenários distintos: Brasil e Portugal. Na cidade do Porto, foram enfocadas as políticas públicas de combate à violência praticada contra a mulher. As fontes de dados foram os acervos das bibliotecas da Escola Superior de Enfermagem do Porto, Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia da Universidade do Porto, bem como o banco de dados PubMed, BVS/Bireme, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Adotamos como critério de seleção os descritores em saúde: formulação de políticas, Portugal, Brasil e violência contra a mulher. Esse momento investigativo foi transversal durante toda a pesquisa.

3.5 Análise dos dados

A partir dos dados produzidos e da fundamentação teórica, a discussão se deu por meio dos princípios da hermenêutica filosófica. A análise foi norteada pela síntese feita por Minayo (2008) a qual apresentaremos a seguir, enfatizando os critérios essenciais para os princípios básicos da hermenêutica, o que nos dará subsídios para a práxis interpretativa.

Primeiro: buscar as diferenças e as semelhanças entre o contexto do autor e o do investigador. Explorar as definições de situação do autor que o texto ou a linguagem em análise permitem deve constituir-se num labor interpretativo do pesquisador. Para os

hermeneutas, o mundo cotidiano onde se constrói o discurso é o parâmetro da análise, pois é o único mundo possível do consenso, da compreensão ou do estranhamento da comunicação intersubjetiva, por isso é o mundo objetivo.

Segundo: supor o compartilhamento entre mundo observado e os sujeitos da pesquisa com o mundo da vida do investigador (*porque compreender é sempre compreender-se*), buscando entender as coisas e os textos “neles mesmos”, distinguindo o processo hermenêutico do saber técnico que elabora um conjunto de normas para analisar um discurso; apoiar a reflexão sobre o contexto histórico, partindo do pressuposto de que o investigador-intérprete e o sujeito de observação e pesquisa são representantes de expressividades do seu tempo e do seu espaço cultural.

Portanto, para compreendermos os dados obtidos, lançamos mão das etapas a seguir (MINAYO, 2008):

- 1- Ordenação dos dados que engloba tanto as entrevistas como o conjunto de documentos de cunho investigativo para o direcionamento das políticas públicas voltadas para mulheres vítimas de violência. Esse momento inclui, também, a transcrição das entrevistas gravadas e a releitura do material e organização dos relatos, com vistas a uma classificação inicial.
- 2- Classificação dos dados – leitura exaustiva e repetida do material coletado para a constituição do “corpus” (entrevista e documentos), tendo como base a fundamentação teórica e os pressupostos da pesquisa na construção das estruturas relevantes dos atores sociais e elaboração de categorias empíricas, identificadas a partir dos discursos e documentos.
- 3- Análise final – as etapas anteriores permitirão uma reflexão sobre o material empírico, o que é ponto de partida e de chegada da análise. Essa dinâmica se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, entre o objetivo e o subjetivo.

O eixo central para toda compreensão necessita testar e colocar em risco as próprias convicções e preconceitos, e através de um encontro, com o que é radicalmente “outro” ou estranho. Para isto exigem-se imaginação e sensibilidade hermenêutica para compreender o “outro” em seu sentido mais forte possível. Somente buscando aprender do “outro”, somente pela totalidade do compreender de suas reivindicações, pode-se ter um encontro crítico.

Nessa perspectiva de compreender o outro em sua totalidade, existe forte influência da tradição, dos preconceitos, e quando nos referimos ao preconceito, esclarecemos: não podemos nos deixar levar pela forma pejorativa na qual essa expressão muitas vezes está arraigada.

O preconceito pode ser concebido tanto na forma negativa quanto na positiva, conforme destaca Dostal (2006, p 42):

A compreensão implica sempre uma pré-compreensão que, por sua vez, é influenciada por uma tradição determinada em que vive o intérprete e que modela os seus preconceitos. Ademais, todo encontro significa a “suspensão” de meus preconceitos, seja o encontro com uma pessoa com quem aprendo a minha natureza e os meus limites, seja com uma obra de arte ou com um texto; e é impossível contentar-se em “compreender o outro”, quer dizer, buscar e reconhecer a coerência imanente aos significados-exigências do outro. Um outro chamado está sempre subentendido. Tal como uma idéia infinita, o que também está subentendido é uma exigência transcendental de coerência na qual tem lugar o ideal de verdade. Mas é ainda necessário que eu esteja disposto a reconhecer que o outro (humano ou não) tem razão e a consentir que ele prevaleça sobre mim.

Compreender não significa estar ou não de acordo com o que ou com quem se compreende; compreender representa a possibilidade de conhecer, ponderar, refletir, questionar o que o outro pensa. Segundo Almeida e Rohden (2000, p.24) defendem o compreender está diretamente relacionado com a necessidade de responder aos questionamentos oriundos da situação hermenêutica do intérprete, na medida em que a compreensão mesma exige a constante aplicação dos sentidos compreendidos.

O princípio da hermenêutica defende que o êxito da compreensão consiste em não isolar o todo das partes, que estas, tem relação fundamental para a compreensão.

Esse processo interpretativo tem como elemento de base um dos pontos culminantes da compreensão, o círculo hermenêutico, conhecido como o processo pelo qual o todo fornece o sentido às partes e vice-versa. Usando como exemplo uma frase, compreendemos o sentido de uma palavra e ao mesmo tempo percebemos sua relação com toda a frase; inversamente, compreendemos o sentido da frase na medida em que compreendemos o sentido das palavras. O mesmo se aplica a um conceito em relação a seu contexto ou horizonte: o horizonte é constituído pelos elementos aos quais ele empresta um sentido. A compreensão é então circular porque é nesse círculo que surge o sentido (ALBERTI, 1996).

De acordo com os pressupostos do círculo hermenêutico, nossas experiências prévias influenciam de forma direta na nossa capacidade de entendimento. Portanto,

sem esse conhecimento prévio, não é possível ingressar no campo de entendimento entre ouvinte e orador.

3.6 Aspectos éticos na pesquisa com seres humanos

A ética esteve presente em todo o processo da pesquisa. “O ético emerge na interação de sujeitos, mas aponta para a superação de qualquer particularismo. O ético diz respeito a um espaço de possível reconhecimento recíproco entre sujeitos de igual dignidade” (OLIVEIRA, 1993, p.218). Em observância aos preceitos éticos, atribuímos nomes fictícios às entrevistadas, no intuito de manter-lhes o anonimato.

Ainda conforme os preceitos éticos, esclarecemos mediante termo de consentimento, que a informante teria o direito de recusar-se a ser entrevistada ou interromper o processo de pesquisa a qualquer momento. Seguimos todas as determinações do Conselho Nacional de Saúde através das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres humanos, estabelecidas com base na Resolução 196/96 (BRASIL, 1996), tais como a ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; garantindo que danos previsíveis serão evitados; preservando a autonomia e o respeito.

Também como exigido, encaminhamos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará para apreciação, o qual foi aprovado sob o parecer nº 124/09 datada de setembro de 2009.

RESULTADOS E ANÁLISE

*Mariquinha, Dadá, Cristina, Inacinha, Adelaide,
Maria Bonita, Naninha, Lili, Dulce, Catarina.*

4 COMPREENDENDO O DISCURSO DAS MULHERES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA

*Sou guerreira , Sou inteligente
Sou entusiasta , Sou contemporânea
Sou herança de tantas outras
mesmo com seus falsos poderes tentem me aniquilar,
mesmo que coloquem espada da injustiça
mesmo assim tenho este mantra eu meu coração:
"Nunca me verás caída ao chão"
(Esmeralda Ribeiro)*

Daremos início à apresentação e discussão dos dados. Em seguida, apresentaremos os componentes sem os quais essa pesquisa não teria razão de ser: a instituição pesquisada e as informantes do estudo.

4.1.1 A instituição Casa-abrigo: sua estrutura e dinâmica de funcionamento

A casa-abrigo onde desenvolvemos a pesquisa, conhecida, também, como “Casa do Caminho,” é um serviço emergencial que abriga mulheres vítimas de violência doméstica, unidade da Secretaria da Ação Social do Governo do Estado do Ceará. Localizada em endereço sigiloso, abriga mulheres e filhos, os quais permanecem sob tutela do Estado por um período de até noventa dias ou, em alguns casos, quando não é possível desligar a abrigada, por não possuir um local seguro para ser encaminhada após o desligamento, a mulher permanece por um período superior a noventa dias.

Mencionada instituição foi inaugurada no dia 21 de novembro de 1992, com os seguintes objetivos: proporcionar guarda e proteção à integridade física das mulheres e filhos quando vítimas de violência física/psíquica, no espaço de convivência educativa no formato de albergue, com recurso emergencial e provisório, visando encaminhá-las em melhores condições biopsicosociais à sociedade (PINHEIRO, 2006).

A “Casa do Caminho” tem, aproximadamente, 500 m² construídos, em uma área de 1.152 m², sendo protegida por muros altos, brancos, com arame farpado em toda a sua extensão. A casa é pintada de branco, com algumas partes revestidas de azulejo branco; as grades das janelas, portões internos e portão principal são pintados de azul. Sua estrutura física é esta: um banheiro coletivo, uma cozinha, um salão no qual as abrigadas se reúnem para ver TV, participar de festas comemorativas, conversar ou simplesmente se deixam ficar ali; uma lavanderia; o espaço pedagógico composto por

uma salinha de 4m²; e um amplo salão, com uma estante contendo uma TV e um DVD, espaço de construção pedagógica e lazer para ver desenhos e filmes infantis.

Possui ainda, oito quartos para as abrigadas, três salas para os técnicos, com um banheiro, refeitório com duas grandes mesas com espaço para acomodar até 25 pessoas; almoxarifado, onde são guardados alimentos, produtos de limpeza e pertences levados ao abrigo pelas abrigadas. Por último, uma guarita na parte interna dos muros da casa.

Quanto à equipe de funcionários e técnicos que trabalham na casa-abrigo nos horários diurno e noturno, menciona-se: duas assistentes sociais, uma pedagoga, duas sociólogas, duas agentes administrativas, quatro assistentes administrativos, cinco atendentes infantis, um agente social, duas cozinheiras, um porteiro, quatro vigias e um motorista.

As abrigadas chegam à Casa do Caminho encaminhadas pela Delegacia de Defesa da Mulher, sendo levadas de suas casas até o Juizado da Violência para expedir as medidas protetivas, preconizadas pela Lei Maria da Penha. Em consonância com estas, o juiz determina que o agressor deve sair de casa e não se aproximar da mulher em um raio de 100 metros, bem como informa ao agressor, por meio de mandado judicial, que existe uma ação civil movida contra ele. Teoricamente essas medidas protetivas devem sair em 48 horas.

Contudo, devido à morosidade da justiça e, muitas vezes, à dificuldade de encontrar o agressor e notificá-lo, as mulheres costumam ficar bem mais tempo na casa-abrigo. No caso das participantes do estudo, esse período variou entre uma e quatro semanas.

Ao serem admitidas, as internas, juntamente com um técnico da casa-abrigo, fazem uma lista de pertences, a qual ficará anexada ao seu prontuário. Objetos de valor, como joias e dinheiro, são entregues na coordenação e guardados até a saída da abrigada.

De acordo com as normas da casa-abrigo, as abrigadas cuidam da limpeza da casa no período da manhã e, se desejarem, podem ajudar no preparo das refeições. Cada uma é responsável pela limpeza do seu quarto e das roupas, suas e dos filhos; é terminantemente proibido manifestação de violência contra outras abrigadas, assim como a saída das internas, salvo algumas exceções, como necessidade de cuidados médicos/jurídicos. No período da tarde, na maioria das vezes elas assistem TV, repousam, lavam suas roupas e dos filhos.

A casa-abrigo mantém convênio com o Sistema Nacional de Emprego do Ceará com vista a colocar as abrigadas no mercado de trabalho. Sobre as crianças, ficam no setor pedagógico executando algumas tarefas, tendo em vista que deixam a escola enquanto estão na instituição.

Durante o período de abrigamento, as crianças e as mães não recebem atenção psicológica, a não ser quando é observada alguma alteração no comportamento. Nestes casos, as abrigadas são encaminhadas para um centro de referência de combate à violência contra a mulher, no qual existe a disponibilidade de assistência psicológica.

Do modo como descrito, a casa-abrigo cumpre, sobretudo, a função de acolher fisicamente a mulher vítima de violência e seus filhos menores, protegendo-os dos agravos físicos provocados pela convivência com o agressor.

4.1.2 Apresentando as mulheres

Daremos início à caracterização das entrevistadas do estudo. A escolha dos nomes fictícios ocorreu durante a realização de uma das oficinas, na qual pedimos às abrigadas sugestões sobre como identificá-las no estudo. A princípio houve silêncio, imediatamente “quebrado” por uma delas que, com voz firme e segura, disse: que tal as mulheres do cangaço? Busquei a cientificidade para justificativa, porém, como sabemos, muitas vezes os positivistas contrários ao nosso estudo, desconsideram o caráter científico do subjetivo. O que leva uma mulher que foi subjugada, espancada, humilhada e desacreditada a fantasiar ser uma personagem do cangaço? Deixo a resposta “povoar” o imaginário do leitor.

Para alguns cangaceiros, a entrada das mulheres nos bandos foi vista como a decadência e desgraça do cangaço; para outros, as mulheres vieram aplacar a fúria assassina e o desejo sexual disforme que tanto feriu e humilhou as famílias nordestinas. Com a chegada e a permanência feminina, os cangaceiros adquiriram mais respeito com as mulheres, e, dessa forma reduziram-se, consideravelmente, os terríveis estupros. Contudo, segundo o profetizado pelo padre Cícero, Lampião seria invencível enquanto não houvesse mulheres no seu bando (LIMA, 2009).

No quadro 3, consta a caracterização sociodemográfica das mulheres vítimas de violência participantes do estudo.

Quadro 3 – Caracterização sociodemográfica das mulheres vítimas de violência. Fortaleza – CE, 2010.

Nome fictício	Idade/Anos	Nº filhos	Ocupação	Escolaridade	Renda R\$	Tempo casada -anos	Tempo abrigo - dias
Maria Bonita	27	1	Técnica de Enfermagem	2º grau comp.	500,00	5	8
Catarina	34	1	Doméstica	3ª série	380,00	8	30
Mariquinha	37	5	Ambulante	4ª série	200,00	15	60
Dadá	36	1	Doméstica	3ª série	460,00	10	30
Cristina	51	5	Artesã	2º grau comp.	400,00	35	30
Lili	40	3	Dona de casa	analfabeta	200,00	15	15
Dulce	35	3	Dona de casa	3ª série	500,00	9	8
Inacinha	20	1	Dona de casa	7ª série	500,00	12	10
Naninha	34	1	Dona de casa	Analfabeta	300,00	15	8
Adelaide	34	1	Dona de casa	2ª série	400,00	3	20

Conforme este quadro, o grupo estudado apresentou as seguintes características: faixa etária de 20 a 51 anos, a maioria entre os 30 e 40 anos; portanto, a maioria das mulheres que sofreram violência era jovem, tal como estudos realizados por Deslandes, Gomes e Silva (2000) e Valdez-Rojas *et al* (2002), os quais relataram uma faixa etária de idade de até 44 anos.

A presente pesquisa verificou um perfil das participantes que, inclusive, coincide, em muitos aspectos, com dados de outros estudos. Segundo Adeodato (2005), em pesquisa sobre presença de depressão em mulheres que registraram queixa na Delegacia da Mulher, as vítimas possuem as seguintes características: são jovens, casadas, têm filhos, pouco tempo de estudo e baixa renda.

Ainda conforme o quadro, o número de filhos variou de um a cinco, com média de 2,2 por mulher. No entanto, daquelas que aquelas que têm somente um filho (6), quase todas (5) já estão com mais de 30 anos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), vem sendo observado queda no índice de fecundidade da mulher brasileira.

Quanto ao perfil sociodemográfico do grupo estudado, sete delas moram na periferia do município de Fortaleza, três moram no interior do Estado do Ceará; três moram em casa própria e sete moram em casa alugada; a renda mensal pessoal é baixa, em média, R\$ 374,00 reais.

Consoante Adeodato. (2005) relatam, mulheres de maior poder aquisitivo dispõem de recursos políticos e econômicos para ocultar a violência doméstica. Surge, então, a subrepresentação nos dados de violência denunciada.

No referente ao tempo de casada, a média foi de quinze anos, com o tempo mínimo de três anos e o máximo de 35. As entrevistadas estavam no abrigo com uma média de tempo de 24 dias; o mínimo de permanência era de oito dias e o máximo de dois meses.

Considerando-se o tempo médio de permanência em uma relação estável como significativo, questionamos se a relação de violência só se estabeleceu recentemente, ou se, apenas agora, a mulher se sentiu com coragem de denunciar. O discurso das pesquisadas fornece mais subsídios para se esclarecer o tipo de relação e de convivência vivenciado pelas mulheres do estudo.

4.1.2.1. Guerreiras e “Cangaceiras”: as mulheres do estudo

A palavra mais adequada para definir as mulheres entrevistadas é esta: guerreira. Diferentemente do que afirmado pelo senso comum, elas não gostam de apanhar, muito pelo contrário, sofrem, sentem-se humilhadas e algumas revidam às agressões dos seus parceiros, muito embora os fatores biológicos e hormonais não nivelem as forças agressor/agredida.

- Maria Bonita

Morava com a mãe em uma casa alugada. Viveu com o marido por cinco anos, atualmente não tem renda familiar, é sustentada pela mãe. Primeira vez no abrigo, abrigada há um mês. Convive com a violência doméstica desde a infância, período em que era agredida pelos pais. O pai faleceu quando ela tinha 10 anos, foi criada pela avó materna. Casou na adolescência, um dos filhos fruto dessa relação faleceu aos 3 anos, não tem uma boa relação com a mãe, relata que as duas trocam agressões físicas e verbais.

- Catarina

Convive com a violência doméstica desde a infância, seus pais usavam a violência física como forma de disciplinar. Na adolescência teve de trabalhar como doméstica para

conseguir se manter. Foi casada duas vezes e em ambas seus companheiros se mostraram violentos. Sente falta do apoio da família.

- Mariquinha

Sofre com a violência doméstica desde a infância, sofria agressões físicas dos pais e irmãos mais velhos. Sente dificuldade em se relacionar com vizinhos por que tem vergonha de ser espancada pelo marido. Sempre sonhou com sua liberdade e com um trabalho

- Dadá

A mãe faleceu quando ela tinha cinco anos, foi criada pela madrasta que era muito violenta. Relata ter sido espancada aos dez anos pelo pai, que usou um pedaço de madeira retirado de uma cerca. Aos doze anos, começou a trabalhar como empregada doméstica, se casou duas vezes, a primeira com 16 anos. As duas relações eram violentas. Viveu com o último companheiro por seis anos.

- Cristina

Seus pais se separaram quando ela tinha quatro anos. Afirma que por conta do fato, passaram a sofrer demais, pois sofriam discriminação, não tinha quem defendesse, protegesse. Diz ter-se transformado no saco de pancadas da própria mãe. Segundo relata, nada que fazia estava bom, com 7anos cuidava dos irmãos, mas para mãe nunca acertava. Criança, pintava mesas e cadeiras para arrumar a casa melhor, na verdade, tentava diminuir o sofrimento da mãe por ter sido abandonada.

- Lili

Relata que teve uma infância difícil, era a filha mais velha, por isso ia trabalhar com o pai na roça, sua mãe era muito severa, não era do tipo carinhoso. A mãe batia nela e nos irmãos. Casou com seu primeiro namorado, sofreu bastantes humilhações, nunca se sentiu respeitada. Sente falta de ter um carinho do marido, nunca teve carinho de ninguém.

- Dulce

Era a mais nova de cinco filhos, o que tornava a situação ruim, pois era criança cuidando de criança. A mãe trabalhava e os filhos eram cuidados pela filha mais velha de 10 anos. O pai era alcoólatra, espancava a mãe e batia muito nos filhos também. A família era muito pobre, viviam no interior do Ceará. O sonho dela quando criança era ter uma boneca. À falta de uma, enrolava um pano em um graveto de madeira e brincava.

- Inacinha

Afirma já ter enfrentado grandes dificuldades financeiras, já pediu esmolas, passou muita fome. A pior coisa que sentiu foi ver os filhos pedindo comida e não ter nada para eles comerem. Sonha em ter um trabalho, uma casa digna para criar os filhos, vive do bolsa-escola, sente grandes dificuldades em esquecer tudo que já passou na vida.

- Naninha

Informa que os pais se separaram cedo, a mãe casou com um homem que não gostava dos (as) enteados (as). Tem cinco irmãos, todos apanhavam muito do padrasto, o irmão mais velho fugiu de casa porque não aguentava mais tanto sofrimento. Casou ainda na adolescência, mas não acertou na escolha, o marido nunca se mostrou carinhoso, e foi piorando com o passar do tempo.

- Adelaide

Era muito espancada pelo pai, e isso a motivou a procurar uma forma de se “libertar” desse sofrimento. A forma que encontrou foi casando, mas percebeu ter cometido um grande erro, pois, seu marido a espancava tanto quanto seu pai. Sente-se muito infeliz e gostaria que a vida fosse menos cruel.

4.2 – Análise hermenêutica dos discursos: dando voz às mulheres

Consideramos pertinente acrescentar que durante as entrevistas vivemos momentos carregados de extrema tensão, expressão de sentimentos e emoções em virtude de ser penoso para as mulheres relembrar as experiências de uma relação de violência. Acreditamos ter sido um privilégio para nós o fato destas mulheres demonstrarem confiança a ponto de expor momentos de grande violência física e psicológica.

Como pesquisadoras da temática violência tivemos contato com muitas histórias de sofrimento daquelas que vivenciavam tal condição, permitindo-nos buscar a compreensão ou a explicação para este fenômeno. Já como mulheres e seres humanos, não é possível nos abstrairmos de um fenômeno que marca o corpo e a alma das suas vítimas que, a nós, olhos nos olhos, relatam suas chagas.

Segundo Lawn (2007) um dos grandes estudiosos de Gadamer, o processo de entendimento de um texto não é obtido tornando o intérprete invisível diante da psicologia do autor, resultando da oscilação entre a parte e o todo. Essa afirmativa nos revela que a hermenêutica é um dialogo interativo, resultante de um elo preexistente entre os indivíduos.

Compreender, sem dúvidas é o verbo mais adequado ao momento de análise dos discursos das mulheres vítimas de violência doméstica. Neste processo de análise, nos aproximamos da realidade vivenciada por elas, não só na experiência da violência, mas no cotidiano da condição de abrigadas.

Para compreensão dos discursos, nos dedicaremos à análise do material produzido junto às pesquisadas por meio da busca do sentido e da subjetividade expressa nas falas das mulheres, apresentando-os em categorias e subcategorias.

Quadro 4- Categorias e sub-categorias dos discursos das mulheres

Categorias	Sub-categorias
1. Desvelando o ciclo da violência	1.1. Faces da violência doméstica 1.2 Vivência da violência conjugal
2. Rompendo o ciclo da violência conjugal	2.1. A denúncia pelo medo de ser Assassinada 2.2 Da paixão ao ódio e revolta
3. Marcas deixadas pela violência	3.1. Feridas na alma 3.2 Consequências na família: Fragmentação
4. A mulher revelando-se em formas, tons e falas, oficinas denotando sentidos	4.1. A mulher que é hoje 4.2 A mulher abrigada 4.3 A mulher projetada fora de casa -Abrigo

- **CATEGORIA 1: DESVELANDO O CICLO DA VIOLÊNCIA**

Ao serem questionadas sobre como era sua vida até a chegada ao abrigo, conforme identificamos, a perversidade da violência contra a mulher fica registrada na memória das informantes. Elas relatam cenas de agressão trazidas dos tempos de infância até a vida atual, refletidas na dolorosa relação conjugal. As condições descritas evidenciam a manutenção de um ciclo de violência presente na vida das abrigadas. Na análise dos discursos, apreendemos a violência doméstica manifestada em todas as modalidades.

Conforme mostram os depoimentos, os motivos para “justificar” os atos violentos perpetrados pelos pais, padrastos madrastas e companheiros são os mais variados possíveis, desde uma forma de disciplina, até motivos de forte influência cultural, como a questão de gênero.

As manifestações de violência vivenciada pelas pesquisadas são analisadas nas seguintes subcategorias:

Subcategoria : Faces da Violência Doméstica

A violência faz adoecer o sistema familiar, e se expressa de diversas formas, sendo vivenciada, cotidianamente, em muitos lares. Uma das faces da violência é a praticada contra a criança sob a forma de agressões físicas e castigos.

De acordo com Minayo, Assis e Souza (1999), a violência física se caracteriza pelo uso da força contra a criança, provocando desde leve dor, a ferimentos de média gravidade, até a tentativa ou execução do homicídio. Na tentativa de “instruir” a criança, muitas vezes, o adulto ou responsável usa a força física como elemento “educativo”, buscando sempre justificativa para tal ato.

As falas revelam a presença da violência na vida das entrevistadas desde a tenra idade, com agressões perpetradas das mais diversas formas, quer seja direta ou indiretamente.

Culturalmente aceita, as punições com conotações “educativas” são projetadas de geração a geração, e não fugindo à regra do ciclo da violência, tende a ser repassada do mais forte para o mais fraco, independente de ser no âmbito público ou privado. As falas seguintes retratam a violência vivida pelas informantes:

[...]Ás vezes eu penso que é minha sina. Meu pai me batia tanto, tanto, não queria saber com o que estava batendo, queria era bater, tanta fazia ser com corda, pau ou cipó. Na adolescência piorou, comecei a querer namorar e ele não deixava[...] (Catarina).

[...]Meus pais se separaram eu tinha 4 anos; passamos a sofrer demais, pois filhos de pais separados viviam à margem da sociedade, não tinha quem defendesse, protegesse. Eu me transformei no saco de pancadas da minha mãe. A infelicidade dela foi jogada toda pra cima de mim; nada que fazia estava bom. Com 7 anos eu cuidava dos meus irmãos, mas, pra ela, eu nunca acertava [...] (Cristina)

[...]Eu passei por muita dificuldade, mas não quero desistir sabe? Apanhei muito quando era criança; apanhei de pai, mãe, irmãos mais velhos, e agora da peste do meu marido. Não foi fácil e ainda não é! Meu pai pegou uma tira de couro e bateu na gente. Nunca esqueço essa pisa [...] (Dulce)

[...]Apanhei muito do meu padrasto, o bicho era ruim que só o demônio. Eu tenho um irmão que nem sei se ainda está vivo, ele fugiu de casa de tanto apanhar do meu padrasto. Minha mãe não fazia nada, ele sabia disso e ficava se sentindo o dono da situação. Quando meu irmão mais velho fugiu, pensei que ela fosse deixar meu padrasto mas que nada[...](Naninha)

[...]Meu pai e minha mãe viviam brigando e, sabe como é, sempre sobra pra gente, os filhos. Mas eu não me importava, sabe como é criança, sempre aprontando. Eu morria de medo dos meus pais (risos). Quando meu pai olhava pra mim, eu me tremia toda, já sabia o que me aguardava[...] (Adelaide)

Conforme afirmam Vilhena e Maia (2002), a violência, além de ser uma patologia individual, é produto do sistema. Esteve e ainda está presente no âmbito familiar desde o surgimento da humanidade. Para melhor compreensão do fenômeno da violência foi evidenciar a violência como um produto das relações sociais. As autoras destacam as metamorfoses da violência como doença da sociedade, sendo detentora de certa racionalidade, à medida que é eficaz em alcançar o fim a que se propõe. Nesse caso, em virtude da sua instrumentalidade, a violência perde o caráter demoníaco a ela atribuído.

Quando perpetrada no contexto doméstico, privado, ganha maiores proporções em face da intimidade e sigilo existente nesse contexto e interfere nas relações entre os membros da família. Quando instalada no âmbito familiar, tende à coisificação da vítima e dominação do agressor, que assume lugar de “privilégio” na hierarquia das relações de poder.

Cabe enfatizar que a violência intrafamiliar abrange conceitos específicos de violência física, psicológica, sexual e de negligência, e possui suas peculiaridades quando comparada com a violência doméstica. Enquanto a violência doméstica se instala entre pessoas não ligadas por vínculos de consanguinidade ou afetivos, a de

natureza intrafamiliar é ocasionada entre pessoas com vínculos consanguíneos e/ou domésticos (FERREIRA, 2007).

Segundo Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) ressaltam, os limites que o ambiente doméstico impõe acarretam a privacidade, bem como o isolamento da família dos “olhos e ouvidos” da sociedade. Assim, proporciona aos agressores um local onde a violência se torna um crime perfeito, porquanto, pode ser praticada sem testemunhas ou encoberta pela convivência silenciosa.

Nesse âmbito, os pais ou responsáveis, no intuito de tornar a criança mais “dócil e obediente”, usam muitas vezes a força e repressão. Segundo Foucault (2004), o poder disciplinar é, com efeito, um poder que tem como função maior “adestrar”. A disciplina fabrica indivíduos; é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos, ao mesmo tempo, objetos e instrumentos do seu exercício.

Nas palavras de Galvão e Andrade (2004), as práticas desses pais perpetuam as velhas ações de cunho autoritário. Mas a punição só tem efetividade se vier acompanhada de dor e os limites impostos pelos pais são justificados como métodos educativos, traduzidos em punir e bater, para disciplinar. Culturalmente, a violência é considerada um instrumento educativo e de aprendizagem, uma espécie de ensinamento repassado de geração a geração.

Ao mencionarmos o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, garante que nenhuma criança ou adolescente poderá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punida na forma da lei qualquer ação ou omissão que atente contra seus direitos fundamentais (BRASIL, 2000).

A criança em situação de violência tende a utilizá-la como forma de vida, com grandes chances de reproduzi-la em seus relacionamentos, tanto na infância como na fase jovem e adulta (ARAÚJO, 2002).

Ser criança em uma família atingida pela violência intrafamiliar pode constituir um fator de risco para a reprodução do ciclo da violência na fase adulta. Isso porque, muitas vezes, a “linguagem” das ações violentas é encarada pela criança como a forma mais eficaz de diálogo e resolução de conflitos.

Essa perspectiva é crucial para a percepção do poder de perpetuação da violência quando não tratada da mesma forma complexa com que se apresenta. Contudo, achamos pertinente salientarmos que devemos ter o devido cuidado de não estigmatizar a vítima de violência como um potencial adulto violento.

Para Junqueira e Deslandes (2003), algumas crianças, apesar do sofrimento vivenciado pela violência, conseguem passar por essa experiência sem apresentar o quadro de sequelas descrito anteriormente, e encontram caminhos para a (re) construção das suas próprias vidas. Dessa forma, não desenvolvem comportamento vingativo ou violento para a sociedade e, assim, não devem ser estigmatizadas com preconceito.

Existem várias explicações para a violência. O ciclo da violência é mantido pela denominada síndrome do pequeno poder, no qual, muitas vezes, o pai, alvo de humilhação em seu ambiente de trabalho, ao chegar em casa espanca seu filho; ou, com frequência a mãe, objeto de violência física do companheiro, comporta-se violentamente, descarregando nos filhos suas frustrações. Com efeito, quase sempre, a criança aparece no fim dessa cadeia, em seguida à mulher (AZEVEDO, 2000).

Por pensar uma análise das relações de poder focada nas ações sobre ações, Foucault escreveu histórias das conduções das condutas. Porém, condutas só podem ser conduzidas se há um certo campo de possibilidades, em que diversas condutas, diversas reações, diversos modos de comportamentos possam ocorrer e apenas no limite e como saturação é que a coerção pura e simples da violência aparece e encerra o jogo da relação de poder (FOUCAULT, 2004, p. 244).

Constatamos a difícil realidade de um histórico de violência na vida dessas mulheres, já tão marcadas por tal fenômeno. Ações praticadas por irmãos mais velhos, pais e padrastos. Atores sociais envolvidos que se retroalimentam em um ciclo violento e, aparentemente, perene.

No intuito de combater a cronicidade do fenômeno da violência contra infância e juventude foi instituído em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seus vários artigos, o estatuto aborda a violência contra crianças e adolescentes e, em alguns deles, enfoca, principalmente, a violência doméstica como marco de legislação para a proteção infanto-juvenil (BRASIL, 1990). Conforme, porém, assinala Graciani (1997), trata-se de uma legalidade não reclamável, que não oferece garantias concretas no cotidiano, pois o Brasil ainda não aceitou de forma efetiva, muito menos, incorporou esse estatuto.

Aspectos sociais e políticas para a (re) produção da violência estiveram presentes nos discursos das entrevistadas. Inegavelmente a exclusão social é perceptível no atual panorama de políticas sociais brasileiras, onde milhares de famílias sobrevivem, ainda, de forma sub-humana.

As mazelas sociais podem projetar nos marginalizados determinados tipos de violência nos quais as vítimas se envolvem em uma trama de revitimação. O trabalho infantil representa uma violência mantida pela miséria e negligência das políticas, dos pais ou responsáveis.

Conforme observado, a infância financeiramente produtiva é uma realidade nas falas das informantes, bem como a violência baseada em gênero, demonstradas nas falas seguintes

[...]Minha vida não era nada fácil: primeiro, vivi no interior com a minha família, era a irmã mais velha de cinco irmãos, por isso meu pai me levava para roça para trabalhar com ele. Quase não tive infância, minha mãe não era do tipo carinhosa, muito pelo contrário, tudo era motivo para ela me bater; meu pai nem se metia [...] (Lili)

[...]Minha família era muito pobre, passamos fome. Lembro que minha mãe não tinha dinheiro nem para comer; um chinelo. Andei descalça por muito tempo. Nem precisa falar que apanhei dos meus pai, quem não andava na linha, levava. Ele era muito grosso[...] (Inacinha)

[...] Minha mãe morreu eu tinha 4 anos. Meu pai arranhou outra mulher. Você sabe como é, madrasta não é coisa que preste, ela me batia muito. Quando completei 12 anos fui trabalhar em casa de família, fiz isso para ter comida e dormida. Fui muito humilhada lá, ia dormir às 22:00 horas, trabalhando direto, eu criança adorava ver desenho, mas minha patroa não deixava[...] (Mariquinha)

O trabalho infantil reflete a exclusão social, revela o estado de miséria dominante no cenário econômico-social brasileiro. Assim como grande parte dos brasileiros, nossas informantes tiveram e ainda têm, seus recursos básicos limitados e fundamentam suas metas de vida em ações oriundas do modelo político assistencialista existente no Brasil.

A maioria das informantes demonstrou um sentimento de frustração de uma infância perdida por muito trabalho, violência e responsabilidade, não compatíveis com o que seria adequado ao desenvolvimento de toda criança. Este tópico tem como um dos eixos principais o trabalho infantil, refletido na exclusão social, a revelar o estado de miséria dominante no cenário econômico-social brasileiro. Assim como grande parte da população brasileira, nossas informantes tiveram e ainda têm, seus recursos básicos limitados e fundamentam suas metas de vida em ações oriundas do modelo político assistencialista existente no Brasil.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2005, aproximadamente, 2,9 milhões

de crianças e adolescentes, na faixa etária entre 5 e 14 anos, trabalhavam no País. De um ano para outro, houve aumento de cerca de 120 mil; o índice cresceu de 7,33% para 7,80% (IBGE, 2004).

De modo geral, o trabalho de crianças e adolescentes é amplamente aceito no Brasil, quase naturalizado. Isso acontece frequentemente na camada mais pobre, pois a sociedade alega tratar-se de uma estratégia de sobrevivência, ou simplesmente defende a ideia de que a “ociosidade” das crianças e adolescentes pobres os leva ao vício e à violência (TAVARES, 2002).

Ao contemplar-se o risco iminente da criança desenvolver algum tipo de atividade laboral, não se pode negligenciar a possibilidade dela vir a sofrer outro tipo de violência, além do abuso sexual, ou seja, a exploração do trabalho infantil. Consoante Minayo (2006), o trabalho infantil, além de ser uma modalidade de violência social, também é uma violência intrafamiliar por ser considerada de caráter interpessoal. Dessa forma, a criança é duplamente atingida pela violência de uma sociedade “adulta”.

Para a extinção do trabalho infantil é necessária uma abordagem integrada, com busca ativa das crianças trabalhadoras, sensibilização da sociedade sobre as consequências morais, físicas e intelectuais do trabalho infantil. É necessário, também, que as escolas estejam aptas para acolherem essas crianças, e oferecer-lhes atividades culturais, esportivas, educativas e de lazer. Ao mesmo tempo, o Estado deve compensar a redução da renda familiar com outros dispositivos de apoio à família.

Crianças marginalizadas podem vir a ser jovens marginalizados, os quais sofrem as consequências da segregação social, sempre tolhidos por um sistema político “míope” às necessidades de grupos populacionais vulneráveis e carentes, entre eles crianças e adolescentes, mulheres, adultos e idosos de baixa renda. A exclusão social tem sido um dos elementos constructos das análises voltadas a componentes relacionados com o fenômeno da violência.

Segundo Porto (2000), os excluídos dos direitos tornam-se alvos, ou atores, mais vulneráveis da violência, manifestações e contextos de agressividade cujos protagonistas encontram-se, também, em camadas ou grupos sociais normalmente considerados incluídos.

Não estamos eximindo a classe social mais abastada de possível relação com a violência doméstica, pois a fenômeno da violência atinge todos, indiscriminadamente. Contudo, como sabemos, a condição socioeconômica influencia, de forma determinante, a disseminação da violência.

Neste contexto socioeconômico no qual a violência muitas vezes se perpetua, destacamos as ações programáticas do atual governo são, predominantemente, assistencialistas/paternalistas. Um dos seus grandes baluartes é o Programa Bolsa-Família, instituído pela Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004. A Portaria Interministerial n.º 2.509, de 18 de novembro de 2004, por sua vez, dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas ao cumprimento das condições das famílias beneficiárias do Programa. Todas as famílias beneficiadas pelo programa recebem R\$ 15,00 por criança com menos de 1 ano a 15 anos de idade e por gestante, definido o limite de três crianças por família, no total máximo de R\$ 45,00. Recentemente, houve um reajuste para R\$ 95,00 (BRASIL, 2007).

O Bolsa-Família é o maior e mais ambicioso programa de transferência de renda da história do Brasil. Surge para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira: combater a fome e a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do País (BRASIL, 2007). Essa afirmação é duramente combatida por vários estudiosos, como Fabio Veras Soares, economista da Coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Centro Internacional de Pobreza da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 12 de agosto de 2006, fez a seguinte declaração ao Jornal O Globo:

O programa Bolsa Família tem recebido críticas de diversos analistas com visões ideológicas diferentes. A priori a principal acusação é que ele seria um programa assistencialista. Na verdade o programa Bolsa Família como qualquer programa focalizado nos mais pobres é um programa de assistência social. No dicionário Aurélio o termo “assistência social” é definido como “serviço gratuito, de natureza diversa, prestado aos membros da comunidade social, atendendo as necessidades daqueles que não dispõem de recursos suficientes”. Assistencialismo, que por sinal não consta no dicionário, é na verdade uma deformação na prestação da “assistência social”. Como a crítica ao Bolsa Família não se baseia apenas em uma crítica à forma de gestão, mas sim à natureza do programa. Nessa(s) visão(ões) crítica(s) o programa seria ruim por: 1) acomodar o pobre que não buscaria mais trabalho e ascender socialmente e 2) desperdiçar dinheiro público com assistência quando o que importa é gerar emprego e renda, única maneira de tirar a população da pobreza. (SOARES, 2006).

Na ótica do autor, o Bolsa-Família tem caráter emergencial, desenvolvendo um papel quase exclusivamente paliativo, sem intensificar medidas voltadas à resolubilidade de problemas de base para a manutenção da fome e miséria do País. Segundo Soares (2006) enfatiza, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os indivíduos beneficiados pelo Bolsa-Família não têm uma taxa de participação no mercado de trabalho menor do que seus contrapartes sem o

benefício. Ao contrário, a taxa de participação dos beneficiários tende a ser maior do que a taxa de participação dos não-beneficiários. Esse resultado vale chefes de família, homens ou mulheres.

É digno de nota o fato de que os discursos de algumas das mulheres pesquisadas fortalecem tal afirmativa, porquanto relatam estarem desempregadas e não serem beneficiadas com o programa Bolsa Família, assim como manifestaram outros problemas que perpassam a desigualdade social.

Como mostram os depoimentos, as entrevistadas revelaram lembranças de uma infância permeada pela violência, exclusão social e, como fator agravante, a discriminação baseada no gênero feminino. Esta afirmação se confirma na justificativa da informante Adelaide ao relatar que sofria agressões físicas por parte do seu pai e irmãos, pelo simples fato de brincar com os brinquedos dos irmãos, considerados exclusivamente para uso de meninos.

[...]Na infância meu pai me batia muito pois eu era sapeca. Ele era da policia. Dia das crianças ganhava presente no quartel ai dava para os filhos, me batia quando eu brincava com os brinquedos dos meus irmãos. Dizia que eram brinquedos de macho. Meus irmãos também não queriam que eu brincasse [...]

Nesse sentido, o sexo, subjacente às questões de gênero, e o princípio masculino/feminino que comum a todo o humano não podem ser entendidos neles mesmos (sexocentrismo), ou estudados apenas como fenômeno humano (antropocentrismo) ou como construção histórico-social, matriarcal ou patriarcal (sociocentrismo). Para compreender em profundidade a questão de gênero é preciso ultrapassar essas várias visões do mundo do ser (MURARO; BOFF, 2002).

Na nossa ótica, essa conotação é fundamental no contexto deste estudo. A violência contra a mulher tem sido sustentada, principalmente, na perspectiva da dicotomia homem/mulher representando um conceito de gênero estruturado que sustentam as relações de poder nas quais o homem é o dominador e a mulher, dominada.

Muitas vezes, a violência conjugal praticada contra a mulher é justificada, como sendo um recurso para garantir o equilíbrio da relação de poder do marido sob mulher.

O fato é que as questões de gênero foram, drasticamente, transformadas pela sociedade patriarcal na qual aspectos diferentes tornaram-se desiguais, sendo gênero, quase sempre, resumido em uma divisão binária apenas biológica.

De acordo com Sokoloff e Dupont (2005), a questão da violência tem suas interfaces com gênero, raça e classe social. Para as autoras, as questões etnocêntricas, as desigualdades de classe e o heterossexismo se entrelaçam com a opressão de gênero. Saffioti (2004) corrobora esta ideia ao afirmar que os principais problemas para o enfrentamento da violência contra a mulher estão na desconstrução do modelo patriarcalista e mediante processo educativo de meninas e meninos.

O processo educativo, no qual as crianças são preparadas para a vida, revela a dicotomia entre homens e mulheres - meninos não usam cor de rosa, não podem brincar de bonecas - tem como pano de fundo a afirmativa de que homem que é homem não chora. A virilidade também é imposta aos meninos, que devem sempre colocá-la em prática.

Quando as crianças chegam à escola, já aprenderam muitos valores masculinos e femininos, já sabem qual deve ser o comportamento adotado por meninos e meninas. Assim, acabam ocupando de maneira diferente os espaços da escola e não têm as mesmas oportunidades de desenvolvimento. Esses valores impedem-lhes crescer sem preconceito e com mais autenticidade (TELES; MELO, 2002).

Assim, o preconceito se fortalece. Combater a violência contra a mulher baseada na vertente de gênero, requer políticas educativas e sociais pautadas na conscientização de ser preciso mudar hábitos e atitudes que discriminem a mulher pelo simples fato de ser mulher. Essa perspectiva não implica recriar um mundo exclusivamente feminino ou megaprojetos e programas governamentais para a população feminina. Significa, somente, que as mulheres sejam percebidas em sua integralidade pelas políticas e ações governamentais.

Ao longo do tempo, estereótipos criados reforçam a hierarquia dos valores e poder masculinos sobre os valores e dominação femininas. Estes, muitas vezes, controlam desejos, opiniões e a própria liberdade de ir e vir das mulheres, até para se expressarem com autonomia (TELES; MELO, 2002). Essa afirmativa justifica a histórica opressão dominante no arcabouço social no qual as mulheres, frequentemente, são subjugadas nas suas competências, quer no mercado de trabalho, na política, quer em atos cotidianos, como dirigir um carro. A nosso ver, se o padrão do mundo ocidental é o masculino, nesse caso, o diferente, ou o desigual, é o feminino.

Como percebemos na Categoria: Desvelando o ciclo da violência, foram destacados duas sub-categoria: as faces da violência domestica, e a sub-categoria seguinte: Vivencia de violência conjugal.

O fenômeno da violência, vivido pelas informantes persiste em suas vidas e revelam-se de forma horizontalizada, desde a infância, no convívio com familiares, até a fase adulta, na relação conjugal violenta. A dominação continua, o que muda é a figura do dominador, como observamos a seguir:

Subcategoria: Vivência de Violência Conjugal

No Brasil, diariamente, mulheres são mortas em nome do ciúme. Nossa sociedade mostra-se permissiva quando o homem se apodera da mulher e não lhe permite o direito de optar pelo divórcio/separação.

Nossa cultura ocidental e patriarcal, muitas vezes negligente, cristaliza a apropriação do homem sobre a mulher na forma de impunidade de milhares de homicídios femininos nos quais o assassino é o companheiro da vítima. Dessa forma, o ciúme patológico do homem, enganosamente denominado de “amor”, continua fazendo suas vítimas. Os motivos que justificam seus atos violentos são:

O ciúme, motivado pelo quase sempre imaginário de uma traição. A masculinidade eclode em palavras e ações que culminam na violência e desmoralização da mulher diante dos filhos, familiares e comunidade, num contexto de humilhação e subjugação, como consta nas falas:

[...]Ele ficou com ciúmes do galego, brigaram, rolaram no chão. Disse que se o galego quisesse trepar comigo, me levasse para os matos, e poderia até rasgar minha vagina, até o meu ânus que ele não ligava. Aí quando o galego saiu ele virou machão[...] (Adelaide)

[...]Me infernizava pedindo dinheiro para comprar droga, quando eu não dava ele me batia. Mas eu não era boba não, pegava um pau e batia nele também. A gota d'água foi quando ele passou a noite toda me batendo, dizendo que eu dava dinheiro para os outros machos e não dava pra ele [...] (Mariquinha)

[...]Ele é doente de ciúmes. Teve um dia que fui fazer uma faxina na casa de uma senhora, ele tinha se operado e estava sem poder fazer nada dentro de casa. Eu fui, quando cheguei ele já estava em casa, no portão me esperando. Eu entrei e ele não esperou nem eu falar onde eu estava, mal pisei dentro de casa ele me puxou pelos cabelos e me jogou na parede[...] (Inacinha)

É cada vez mais comum a interrelação entre a masculinidade e a violência, tão acentuada a ponto de a segunda ser entendida como uma pertença da primeira e se torna quase naturalizada. Nesse sentido, o fato de os homens concretizarem a violência contra a mulher poderia ser um pleonasma da condição masculina. No senso comum, ainda

persistem tanto atitudes que desculpam ou licenciam comportamentos masculinos violentos quanto aquelas que cobram certo grau de violência na conduta masculina para que os atores desta conduta recebam o atestado de ser homem (GOMES, 2008).

Esse atestado resulta, muitas vezes, no assassinato de mulheres suspeitas de adultério. Sob a desculpa de manter sua honra, o homem tira a vida da própria namorada, esposa ou companheira, baseado no pressuposto de que ele decida e seja o mentor do destino da mulher adúltera. Faz justiça com as próprias mãos, e cronifica o ciclo ciúme/violência/morte. Em nome de um código de honra internalizado na cultura machista.

Segundo Dias (2004), os maridos são responsáveis por mais de 50% dos assassinatos de mulheres e, em 80% dos casos, o assassino alega defesa da honra. Os perpetradores possuem, geralmente, uma baixa autoestima, sentem-se com pouco poder e, por vezes, demonstram tendências sádicas, podendo ainda tornar-se patologicamente ciumentos, possessivos e dependentes. Para o autor, muitas mulheres têm a possibilidade de escolher se mantêm ou abandonam suas relações conjugais violentas.

Podemos confirmar essa afirmativa na fala da Maria Bonita: “ *Mas eu sempre digo, a gente só apanha até o dia que quiser, quando realmente decidir que não quer mais essa vida, aí sim, toma uma atitude para mudar*”

Contudo, a percepção dessa possibilidade. Esse processo de percepção depende de fatores sociológicos, psicológicos, econômicos, físicos e educacionais.

Em nosso estudo as mulheres afirmaram terem sido levadas à denúncia do agressor por medo de serem assassinadas. Já os achados da pesquisa realizada por Dias (2004) com um grupo de 156 mulheres, apontam para o fato de que quando submetidas à experiências de violência muito severas e recorrentes tendem a abandonar seus parceiros. Uma explicação para os nossos achados, quando comparados a outro estudo, pode residir no grupo de mulheres pesquisadas, pois este estudo tem como foco vítimas de violência conjugal e em condição de abrigo.

O enredo da manutenção das relações violentas vividas pelas informantes, guarda consonância com a afirmativa de Hirigoyen (2000), o processo de influência é pensado em função da sensibilidade e dos pontos fracos da vítima; se dá essencialmente pela sedução e pela manipulação.

Na concepção da antropóloga Grossi (2006) que inspirada em Foucault, visualiza a violência, no cenário das relações afetivas e sexuais, como um jogo a ser vivenciado a dois; um teatro encenado por cada casal e que comporta regras, nem

sempre conscientes, às quais se submetem os parceiros. Conforme acredita, essa relação só será rompida quando um dos integrantes dessa trama sentir totalmente esgotado os benefícios no tocante à sua permanência no relacionamento (GROSSI, 2006).

Outro fator catalisador para justificar as agressões praticadas contra sua companheira, é a apropriação da mulher como objeto sexual, com consequência, ocorre o aumento dos casos de violação sexual, nem sempre percebida pela vítima como uma forma de violência. Essa dificuldade em perceber tal fenômeno tem fortes traços culturais de dominação masculina sob o gênero feminino. As mulheres tornam-se propriedades dos seus companheiros, e veem como plenamente justificado que ele cobre delas suas “obrigações” sexuais na condição de esposa. Ela deve estar disponível para ele, mesmo contra a sua própria vontade. Embora essa falta de vontade seja plenamente compreensível diante do cenário de pancadas e humilhações, ele simplesmente se sente no direito absoluto de possuí-la, como veremos nos discursos seguintes:

[...] A gente se magoou muito, tanto fisicamente, como com palavras. Acabou o respeito, a dignidade, até com um olhar a gente se feria. É muito difícil ter que conviver assim. Por muitas vezes eu pensei que estava vivendo com meu próprio assassino. Eu cozinho, lavo e passo, até do meu corpo ele se apossa sem ser da minha vontade [...](Cristina)

[...]Eu fui agredida tanto pelo meu ex-marido. Batia em mim porque era ruim mesmo. Dizia que só me dava comida se eu fizesse sexo anal e oral com ele, se não eu não teria dinheiro para pagar a bodega [...](Dadá)

[...]Meu marido me obriga a transar com ele, se eu não fizer isso, ele diz que eu tenho macho, que dou pra todo mundo por isso não quero transar. Abria a porta e me jogava para fora de casa, mandando eu procurar homem na rua. Ele chamava atenção dos vizinhos, eu tenho é vergonha. [...](Adelaide)

Historicamente a hierarquia social consolidada pela tradição patriarcal por inúmeras gerações permitiu e alimentou um certo padrão de violência contra as mulheres, designando ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual entre os sexos, enquanto para a mulher coube a passividade, na qual sua sexualidade se restringia à reprodução. Economicamente considerado provedor, o homem tinha e ainda tem seus “direitos de marido”, entre estes, o “serviço sexual da esposa”

Ressaltamos, porém: a visão de mulher objeto sexual é um processo primário de sujeição das mulheres; o controle da sexualidade é o método por excelência do controle cotidiano das mentes e corpos das mulheres nas culturas patriarcais. Essa perspectiva mantém a prática das violações sexuais conjugais. Muitas vezes, essa sujeição feminina

é tão arraigada em um contexto de subordinação e humilhação que a mulher não percebe a gravidade e se torna permissiva.

Nas estatísticas mais recentes de 267 Delegacias Especializadas em Defesa da Mulher, constam os crimes mais denunciados pelas mulheres. Entre 326.693 notificações recebidas, havia 113.727 queixas de lesão corporal, e 107.999 de ameaças. Logo depois, apontavam-se os crimes contra a honra: 13 mil para injúria, 10.049 para difamação e 6.805 para calúnia. Especificamente para o crime de estupro, foram 4.697 queixas em todas as DEAMs do País. Contudo, coerção e/ou violência sexual conjugal representa um ponto ainda obscuro, ou inexistente, nas estatísticas disponíveis: a invisibilidade dessa prática torna quase impossível desvendá-la, nos dados estatísticos, visto que estão escondidas em outros itens, como o de lesões corporais (BANDEIRA, 2004).

Consoante estudo realizado por Schraiber e D'Oliveira (2002) com 3.193 usuárias de dezenove serviços de saúde: 40% das mulheres entrevistadas declararam violência física – exclusiva ou conjugada com a forma sexual – cometida pelo parceiro atual ou anterior; 5% relataram casos exclusivos de violência sexual. A violência sexual, portanto, ocorre sobretudo associada à violência física.

Por violência sexual entende-se toda ação na qual uma pessoa em relação de poder e através da força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga outra ao ato sexual contra a sua vontade, a expõe em interações sexuais que propiciam sua vitimação, da qual o agressor tenta obter gratificação. A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual. A violência raramente é manifestada de forma pontual e única, e geralmente vem associada com outro tipo, seja por meio de xingamentos em meio a socos, tapas e pontapés, seja por violência sexual e intimidação (DIAS, 2004).

A literatura nem sempre converge quanto aos motivos que levam o homem à diversas manifestações de crueldade contra sua companheira íntima. Todavia, a tese de doutorado de Nolasco (2002), intitulada: “De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas e ocidentais”, nos chamou atenção por nos levar a refletir, sobre o existir masculino e suas interfaces com a violência.

No mencionado estudo, o autor apresenta um modelo patriarcal que está perdendo sua homogeneidade; o tradicional controle masculino está em xeque e a semântica de homens e mulheres a essa mudança desencadeia a violência, inclusive

sexual, entre o casal. Conforme Nolasco (2002) o homem nesta situação sente-se ameaçado na sua qualidade de gênero dominante, e com instinto de imposição e falta de argumento reage com violência.

Segundo Giddens (2000) complementa, esta situação está relacionada à “derrocada” da ordem patriarcal: há a possibilidade de que boa parte da violência hoje praticada pelos homens contra a mulher não seja apenas a persistência do velho sistema, e, sim, uma forma de incapacidade ou recusa de adaptar-se ao novo. Portanto, não é apenas a continuação do patriarcado tradicional.

De acordo com Dias (2004), a frequência da violência sexual conduz ao surgimento do *rape crisis syndrome* (síndrome do trauma da violação) a qual inclui vários sintomas psicossomáticos, como: distúrbios alimentares, dores musculares, cefaleia, humilhação, vergonha, fúria, depressão, ansiedade, incapacidade de concentração, sentimento de traição e impotência. Quanto mais íntima for a relação entre ambos, mais violento tende a ser o abuso sexual.

Passamos agora, à categoria seguinte e salientamos: ela representa um dos grandes desafios para reduzir as estatísticas de violência praticada contra as mulheres. A quebra do ciclo de tal fenômeno pode significar um marco na vida das vítimas, principalmente quando são elas que tomam a iniciativa de romper a relação conjugal violenta.

CATEGORIA 2: ROMPENDO O CICLO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Perceber-se que está vivendo uma relação violenta já é um passo decisivo para a mulher começar a preservar sua dignidade e segurança. Por algumas características inerente, à sua história de vida, ao seu psiquismo e à sua socialização, muitas mulheres durante anos se submeterem a insultos, brutalidade e subordinação cotidiana, enfim, a todas as formas de violência perpetrada por seus parceiros.

No caso das informantes, os motivos que as levaram a iniciar um processo de rompimento do ciclo da violência foram os mais variados. Contudo, o objetivo maior era o mesmo: ter uma vida mais digna e segura. O horror praticado contra elas plantou uma “semente” de terror da morte revelado nas falas, as quais demonstraram a certeza de que o perpetrador, um dia certamente concretizaria as ameaças de morte como podemos identificar na subcategoria seguir:

Subcategoria: A Denúncia Motivada pelo Medo de ser Assassinada

A relação conjugal interrompida indica o início do processo de empoderamento da mulher, isto é, quando a mulher começa a se constituir em um sujeito que toma decisões e desenvolve habilidades para tal. Conforme Guezmes (2002). Empoderamento é entendido também como processo eminentemente educativo.

Em corroboração a essa afirmativa, como destaca Costa (2005), o empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, organizações e as comunidades tomam consciência das suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir. O início do empoderamento se dá quando são identificadas as forças que geram a opressão e busca-se a construção das mudanças de condições de vida.

De acordo com Teixeira (2002), As mesmas mulheres falam ser difícil se libertar, mas é difícil não se libertar. Portanto, as mulheres nessa situação de dominação e opressão de gênero, precisam iniciar a ruptura do ciclo violento.

O ato de denunciar seu companheiro agressor agrega sinais de autonomia e empoderamento, mas teve as mais diversas representações para as informantes. Apesar de esta categoria expressar o ponto chave da denúncia, cada uma delas vivenciou esse ato de forma subjetiva e individual. Destacamos: medo de desestruturação do lar, sentimento de assumir perante a sociedade que “falhou” ao construir uma relação amorosa e principalmente, que fez a escolha errada ao se casar com o agressor. Todas concordam, no entanto, com uma realidade, o receio de que o agressor tentasse contra sua vida a ponto de matá-las.

Por razões sociais, econômicas, culturais, e sobretudo por uma dificuldade interna de sair dessa teia, a mulher acaba se tornando “conivente” com a situação violenta, e se sujeita indefinidamente, já que conivente é também aquele que conhece um crime e não o denuncia. Elas fazem parte de uma longa relação violenta, pois, a média desta relação foi de oito anos, e os companheiros se mantiveram violentos no período de casados.

Segundo Dias (2004), existem quatro causas principais de conflito que conduzem o homem a ser violento com a mulher. São elas: o sentimento de posse e ciúme; suas expectativas em relação ao comportamento da mulher; convicção de que tem o direito de punir a mulher em situações que ele, agressor, não aprove; necessidade do agressor de manter e impor sua posição dominadora.

Consoante as informantes relataram, elas suportam maus tratos durante todo o período de casadas. Mas, o que culminou com a denuncia foi um momento de violência perversa como mostram os discursos seguintes:

[...]Ele urinou na minha boca. Eu estava dormindo e acordei com o peso do corpo dele sobre o meu, forçando com os dedos para que eu abrisse a boca, cortou meu lábios com as unhas e urinou na minha cara. E disse que só não fazia cocô porque não estava com vontade física. Foi aí que resolvi dar parte[...](Lili)

[...]Foi um dia que ele me espancou muito, de uma forma que não sabia se ia para o delegacia ou para hospital, mas decidi ir para o hospital. Ele deu tantos murros na minha cara que eu pensei que tivesse quebrado meu nariz [...](Maria Bonita)

[...]Ele sempre me humilhou muito, sabe, nada meu prestava, eu nunca prestava. Às vezes eu pensava que ele era doente. Meu Deus, como pode alguém ser tão ruim assim? Um dia não aguentei, ele pegou um pau, sabe essas ripas que constrói telhado de casa? Pois é, ele pegou um pedaço, me bateu um monte. Fiquei toda quebrada, roxa, toda moída mesmo, minha cara parecia um monstro. Foi aí que pensei: isso não é vida, vou dar parte [...](Catarina)

[...]Depois de tanta porrada, sim porque ele me batia sem dó, comecei a ficar com medo dele me matar, vi que estava chegando perto, fui ameaçada, tive medo de não acordar mais e fui à delegacia [...](Naninha)

Inegavelmente, muitas são as dificuldades concretas para a mulher que desiste de se manter numa relação insuportável. Dificuldades em conseguir um trabalho com remuneração suficiente, (sobretudo se ela nunca trabalhou), em conseguir moradia, creche e tantas outras coisas. No entanto, de modo geral, os maiores obstáculos é a própria mulher que se impõe. Mesmo quando trabalha fora, sustenta a casa, cuida dos filhos, do orçamento, e de toda uma série de coisas aparentemente impossíveis a um ser humano, ainda assim ela não consegue se dar conta de todo seu potencial, sua força. Parece que ela não pode abrir mão da “proteção” masculina.

Contudo, essa “proteção” tem um preço, muitas vezes custa a própria vida da figura “protegida”. As falas das mulheres violentadas evidenciam ações de desqualificação da vítima. Significa esvaziar as qualidades, dizer-lhe e repetir-lhe que ela não vale nada. Essa desqualificação sofrida pelas as mulheres foi observada nos seus discursos e manifestada por meio de linguagem verbal e não verbal. A partir de expressões diretas ou subentendidas, as vítimas internalizavam as ações de extrema violência sob a forma de medo da morte.

Segundo Ribeiro (2009), no Ceará 98 mulheres foram assassinadas em 2008 os assassinos eram companheiros das vítimas. Esse dado fundamenta os receios das

vítimas, porquanto, não reflete o real panorama da violência contra a mulher, em virtude da subnotificação da causa *morts*.

Conforme constatamos por meio dos relatos a configuração da relação conjugal violenta é de opressão e apropriação da mulher, como algo de domínio do sexo masculino. Essa visão de coisificação da mulher estrutura-se na naturalização da violência como algo necessário para que o homem seja visto socialmente como o sexo forte/dominante e a mulher o sexo frágil/dominado, ou seja, um antagonismo social.

Como podemos observar, as falas das informantes mostram um verdadeiro “circo dos horrores”, dominado pelos mais terríveis pensamentos. Classificamos como comportamentos bizarros os adotados pelos agressores. O ato de urinar na boca/rosto da vítima, bem como o uso de um pedaço de madeira para desfigurar-lhe a face, mostram a busca de sentimento de superioridade patológica; manifesta a completa falta de respeito pela mulher.

Para Couto (2005), o agressor da mulher utiliza a força física com o objetivo de produzir um sentimento de insegurança e fortes respostas emocionais de submissão, anulando-a, muitas vezes, em sua subjetividade. A esses sentimentos, pode-se acrescentar, segundo a autora, o sentimento de inadequação, com o objetivo principal de tolher o desenvolvimento da sua autonomia.

A subcategoria apresentada a seguir vai ao encontro da frustração das informantes ao se depararem com sentimentos antagônicos como paixão e ódio manifestados por seus companheiros.

Subcategoria: Da Paixão ao Ódio e Revolta

Pela análise das falas das mulheres ao referirem o antes e o depois da sua união com o parceiro são reveladas doloridas lembranças. Idealizações sobre sua união com os respectivos parceiros, mantidas inicialmente com amor e esperança de que eles mudem seu comportamento agressivo. Conforme constatou Barnett (2000), em seu estudo com mulheres vítimas de violência conjugal, a primeira razão pela qual elas permanecem em uma relação violenta é a expectativa de mudança do parceiro.

Entretanto, a fase da paixão, bruscamente, deu lugar à violência e subjugação, assim como os sentimentos fortes que idealizaram o marido como o companheiro para toda a vida caíram por terra diante da imagem de um ser evidentemente violento e com fortes traços de crueldade. Esse “desencontro” ideológico do esperado em relação à vida

a dois, gerou nas informantes sentimentos de raiva, ódio e revolta, conforme revelam as falas seguintes:

[...]Para mim ele é um nada. Tenho ódio dele! É um lobo em pele de cordeirinho, me fez amargar, fingiu ser o que não era, no começo todo apaixonado, depois fez isso. A única coisa que me fez de bom foi meu filho[...](Catarina)

[...]Eu não sinto mais nada por ele. Engraçado que quando namoram eles não batem, são uns amores, mas depois de casados a coisa muda, falam que não se controlam, que a gente tira a paciência deles. [...] (Maria Bonita)

[...]Angústia, tristeza, revolta, ódio. Uma vez eu ia matando ele, só não matei por causa do meu filho[...](Adelaide)

[...]É muito ruim, Ave Maria. Parece um pesadelo, é muita humilhação, ver seu marido quebrando tudo dentro de casa, batendo na gente como se fosse um animal, gritando para todo mundo ouvir que a gente não vale nada, que não serve nem para fazer uma comida. Esse dentes tortos é de tanto murro que levei[...](Naninha)

[...]Tenho muita raiva, ódio, parece até que estou vendo o rosto dele, me perturbando, me espancando. Fico com um ódio que só tem quem passa sabe. Hoje sinto alívio por estar aqui. Quando eu entro naquele quarto (abrigo) eu imagino, meu Deus, acabou aquele pesadelo, hoje durmo em paz, coisa que não tinha. Era um sofrimento, aquela vida que ninguém quer. Tinha gente que dizia que eu vivia com ele porque eu era sem-vergonha. Ele bate em mim e a sem vergonha sou eu? [...](Mariquinha)

A violência no relacionamento conjugal inicia-se paralelamente com a desilusão, quando as expectativas desmoronam. Esse sentimento de frustração é reconhecido na forma dolorosa com que as depoentes descrevem a sensação de revolta e ódio do companheiro.

Pudemos evidenciar que é um misto de recorrentes episódios de violência, somados ao desmoronamento da fantasia de um casamento feliz. Em alguns momentos alegam que seus companheiros assumiram uma postura dissimulada, ou seja, lobo em pele de cordeiro, relatando muita revolta pelas humilhações sofridas.

A analogia do lobo em pele de cordeiro nos remete a uma reflexão teórica sobre as três fases do ciclo da violência conjugal. Propostas por Walker em 1979 (*apud* BORIN, 2007). A seguir, apresentaremos as três fases:

Na primeira fase, conhecida como acumulação de tensão, o agressor manifesta pequenos eventos de raiva. Nesse momento, o que predomina é a violência psicológica, simbólica e emocional. Sob qualquer pretexto o/a agressor/a direciona todas as suas tensões para a vítima. E os motivos podem ser muito simples, usualmente, situações do cotidiano, como exemplo, acusar a vítima de não ter cozinhado ou cozinhado com sal a

mais, de ter chegado tarde à casa ou a um encontro, de ter amantes, etc. Nessa fase, a mulher sente-se acuada e por esse motivo adota um comportamento dócil, prestativa, pois acredita que essa conduta pode inibir a raiva.

A **segunda fase** é a da explosão na qual o agressor espanca a vítima, podendo ocorrer diversas formas de agressões físicas, Enfim, o agressor se descontrola e a relação torna-se algo insustentável. Essa fase é mais curta e será seguida pela terceira fase.

Na **terceira fase**, conhecida como a da lua-de-mel, verifica-se o arrependimento do agressor. Ele mostra sentimentos de remorso, pede perdão, demonstra culpa e jura que jamais irá agredi-la novamente. Às vezes, invoca motivos para justificar o comportamento violento, como, por exemplo, ter corrido mal o dia, ter-se embriagado ou consumido drogas; pode ainda alegar o comportamento da mulher como motivo para o seu descontrole. Para reforçar o pedido de desculpas pode tratá-la(o) com delicadeza e tentar seduzi-la(o), fazendo-a(o) acreditar que, foi essa a última vez que ele (a) se descontrolou. Nesse caso, a mulher se recupera das agressões e se lembra dos bons momentos do seu relacionamento e a vida a dois parece voltar ao normal.

Pouco a pouco o ciclo da violência doméstica recomeça. Este ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e de apaziguamento e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento. Em situações limite, o culminar destes episódios poderá ser o homicídio.

Entre as humilhações citadas pelas informantes, ao serem indagadas como se sentem em relação ao agressor, foi possível perceber a violação sexual como parte da história delas.

Apontar as consequências deixadas pela violência sob a forma de categoria nos mostra que os danos físicos exibidos pelas informantes representam os menos complexos. Não que eles tenham um valor insignificante, são os menos complexos, sobretudo em comparação a outros de cunho psicológico. Mas eles estão ali, nas cicatrizes, na carne, nos dentes retorcidos, nas marcas das facadas, pauladas e chutes. Essas marcas, existem, fazem parte, complementam as outras marcas reveladas na próxima categoria.

- **CATEGORIA 3: CONSEQUENCIAS DEIXADAS PELA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Além das marcas físicas, as mulheres entrevistadas denotaram, também, expressões faciais de tristeza, desgosto, abandono, sob o peso de sofridas lágrimas, voz entrecortada, em meio a sentimentos de decepção, ou outras formas de manifestar a identidade feminina; uma expressão de impotência e uma forma de revelar a subjetividade.

Violência pressupõe opressão, que pressupõe conflito de interesses entre opressores e oprimidos, relações hierárquicas de dominação e subalternidade. Pressupõe também que homens e mulheres têm uma participação social diferente e não igualitária.

Um dos fatos a nos chamar atenção foi as expectativas de construir uma família feliz, desfeitos pela descoberta de um companheiro violento:

“[...]Meu grande problema é depressão. Estava desesperada, tentei suicídio. Tomei 29 diazepam, mas eu não queria morrer, queria somente dar um susto nele, para que ele visse que estava destruindo nossas vidas, nossa família [...]” (Cristina)

“[...]É uma vida muito infeliz! A gente tenta construir uma família com o homem que a gente gosta mas não dá. Sem contar com o sofrimento de viver na corda bamba. O marido chega em casa, mal humorado, não sei se foi as quengas, se foi no serviço, mas chega em casa soltando fogo pelas ventas, aí a gente pensa: é melhor ficar na minha, morrendo de medo de apanhar, isso é vida? É uma prisão! [...]” (Catarina)

São várias as regras e valores morais a interferir no processo de consolidação da união conjugal, mas a condição, as aspirações e expectativas femininas na maioria das vezes diferem consideravelmente das masculinas. De modo geral a mulher vivencia o simbolismo cultural de “construção do príncipe encantado”. As historinhas de contos de fadas são repassadas de mães para filhas e o ideário do homem perfeito povoa seus projetos de relação conjugal. Ao mesmo tempo, representa uma forma de sociabilidade que possibilita a construção de um espaço de diálogo, de acesso ao sexo, carinho, companheirismo e principalmente valorização feminina.

Hoje, porém, as escolhas das mulheres se diversificaram e elas podem, por exemplo, criar seus filhos sozinhas ou optam por não ter filhos, sem que isto represente a negação do papel social. O número de divórcios aumentou, as normas jurídicas sofreram rearranjos, as relações conjugais focam o afeto de formas mais bilateral, na qual homens e mulheres são corresponsáveis. Esses aspectos são indícios do profundo processo de mudança no período contemporâneo.

Contudo, a mulher contemporânea, não abriu mão do amor romântico, fato que justifica o grande número de cerimônias religiosas e civis celebradas diariamente no Brasil e no mundo. Pois, existe uma projeção do ideal de felicidade depositada na pessoa amada. Diante desta idealização do outro, o desencanto é natural na convivência do dia-a-dia.

Esse ideal também faz parte dos sonhos das informantes, ainda que, ao se referirem à vida cotidiana, relatem um dia-a-dia com dificuldades financeiras, insatisfação, raiva, e até caracterizem o cotidiano pela ausência de carinho, afeto, por parte do companheiro, narrando uma relação violenta desde o início do casamento, um parceiro que torna a relação conjugal tensa.

Apesar de tudo, suas representações sobre o casamento e a união conjugal, em síntese, é idealizada como uma relação que deve fornecer conforto e proporcionar vivências afetivas; espaço onde se partilha a solidariedade filhos e amizade. Há um choque entre aspirações e a realidade. O processo de redefinições e mudanças sociais dentro dos novos arranjos conjugais é tão acelerado que muitas vezes temos a sensação de estarmos à deriva. Embora no novo cenário e na nova reorganização dos lares a família resiste, ela está sendo reinventada no cotidiano. Nesse cenário, a família é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças em todas as idades orientações sexuais e camadas sociais (ROCHA-COUTINHO, 2000).

Segundo Perlin e Diniz (2005) o processo de rompimento dos antigos paradigmas é lento. Assim, os casais vivem dilemas normativos paradoxais; adequar-se concomitantemente a modelos novos sob a égide dos modelos antigos. Dessa forma, o casamento deixou de ser uma instituição de proteção para o vínculo amoroso e passou a enfatizar o individualismo e a autonomia dos pares de tal modo que cabe qualquer valor ou exigência de famílias de origem ou ordem religiosa.

Passamos agora à primeira subcategoria, tão complexa como o fenômeno que a causou. Relatar sobre feridas da alma representa a própria subjetividade; representa o compreender hermenêutico em toda sua essência. Dores aflorando, feridas ainda sangrando à espera do “remédio” que cure as feridas da alma.

Subcategoria: Feridas da Alma

De todas as sequelas da violência, a nosso ver, a mais difícil de detectar é a psicológica. Esta, muitas vezes, se apresenta sob a forma de múltiplas queixas,

comprometimento da autoestima, comportamento agressivo com os filhos e, principalmente, depressão, desesperança.

Segundo Barnett (2000), mulheres que sofrem violência tem quatro vezes mais probabilidade de ter depressão, doenças psicossomáticas e ideações suicidas que mulheres não agredidas.

As mulheres compartilham suas dores:

[...]É muito triste, dá angústia. Muitas vezes pensei em fazer uma besteira comigo mesma, aí pensava: não vou dar gosto a ele. Fui a Igreja para tirar isso da cabeça. Olha que pra uma pessoa querer dar fim na própria vida é por que o negócio é serio. Mas Deus é o advogado dos advogados. [...]" (Adelaide)

"[...]Se existe uma forma de morrer um pouco todo dia é viver uma vida igual a minha. Após uma briga, ele quebrava tudo dentro de casa e saía. Eu olhava minha casa toda revirada e pensava, minha vida está assim. Morria todo dia[...]" (Cristina)

"[...]Não desejo para o meu pior inimigo. A gente não se sente gente. Pior que tem sempre alguém para criticar: fulano não presta porque aguenta tudo do marido, deve gostar de sofrer e apanhar. Já não basta ser tratada como cachorro em casa, ainda vem gente com moral pra cima da gente"[...](Lili)

Como exposto por Dias (2004), essa clientela também apresenta alguns quadros comuns ao fenômeno da violência. Destacamos a Síndrome da Mulher Espancada, considerada um conjunto de sintomas psicológicos, normalmente transitórios, frequentemente observados, em um padrão reconhecível e específico, em mulheres que afirmam terem sido maltratadas de forma física, psíquica ou sexual, por seus parceiros.

Em pesquisa realizada por Dias, (2004), em um hospital psiquiátrico na cidade de Porto, Portugal, segundo observado, metade das usuárias desse serviço eram vítimas regulares de violência conjugal. Conforme a autora salienta no país existe quase uma "autorização cultural" para a violência marital. No entanto, ressalta, os homens também são vítimas de violência conjugal. Mas, enquanto a violência perpetrada contra as mulheres são nas modalidades física, sexual e psicológica, o homem sofre violência psicológica, associada a abandono e rejeição.

Independentemente da forma como se manifesta, a violência não são poucas, assim como o tempo que perduram na vida de suas vítimas. Algumas dessas marcas são visíveis aos olhos, cicatrizes causadas por facas, objetos perfurocortantes, pedaços de madeira, além de dentes quebrados, tortos.

Existem, porém, as sequelas aparentemente imperceptíveis, as feridas da alma. Essas são mais perenes, povoam o consciente e inconsciente, desde as mais remotas

lembranças a memórias recentes, e são responsáveis pelas incontidas lágrimas das informantes. São dores tão intensas como se fossem incuráveis. Vejamos o relato de uma das mulheres:

[...]A violência adoce a gente. Eu mesmo sou uma pessoa fraca, tenho pouca saúde, às vezes, me dá um desânimo, sei lá. Estou morrendo aos poucos! A gente vive em uma mentira, pensa que vai ficar tudo bem, mas não fica. Impede da gente realizar nossos sonhos, ser feliz, construir uma família. Hoje parece que está tudo bem, aí a gente fica pensando que a qualquer hora a casa cai [...](Dadá)

Segundo Schraiber e D'Oliveira (2002), a situação de violência leva a mulher a um sofrimento crônico que parece debilitar-lhe as possibilidades para cuidar de si e dos outros. Essas mulheres acabam por ser rotuladas de poliqueixosas, somatizadoras, portadoras de distúrbios neurovegetativos. Então, os processos patológicos que surgem, associados à violência e ao sofrimento psicoemocional, se não forem abordados de forma adequada pelos profissionais da saúde, resultam em casos de difícil solução, mesmo quando se trata de patologias mais simples e bem conhecidas.

Assim se expressou outra participante:

[...]Pense num inferno, perdi a alegria de viver, as pessoas me olhavam e diziam mulher tu está só coro e osso, um rosto triste, infeliz. Mas eu tenho problema de gastrite, então, era difícil aguentar viver naquele sofrimento todo. Quando a gente se deitava ele dizia que eu não era mulher, que a primeira mulher dele sim, era mulher de verdade (choro), dizia que ela era melhor que eu mil vezes. Eu disse para ele ir morar com ela. Ele humilhava, aí no outro dia ficava me adulando, que era brincadeira, mas no outro dia fazia de novo[...] (Mariquinha)

Embora as repercussões da violência na saúde da mulher atinjam o nível psíquico, é no nível físico que elas se manifestam sob forma de queixas múltiplas. Entre estas, destacamos: dores epigástricas, pélvicas, em baixo ventre, no peito e dores musculares, dispnéia, desmaios, tonturas e insônia. Os sintomas psíquicos são: depressão, ideias suicidas, ansiedade, síndrome do pânico e pesadelos (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2003).

No entanto, por se tratar de aspectos subjetivos, as queixas somáticas dessas mulheres podem ser muitas vezes negligenciadas por familiares, amigos e profissionais da saúde. Nesse âmbito, achamos pertinente salientar o papel do enfermeiro, por dois motivos. Por ser este um profissional com formação baseada na permanência e não somente na visita, pode atuar de forma determinante.

O profissional enfermeiro está inserido no cenário do cuidado, presente diretamente em visitas domiciliares, consulta de enfermagem em saúde da mulher,

consultas de pré-natal; unidades de emergências; na administração de serviços, capacitando sua equipe para instrumentalizá-la acerca do combate ao fenômeno da violência contra a mulher.

Tem oportunidade de se fazer presente, desempenhando seu papel de cuidador, seja dando suporte emocional para os membros envolvidos, detectando, orientando, prevenindo, denunciando ou dando assistência no tocante as consequências da violência contra a mulher. O enfermeiro confronta-se com novos e desafiadores obstáculos em sua prática, como por exemplo, o de buscar implementar ações que visem a atenuar o sofrimento das mulheres vítimas de violência, viabilizando a qualidade de vida, pois não se trata de uma realidade distante do cotidiano da Enfermagem.

A mulher deve ser vista como uma potencial vítima de violência, inclusive é importante que o profissional enfermeiro, estabeleça umnexo causal da queixa com uma possível violência doméstica. Intervir na questão da violência não é tarefa exclusiva do setor jurídico, policial e psicossocial; também faz parte das ações do setor saúde, pois existe o sofrimento e o adoecimento das vítimas e fragmentação da família, como mostra a subcategoria a seguir:

Subcategoria: Consequências na Família - fragmentação

Esta subcategoria possui uma dimensão coletiva, pois inclui a preocupação com as consequências da violência intrafamiliar não somente sobre a vítima como também sobre a família.

A família é uma entidade histórica e representativa, fundamental para a vida humana. Tal como a sociedade, a economia, a política, entre outros, a família foi objeto de mudanças e vem se transformando de maneira gradual, passando por uma homeostase, com vista a se articular da melhor forma possível, juntamente com seus componentes. Para seus elementos, deve representar um local seguro, onde, deveriam encontrar o alívio para as tensões originadas na luta pela sobrevivência. A família é, ainda, considerada como uma instituição na qual existe a troca de calor humano (CAVALCANTE; VARELA, 2002).

As mulheres mencionaram as mais diversas consequências para a família, desde a total descrença em seus membros, ao uso de drogas. Todavia, antes de iniciarmos a exposição dos achados, consideramos pertinente um questionamento, pois não desejamos afirmar empiricamente que a violência fragmentou a estrutura familiar. Mas indagamos: a fragmentação familiar levou à violência, ou a violência levou a

fragmentação familiar? Segundo Rabello (2007), a família de coesão desligada possui dezesseis vezes mais chances de expor seus membros à violência; onde há agressão física, os membros não passam o tempo livre juntos, nem compartilham atividades em família. Essa fragmentação pode ser contemplada no relato seguir:

[...]Mudou minha cabeça que agora sabe que não posso mais confiar em ninguém, ninguém mesmo, nem família, mãe, irmãos. Só acredito em Deus e em mais ninguém. As pessoas nunca se mostram, são falsas, fingidas[...]
(Maria Bonita)

A fala de Maria Bonita reflete sua descrença nas pessoas em seu entorno. Com história de violência, ela viveu uma relação de agressões mútuas com a mãe. Segundo revelado em um estudo realizado com 117 mulheres na cidade de Campinas, interior de São Paulo, mulheres vítimas de violência conjugal exprimem sentimentos de solidão, tristeza, desamparo e descrença (CABRAL, 2000).

Sabemos, no entanto, existir uma retroalimentação entre atores sociais envolvidos com o fenômeno da violência. Nesse caso, a vítima muitas vezes assume papel de agressor. É possível perceber a dinâmica de atuação. Relacionada ao poder que alimenta a manutenção da violência ora coloca a vítima como agressor, ora volta a ser vítima. Essa afirmativa pode ser contemplada na fala seguinte:

[...]Ultimamente eu tenho sido agressiva até com minha neta de 4 anos. Ela está sozinha com a carniça do meu marido. Um dia, eu vi minha neta colocando o dedo na vagina, eu perguntei quem fazia isso nela, ela respondeu que era meu marido. Ele adora ficar com a criança assistindo televisão até duas horas da madrugada, os dois ficam sozinhos no sofá[...]
(Cristina).

A suspeita de abuso sexual infantil no âmbito familiar fica clara no relato de Cristina, que se mostrou angustiada sobre como estaria sua neta e temerosa em saber que a criança estava sozinha com o agressor. Em estudo sobre abuso sexual infantil, realizado por Carvalho e Galvão (2007), os dados apontam para a intensificação da desagregação familiar quando ocorre abuso infanto-juvenil. Todos os elementos familiares são atingidos. Nesse aspecto, a violência revela mostrar seu caráter funcional, desordenando a estrutura familiar e sequelando suas vítimas, seja de forma direta ou indireta.

Atualmente, entre os elementos componentes da família, as mulheres e as crianças são consideradas os principais alvos de violência, que pode ser manifestada sob a forma de violência física, negligência, violência, psicológica e sexual, também conhecida como abuso sexual.

Mas não é apenas o desejo sexual a motivação dos agressores, sobressai, também, o gênero, pois crianças e adolescentes fazem parte da categoria dominada e sujeita ao poder do mais velho sobre o mais novo. Dessa forma, crianças e adolescentes não conseguem resistir dentro da sua condição de seres em desenvolvimento psicossocial e também moralmente imaturos (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004).

Falar sobre a violência implica retratar um dos princípios fundamentais à sua prática, isto é, a relação de poder, a assimetria entre vítimas e agressores. Esse poder está presente em todas as camadas sociais, sobretudo, nas relações interpessoais. Como explica a genealogia do poder ele perpassa os corpos, a sexualidade, a família, as atitudes e os saberes. Para Abbagnano (2007), o poder não é algo que possa terminar em certo ponto, mas se identifica como um processo sempre aberto, cíclico.

Diante do poder, pode haver retraimento. Algumas falas nos remeteram à ideia de isolamento da vítima, à necessidade de evitar envolver algum ente querido. Como observamos também, na maioria das vezes as mães eram agredidas na presença dos filhos. Tal evidencia gerou nas crianças uma condição emocional fragilizado como mostra a fala seguinte:

[...]Eu me afastei totalmente dos meus tios, que são a família que eu tenho. Meus filhos ficaram nervosos, com medo de tudo. Se caísse uma panela dentro de casa, eles ficavam nervosos, as pessoas tinham até medo de andar na minha casa. Me sinto só, sem família, sem apoio. Sabe aquela sensação de você chorar sozinha? É triste[...] (Mariquinha)

Às vezes, a desculpa para a violência é o adultério imaginado ou real. O adultério foi relatado somente por uma das entrevistadas. Conforme justificou, o agressor a difamava perante vizinhos, e por isso acredita que as cantadas que recebia de homens conhecidos eram consequências da sua imagem denegrada pelo companheiro. Relata também ter sido estuprada por três indivíduos, e ao mencionar para o marido o acontecido ele simplesmente ignorou suas queixas.

[...]Minha mãe não sabia que ele me batia, ele chegava na casa da minha mãe e dava uma de santinho. Eu nunca falei porque tenho medo que os meus irmãos se prejudiquem? E eu não queria: eu queria que a atitude partisse de mim, como está acontecendo agora. Traí meu marido, fiz porque ele mereceu, mas me arrependo, isso marcou minha vida. Eu achava ridículo uma mulher que trai o marido, e fiz a mesma coisa. Ele gritava na rua: vamos, negrada, podem transar com essa vagabunda. Eu traí ele porque não tinha mais moral alguma no bairro[...] (Adelaide).

Para a sociedade conservadora, o adultério feminino sempre foi considerado uma mácula, No entanto, esse conservadorismo estimula a traição masculina. Muitas

mulheres perderam e ainda perdem suas vidas nas mãos de homens traídos que em nome da honra assassinam a companheira adúltera.

Em inúmeros casos de adultério, o marido foi o principal responsável por tal ato feminino, foi quem a impeliu ao adultério pelo abandono, maus-tratos, facilidade e imprevidência, desregramento de conduta, baixeza de sentimentos, infidelidade manifesta (BORELLI, 2004).

Como sabemos, a reprovação social provocado em face do adultério feminino acarreta uma série de ações repressivas contra a transgressora. Este mecanismo repressivo visa manter a dominação masculina (SAFFIOTI, 2004). Desta forma, ao “sentir vergonha” perante o grupo e diante de uma situação que favorece a manutenção das desigualdades, sentir o peso do patriarcado e seu poder de reprodução.

Outro fator identificado nos depoimentos das abrigadas foi o uso e abuso de drogas no âmbito familiar, o qual afeta ainda mais um cenário de desagregação familiar já tão massacrado pela violência, exclusão social e desrespeito pelo outro. Vejamos as falas:

“[...]De que modo? Pense em tudo de ruim: minha filha fugiu, nem sei onde ela está, meu filho vive na sarjeta usando crack, meu ex marido não valia nada. Ai meu Deus, não sei como ainda estou viva, a vida parece que.. sei lá. Não sei dizer, deixa a gente sem rumo, estranha sabe? Às vezes penso que estou anestesiada[...].” (Dadá)

“[...]Meu filho de 20 anos foi morto pelos traficantes e o pai dele foi um dos responsáveis. Sempre sustentou o vício desse nosso filho, dava cerveja para a criança quando tinha 8 anos. Minha família me virou as costas, ninguém queria me ajudar porque tudo que ele pegava em casa vendia para comprar cachaça[...].” (Cristina)

Em ambientes onde existem maior aceitação da violência e menos receio das suas consequências sociais, físicas e legais, há um maior índice de criminalidade e abuso de drogas, bem como mais fortes influências de personalidade, antecedentes familiares de alcoolismo, fatores genéticos e fragilidade na relação com os pais (LARANJEIRA; DUAILIBI; PINSKY, 2007).

A interferência da família e, no caso relatado pela informante, o incentivo do pai ao oferecer drogas para o filho, representam uma realidade familiar adoecida, permeada pela negligência e inconstância do pai no tocante aos cuidados com o filho. Essa afirmativa se fortalece ao apresentarmos as conclusões de Spears (2003) inerente ao universo familiar: a) uma série de fatores familiares tem relação com o processo de dependência química; b) o início do abuso de drogas e de *overdoses* pode ser precipitado pelo rompimento familiar, estresse e perdas; c) o modelo dos pais no

referente ao uso de drogas e álcool é importante; d) outros membros da família podem "facilitar" comportamentos que perpetuem o abuso de substância por um dos seus membros.

De acordo com estatísticas internacionais, em cerca de 15% a 60% de todos os homicídios e agressões sérias, o agressor, vítima ou ambos estavam sob efeito de drogas (WHITE, 2003). Fato a ser mencionado é a relação direta do uso de drogas com episódios de violência, que pode envolver componentes da mesma família, assim como extrafamiliares. Em 2001, o Ministério da Saúde editou a Portaria MS/GM nº 737, por meio da qual foi aprovada a Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência (BRASIL, 2006). Nessa política, destaca-se a necessidade de combate às causas de acidentes e violência, considerando o uso de drogas um dos fatores contribuintes.

As interrelações da droga com mortes, acidentes e homicídios sempre existiram. Mas é perceptível o aumento desse fenômeno em feriados prolongados, como o carnaval, quando há um uso desordenado de álcool e outras drogas.

No Brasil, conforme apontam dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas, 52% dos casos de violência doméstica estão ligados ao uso de drogas (CARLINI, 2000). Considerando nossa concepção baseada em estudo sobre a violência doméstica, sabemos que a violência praticada dentro do lar, espaço privado, não somente alimenta a recorrência do fenômeno, como cria uma barreira de silêncio entre todos os envolvidos. Esse contexto sofre uma drástica influência quando existe também o envolvimento de drogas, pois estas agem como um catalisador de episódios violentos.

De modo geral a estrutura familiar pode representar um espaço de saúde ou doença. A forma como ela acolhe seus membros, os relacionamentos afetivos, os limites e as concepções pessoais de cada um dos componentes podem repassar valores éticos ou mesmo ignorar tais valores.

É fundamental perceber a família e toda sua dinâmica, identificar suas potencialidades, obstáculos e esforços para partilhar as responsabilidades. Essa mudança contribui para que as necessidades físicas e emocionais da constelação familiar sejam vistas com atenção e respeito. É relevante conhecer o funcionamento e os elementos interferentes na saúde e na doença dos seus membros, sem ignorar os traços culturais.

Teoricamente, a família é representada pela ideia de aconchego e proteção a todos os seus partícipes. Todavia, a prática depõe contra essa ideia, pois muitas vezes

o recôndito familiar é terreno fértil para diversos tipos de violência. Consoante Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), os limites impostos pelo ambiente doméstico, acarretam a privacidade, bem como o isolamento da família dos “olhos e ouvidos” da sociedade. Desse modo, proporcionam aos agressores um local onde a violência se torna um crime perfeito, já que pode ser praticada sem testemunhas ou encoberta pela convivência silenciosa.

- **CATEGORIA 4: A MULHER REVELANDO-SE EM FORMAS, TONS E FALAS: oficinas, denotando sentidos**

Essa categoria mostra a riquíssima experiência empírica, na qual obtivemos como produto final a expressão de pensamentos e sentimentos, representados nos discursos e na produção artística de cada uma das mulheres pesquisadas.

Tomando por base nossas indagações acerca de como essas mulheres vivenciam a passagem pela casa-abrigo, e de que modo a proposta deste dispositivo de proteção favorece o fortalecimento psicoemocional e reinserção social das suas abrigadas, fomos guiadas pelos princípios da hermenêutica para nos aproximarmos desta realidade. Dessa forma, por meio da realização de oficinas vivenciais, compreendemos o que se evidencia por meio das produções do tipo artístico, simbolizadas nas pinturas, palavras, silêncio, choros e outros modos de comunicação expressos pelo grupo estudado. Finalmente, perceber o diálogo existente entre todos os componentes envolvidos na formação do atelier e a verdade manifesta de várias formas.

Como afirma Gadamer (2008), a verdade não é um método, mas, simplesmente, um produto do diálogo. Para tanto, é necessária uma interpretação. A verdade converge para grande parte dos estudos qualitativos que tratam dados obtidos em momentos de intensa subjetividade.

A ideia segundo a qual todo o entendimento é interpretação demonstra que a hermenêutica ultrapassa os limites da interpretação textual. Ela atinge várias dimensões, e aquilo que acontece quando interpretamos um texto é o mesmo que acontece quando entendemos qualquer outra coisa no nosso meio sociocultural, seja o significado da vida, ou uma interpretação mais comum dos objetos diários, das ideias e das situações. A leitura é interpretação, o olhar é interpretação.

Essa dinâmica independe do grau de dificuldade dos textos, pois representa em sua essência o aspecto de todas as formas de compreender humano.

Valorizamos e enfatizamos três estratégias básicas em nossas oficinas: fazer do trabalho de relaxamento um ponto inicial para despertar e aguçar percepções, reflexões e emoções; proporcionar uma conexão reflexiva sobre a condição de abrigada; integrar a arte como linguagem para expressar emoções e percepções.

Ressaltamos: nas nossas sessões apesar das diferenças existentes, as integrantes do grupo tinham em comum um contexto de vivências trágicas geradas pela violência. Tal fato proporcionou a fluidez do grupo. A nosso ver, essa troca foi muito rica, pois a vivência grupal, aliada aos recursos artísticos e expressivos, colocou as mulheres em contato com suas experiências, possibilitando-lhes a percepção de si e do outro.

Conforme notamos, durante a execução do atelier, elas estavam atentas a si mesmas, e demonstravam satisfação ao término de cada sessão. Entretanto, enfatizamos, em determinados encontros, algumas manifestaram tristeza, desânimo e melancolia. Contudo, entregaram-se, lentamente, à participação da atividade proposta e pareciam sentir-se a vontade, a ponto de opinarem sobre o incremento de cores, espessuras de pincéis, bem como sobre os alimentos consumidos nos lanches de encerramento de cada encontro.

Neste grupo de mulheres, era visível a necessidade de serem ouvidas, terem uma “escuta” pelo simples prazer de conversar. Manifestaram, por meio da arte e das palavras, suas dores e angústias, expondo suas “feridas” da alma de forma autêntica.

Embora a princípio, as informantes tenham ficado pensativas sobre a complexidade de falar de si mesmas, aos poucos foram se soltando por meio de palavras e pinturas. Ademais, mesmo considerando a riqueza de todas as falas, elegemos as principais para representarem as subcategorias seguintes:

Subcategoria: A Mulher que sou Hoje

Essa subcategoria revela como as informantes se sentiam no momento da primeira oficina. Os momentos de expressividade do seu eu, remetem o ser humano a uma introspecção na qual o produto final reflete sobre o seu ser existente no mundo, suas fragilidades, potencialidades. Aqui o pronome eu passou a ser investigado a partir do momento em que foi possível classificá-lo como elemento que designa o homem.

Descartes foi um dos pioneiros a questionar sobre o eu: O que sou eu então? O eu é tão subjetivo como a consciência em relação ao existir de cada um. Segundo Abbagnano (2007), o eu como pessoa é objeto de um sentido externo. A isso chama de corpo, assim como, também, é objeto de um sentido interno, denominado de alma.

Nessa perspectiva, as entrevistadas manifestaram as representações de como elas se sentiam, e foram reveladas questões de caráter espiritual e religioso, como uma forma de fortalecimento para suportar o momento de caos aparente. Ao mesmo tempo, percebermos nas informantes perspectivas de vontade de superação.

Vejamos algumas destas falas:

[...]Eu sou assim, uma pessoa alegre, que gosta de cores. Esse coração representa todo o sofrimento que passei e ainda passo, pois acreditei nele e “quebrei” a cara. Mas não vou desistir! A vida é assim: a gente sente que estão correndo atrás da gente e aí corre mais rápido ainda [...] (Maria Bonita)

[...]Eu me sinto como essa árvore, as folhas secam e caem, mas, logo em seguida, o que acontece? Vem outra folha nova pronta pra viver[...] (Dadá)

[...] Eu me sinto meio dormente, sabe? Desenhei esse pombo porque quero paz, quero viver minha vida. Penso em tudo que vivi, foi muito difícil, eu era muito alegre, animada, adorava ouvir forró, sinto falta de ser assim [...](Lili)

[...] Mesmo depois de tudo que passei, tenho esperança que vai passar, pior do que está não sei se fica. Deus está me ajudando a cada dia, isso eu sei [...] (Inacinha)

Ao refletirmos sobre a capacidade do ser humano superar um grande trauma, perda e dificuldades, faz-se necessário destacarmos a resiliência. De acordo com Yunes (2001), resiliência é, na maioria das vezes, referida por processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações. Por se tratar de um conceito relativamente novo e, portanto, aos poucos desvelado, a resiliência é bastante discutida, do ponto de vista teórico e metodológico, pela comunidade científica.

Considerando os complexos fatores de qualquer estudo voltado para o ser humano, a resiliência, como característica de um sujeito, deve ser sempre relativizada e entendida dentro de um conjunto de fatores e variáveis, pois, se observa que alguns indivíduos a possuem e outros não. Não é, porém, como um atributo que nasce com o sujeito ou que ele adquira durante seu desenvolvimento. Na verdade, é uma interação de pessoas com o seu meio, capaz de transformar-se na força de superação (PESCE; ASSIS, 2005).

Nesse momento de expressividade gerado pela primeira oficina, ocorreu uma analogia feita pela informante Dada. Ao pintar uma árvore, ela relatou se sentir semelhante a esta, a qual perde as folhas, mas, nasce outra em seguida. Essa analogia nos remete à renovação, à possibilidade de estar constantemente renascendo. No

contexto da violência, ter esse sentimento fortalece as expectativas de transpor algumas adversidades.

A “teia” construída pela violência causa em suas vítimas um efeito de desolamento, apatia e dificuldade de reconstrução de vida. Isto ocorre, possivelmente, em virtude do comprometimento da autoestima, considerada catalisador de aspirações e superação. Ao dialogarmos com essas mulheres, segundo observamos, essa característica de transpor os desafios de renovação é algo, ainda, presente.

Outro fator de grande importância demonstrado pelas abrigadas e que representa a citada subcategoria é o sentimento de fé e esperança, essencial na busca pela superação, incorporada na forma como elas se sentiam no momento da oficina. Nos discursos das mulheres foi perceptível a sensação de amparo espiritual na representatividade do poder de Deus na vida de cada uma. Este fato impediu algumas delas atentarem contra a própria vida, como mostram as seguintes falas:

[...]Deus está me ajudando a cada dia, isso eu sei [...] (Inacinha)

[...]Toda a minha força vem de Deus. Da mesma forma que uma planta precisa tirar seu alimento da terra, eu preciso Dele para estar viva[...](Dadá)

[...] Existem dias que só resta à gente ter fé em Deus e mais nada[...] (Naninha)

[...] Sempre que me vem alguma besteira na cabeça eu rezo, para não fazer uma desgraça[...] (Adelaide)

Para Hardwig (2000), a espiritualidade é vista como dimensão com significado e valores fundamentais da vida. Valores esses que, muitas vezes, moldam nossas ações e determinam onde queremos e podemos chegar. Para muitos, transforma o impossível no possível e alimenta a existência da maioria dos povos.

Em corroboração a esta ideia, Breitbart (2005), renomado psiquiatra norte-americano, pesquisador na área de cuidados paliativos e profundo conhecedor da logoterapia e psicoterapia baseadas no sentido, define espiritualidade como aquilo que permite que uma pessoa vivencie um sentido transcendente na vida. Trata-se de uma construção que envolve conceitos de fé e/ou sentido. A fé é descrita como uma crença numa força transcendente superior; essa fé pode identificar tal força como externa à psique humana ou internalizada; é o relacionamento e a ligação com essa força, ou esse espírito, componente essencial da experiência espiritual, estando vinculado com o conceito de sentido. O sentido envolve a convicção de que se está desempenhando um papel e um propósito inalienáveis numa vida que é um dom e que traz consigo a

responsabilidade de realizar o pleno potencial que se tem como ser humano; e, ao fazê-lo, ser capaz de alcançar um sentido de paz, alegria ou mesmo transcendência, por meio do vínculo com alguma coisa maior do que o próprio eu.

Quando nos remetemos às duras consequências da violência, percebemos a grandeza de tais sentimentos na vida dessas mulheres, pois, muitas delas perderam casa, família, amor próprio e estão confinadas e ameaçadas. Entretanto, ainda guardam a esperança de suportar um contexto de violência e desrespeito, na busca da superação.

Segundo Saffioti (2004) constatou, muitas vezes, as mulheres conseguem superar melhor a violência física, expressa por pontapés, empurrões, tapas, do que as humilhações, pois estas provocam dores profundas, ferem a alma, e são de difícil cura. Cita como exemplos inaceitáveis para as mulheres o fato de os homens quebrarem objetos e rasgarem suas roupas, documentos, destruindo, de alguma maneira, sua identidade.

Nesse processo e ânsia de tentativa de superação das consequências deixadas pela violência, é preciso, muito mais que vontade por parte das vítimas. Necessitam de uma rede social de apoio estruturada e eficaz, com ações intersetoriais e multidisciplinares, atuando de modo integrado. Além disto, é imprescindível a definição de políticas públicas comprometidas com a vida e com a dignidade das pessoas.

Durante a segunda oficina na qual emergiu a segunda subcategoria, utilizamos como tema central a pergunta: Como me sinto na casa-abrigo? Essa indagação teve como objetivo iniciar uma reflexão sobre a estada e sua relação com a casa-abrigo, bem como evocar sensações e percepções. Inicialmente houve um silêncio alimentado pelo receio de serem ouvidas por funcionários da casa, e dessa forma ocorrerem atritos entre as abrigadas e os funcionários. Contudo, as expressões foram tomando forma de artes, e complementadas por diálogos. Para realização dessa oficina empregamos colagem de gravuras, papel madeira, revistas, tesoura, cola branca, caneta e pincel atômico.

Em uma perspectiva de compreender a forma da vivência de cada uma como abrigada, apresentamos a seguinte subcategoria:

Subcategoria: A Mulher Abrigada

Nesta subcategoria, evidenciamos, inicialmente, a necessidade de liberdade por parte das abrigadas. Sabemos da importância dessas mulheres estarem abrigadas, pois o quesito segurança é fundamental. Contudo, o sistema judiciário brasileiro ainda não está

preparado para evitar outro tipo de violência: a retirada da vítima do seu lar, dos seus entes queridos e do seu trabalho. Defendemos ações jurídicas semelhantes às adotadas por países europeus como a Espanha, em que o agressor é retirado do lar, e monitorado para que não se aproxime da vítima.

No entanto, a realidade é esta: as vítimas, a despeito de serem crianças, mulheres ou adolescentes, são retiradas das próprias casas, privadas da liberdade. Nossas informantes trazem à tona os sentimentos gerados por essa privação. As expressões revelaram sensações de privação e isolamento, bem como o interesse em aproveitar o tempo no abrigo para desenvolver atividades e não permanecerem no ócio. Salientaram também a necessidade de liberdade, de serem privadas do direito de ir e vir.

O termo liberdade fez parte do contexto de forma transversal, pois, apesar de se saberem seguras no abrigo, a vontade de se sentirem livres foi expressa em forma de desenho e por palavras. Mencionar a palavra liberdade nos evoca seu significado. Segundo o dicionário de filosofia, o ato de ser livre é complexo o suficiente a ponto de ter sua definição explanada em seis páginas. Tentaremos, então, apresentar uma breve síntese do que seria a liberdade na semântica filosófica. Assim as mulheres se expressaram:

[...]Essa imagem de uma mulher dentro de um copo, querendo ir embora sem poder. A situação não deixa. Também não adianta dizer que aqui é uma prisão porque não é, só em certos pontos. Coloquei até a foto do presidente Lula no embalo, pois ele está com cara de preocupado, assim como eu[...] (Dadá).

[...]A doutora que trabalha aqui me perguntou se eu estou gostando, aí eu disse: minha filha, gostar eu não gosto muito, mas, tem que tolerar. Nem os pássaros querem ficar presos, imagine os humanos. É muito ruim. Coloquei uma foto dessa mulher de bicicleta com o namorado, imagine se quero namorado. Que nada, vou dizer que é um filho. Eu lá quero mais conversa com namorado[...] (Adelaide).

[...]Nossa, é ruim demais, quando cheguei aqui passei uma semana para me acostumar, nunca tinha saído da minha casa, e a primeira vez que saí foi pra cá. Apesar daqui não ser uma prisão, me sinto assim, mas sei que é por pouco tempo e logo volto pra minha casinha, estou aqui há quinze dias e parece quinze anos[...] (Lili).

[...]Eu gosto daqui, afinal minha vida era um inferno. Sinto paz, durmo tranquila, pois em casa não podia. Mas é triste aqui nos fins de semana. Durante a semana a gente vê ao menos o movimento delas(funcionárias) passando, trabalhando, e tem novela para gente assistir, sessão da tarde, essas coisas para quem gosta. No fim de semana não tem nada. Dia de domingo é horrível não tem nada que preste na televisão [...] (Maria Bonita).

O termo liberdade tem três significados fundamentais, que correspondem a três concepções, todas sobrepostas ao longo da história: liberdade como autodeterminação ou autocausalidade, apreendida em face da ausência da condição de limites; liberdade como necessidade, baseada no mesmo conceito da precedente, atribuindo-a à totalidade da qual o homem faz parte; e, por último, liberdade como possibilidade de escolha; nesse caso, a liberdade é limitada e condicionada, isto é, finita (ABBAGNANO, 2007).

De modo geral a condição de abrigada gera um sentimento de clausura, conforme referido por Dadá, ao defini-la como a sensação de estar confinada, representada com a imagem de uma mulher dentro de um copo e acrescentando: “[...] *querendo ir embora sem poder, a situação não deixa.[...]*” Essa analogia remete à sensação de prisão, de falta de liberdade de ir e vir. A informante Adelaide complementa: “[...] *tem que tolerar. Nem os pássaros querem ficar presos, imagine os humanos? É muito ruim! [...]*”

Rotineiramente, as casas-abrigo assumem grande parte das características de uma instituição total, incluindo-se a cessação ou limitação da liberdade de ir e vir. Segundo Goffman (2001), a instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Nessa ótica de instituição total, as mulheres ficam confinadas, podendo sair, somente, em situações especiais, tais como audiências jurídicas ou consultas em serviços de saúde. Para Goffman (2001), essa ação de proibição provoca uma ruptura inicial profunda dos papéis anteriores e uma avaliação da perda de papéis. A nosso ver, essa perda intensifica o desejo de sentir-se livre e deixar de lado as normas impostas, para usufruir o direito de escolher o horário para dormir, se alimentar, entre outras coisas.

Como observamos, o isolamento e a espera pelo grande momento em que estarão novamente no convívio de familiares, amigos e vizinhos tem um agravante: o ócio. Na opinião unânime das abrigadas, estar na casa-abrigo, vivendo no ócio, torna a espera ainda mais longa e penosa. Como afirmaram: durante a manhã, elas fazem as atividades domésticas da instituição e à tarde, veem TV, dormem ou ficam com os filhos. Relatam que gostariam de passear, participarem de cursos ou outras atividades que fossem estimulantes e ocupassem o tempo de ócio, tais como cuidar de uma horta, estudar, entre outras coisas. Consoante ressaltamos, nos fins de semana as condições são

ainda piores, com a ausência dos profissionais que trabalham na instituição somente em dias úteis. Nestes dias só restam os serviços domésticos e a televisão como forma de ocuparem o tempo.

O ócio imposto pela casa abrigo foi uma das grandes manifestações de inquietações das abrigadas, gostariam de utilizar a temporada no abrigo em algo mais produtivo, quando teriam oportunidade para realização de atividades relacionadas à aprendizagem

Tal fato nos remete à reflexão acerca do papel de dispositivos desse tipo no apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, conforme previsto em documentos oficiais. De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Portaria 003, de 24 de março de 2005, o dispositivo casa-abrigo será utilizado, somente, quando todos os outros recursos falharem, pois a mulher goza do direito de permanência em seu local de convivência social, sua residência, garantindo a preservação dos vínculos afetivos, sendo encaminhada ao abrigo em última instância (BRASIL, 2006).

A condição de abrigada é expressa pelas mulheres de formas diversas:

[...]Pois eu me preocupo muito com o meu futuro, o que será de mim? Ficar sem fazer nada é ruim, destroi a mente da gente.[...] (Dadá)

[...]Eu queria que aqui tivesse curso de cozinha, costura, também queria passear, ir à praia, já pensou se deixassem a gente passear? [risos]. Queria comer em restaurante. Nunca comi em um[...] (Adelaide).

[...]Só resta cuidar da casa, e nunca está bom, a gente lava, lava, lava e nunca está limpo. O negócio é sério. Queria que aqui tivesse uma horta para gente cuidar, adoro plantar. A outra casa que eu morava tinha pé de tomate, eu adorava cuidar dele.Fazer algum curso seria muito bom. A gente passa o dia sem fazer nada, é ruim demais ficar assim [...] (Maria Bonita).

[...]Ficar sem fazer nada só piora. Pela manhã a gente arruma a casa, e à tarde a gente dorme, depois conversa, assiste televisão é isso[...] (Dulce).

[...]Sei que aqui não tem isso, mas eu queria aprender a ler e escrever, seria bom? Na igreja que eu frequento, tem aula para adulto, mas ele nunca deixou eu ir[...] (Naninha)

Como consta na portaria que regulamenta a casa-abrigo, seus objetivos preveem: promover atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus filhos de menor idade, em especial nas áreas psicológica, social e jurídica; promover condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando às ações da casa-abrigo programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, entre outros, fortalecendo a rede de atendimento; prover suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres

para reconhecerem seus direitos como cidadãos e os meios para efetivá-los; proporcionar ambiente e atividades favoráveis para que as mulheres possam exercer sua autonomia e recuperar sua autoestima (BRASIL, 2006).

Entre as ações programadas, deveria acontecer nas casas-abrigo destacamos o preconizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: educação e promoção da saúde física e mental das abrigadas e filhas (os) menores, sem violência, incluindo atividades pedagógicas, esportivas, lúdicas e de lazer; promoção e inserção profissional, mediante articulação com rede de parceiros da área social e de atividades internas voltadas para a capacitação profissional, a fim de preparar as mulheres para a inclusão no mercado de trabalho; acesso à justiça, com vistas à garantia dos seus direitos, incluindo o acesso à documentação, quando couber; promoção de estratégias de acesso à moradia; promoção da inserção escolar e ações pedagógicas recreativas para os (as) seus (suas) filhos (as), garantindo a permanência destes na escola, creches, etc., promoção do acesso à escola às mulheres que assim o desejarem (BRASIL, 2006).

No cotidiano da instituição, é visível o contraste entre o previsto em diretrizes da casa-abrigo e os relatos das abrigadas e as observações feitas durante o processo de pesquisa. Teoricamente, o regimento interno da instituição sinaliza para empoderamento e autonomia das abrigadas. Isto, porém, é percebido na prática, sobretudo nos relatos das abrigadas, ao enfatizarem o ócio improdutivo, a falta de liberdade e de estratégias que poderiam favorecer-lhes a reinserção social.

Assim, pautadas no hiato entre o discurso ideológico e a realidade vivenciada e observada no cotidiano da casa-abrigo, apresentamos alguns elementos considerados importantes para a mulher alcançar o empoderamento. Segundo pesquisa realizada em 2005 pelo *World Economic Forum* (WEF, 2005), para atingir tal objetivo é necessário:

- A presença da mulher no mercado de trabalho, a qual não está relacionada somente à redução da desproporção de pobreza entre mulheres e homens, mas também como medida essencial para a construção da identidade feminina. A sociedade precisa ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras dinâmicas de participação social.

Listamos a seguir alguns pontos de destaque sobre o empoderamento da mulher:

- A educação é, sem dúvida, o pré-requisito fundamental para o empoderamento da mulher em todas as esferas da sociedade. A alfabetização da mulher é de grande importância, pois, as mulheres representam um terço da população analfabeta no

mundo. É indispensável utilizarmos a educação como catalisador da diminuição das diferenças de gênero.

- Empoderamento político significa não somente a representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão formais ou informais, mas também seu direito a voz na formulação de políticas que afetam a sociedade onde estão inseridas.

- Saúde e bem-estar são termos inter-relacionados, considerando acesso à nutrição adequada, cuidados de saúde mental e física, segurança, lazer e moradia. A vulnerabilidade da mulher à violência é o mais óbvio aspecto da falta de segurança e, na maioria das vezes, essa violência tem um viés de gênero. Contudo, em virtude da falta de registros, é difícil a obtenção de dados precisos para medir a extensão real da violência praticada contra a mulher.

Como sabemos, a sociedade machista culpa a mulher pela violência sofrida. Desse modo, transforma a vítima em algoz, e a acusa de provocar as situações de violência, seja respondendo de forma grosseira ao marido, seja se insinuando para o estuprador. Nessa perspectiva, elas são segregadas da sociedade, passam por estigmas que agravam diretamente sua autoestima, já tão comprometida.

Empoderar é um dos objetivos propostos pela casa-abrigo. A ação prioritária é garantir a integridade física e psicológica de mulheres em risco de vida e dos seus filhos de menor idade, crianças e/ou adolescentes, favorecendo o exercício da sua condição cidadã, resgate e fortalecimento da sua autoestima, e possibilitando-lhes se tornarem protagonistas dos seus próprios direitos (PINHEIRO, 2006).

Para garantir a concretização de tais promessas, o Estado necessita ir além das ações de proteção física. É preciso proporcionar assistência de forma integral e contemplar a complexidade da problemática da violência contra a mulher.

Ressaltamos, porém: as leis e políticas públicas relativas à violência doméstica preconizam a proteção da mulher e dos filhos menores, porém deixam de fora o agressor. Ademais, retiram as vítimas das suas casas, confinando-as em instituições fechadas, mesmo sob a justificativa de protegê-las do agente agressor.

Com base no apreendido com o estudo, questionamos se essa forma de proteção do Estado, do modo como referido pelas mulheres, não se transforma, ela própria, em um ato de violência. Na condição de abrigada a mulher se vê forçada a sair da sua casa, a deixar o convívio familiar e comunitário; abre mão da própria liberdade e autonomia. Inegavelmente, a custódia do Estado sobre esta pessoa visa a proteção, inclusive e,

sobretudo, a preservação do seu direito de cidadã, o que vai além da proteção física e da assistência jurídica. Mas como resolver o problema sem incorrer em outro?

Segundo destaca estudo realizado por Gelles (1997), o período imediato após término de uma relação conjugal violenta representa um momento crítico para a saúde e segurança da vítima, pois, para o homem o fim da relação simboliza a perda do controle da situação. A relação violenta gera um custo/gratificação para o homem, e ver essa relação sendo desfeita, faz o agressor sentir-se prestes a um prejuízo.

A casa-abrigo, suas normas e objetivos tem papel fundamental na estruturação da rede de apoio e na reinserção social das abrigadas. No entanto, o discurso das usuárias desse dispositivo do Estado nem sempre confirma a efetividade de tais preceitos.

Durante o terceiro e último momento das oficinas, usamos como tema para expressividade a pergunta: Como me imagino depois de sair da casa-abrigo? Dessa forma, objetivamos suscitar projeções do futuro pós-abrigo e investigar perspectivas e sonhos das abrigadas. Nesse momento, oferecemos um álbum encadernado com páginas em branco, nas quais a mulher desenharia seu futuro após sair da casa-abrigo, giz de cera, lápis de cor, pincel atômico, cola branca.

Nessa perspectiva de projeção para o futuro, emergiu a seguinte subcategoria:

Subcategoria: A Mulher Projetada fora da Casa-Abrigo

As mulheres abrigadas não demonstraram dificuldades em projetar sonhos para o futuro, foi uma ação imediata. Verbalizaram e desenharam facilmente suas projeções, as quais podemos observar que o fator financeiro foi citado como determinante para construção de um futuro melhor.

O dinheiro representa o objetivo por possibilitar a satisfação dos mais variados desejos, a aquisição de bens úteis, necessários ou mesmo supérfluos. É um símbolo de múltiplas utilidades. No caso de mulheres vítimas de violência, sua simbologia ultrapassa a aquisição de bens materiais, representando a quebra de grilhões de algumas mulheres que, durante muitos anos, estiveram dominadas por seus homens e pela condição de mantenedores do lar e opressores de suas mulheres. Vejamos alguns relatos:

[...] Quero outra vida, pois a que eu tinha não desejo nem para meu inimigo. Quero trabalhar, queria trabalhar cuidando de criança, quero ter meu dinheiro, ser alguém? [...] (Catarina).

[...]Eu trabalhava em casa de família. Ele sempre foi contra, não queria me deixar trabalhar, ele sabia que eu precisava. Por isso, agora que ele não existe mais na minha vida, vou sair daqui e quero trabalhar, ter minhas coisinhas sabe? [...](Dadá)

[...] o título do meu livro é: Sonhos da vida (risos), quero realizar meus sonhos, trabalhar, cuidar dos meus filhos [...] (Adelaide)

[...] Uma vida nova, quero um emprego, voltar a estudar e, se Deus quiser, fazer uma faculdade, realizar meus sonhos como todo ser humano, não sou diferente [...] (Maria Bonita)

[...]Ainda sou nova, por isso quero conseguir um emprego pra melhorar de vida, tudo eu pedia para o meu marido, até dinheiro pra comprar absorvente, isso quando ele tinha, pois quando ele não tinha dinheiro eu me forrava com fraldas velhas que meu filho não usava mais [...](Nenê)

Evidentemente, a dependência financeira não é a única responsável pela manutenção de uma relação conjugal violenta. Existe uma série de fatores causais a sustentar a perduração dessa situação durante séculos em toda a sociedade. Mas não podemos desprezar sua relevância no momento em que a mulher percebe a necessidade de sair da relação. O emprego pode representar uma possibilidade de libertação e de autonomia, conforme ressaltado por algumas delas.

Contudo, obter emprego é cada vez mais difícil diante da competitividade dominante num mercado de trabalho cada vez mais restrito e exigente por mão-de-obra qualificada. Essa realidade torna-se mais dura quando observada pela ótica de gênero. De acordo com as estatísticas, a tendência mundial aponta para a feminização da pobreza.

O trabalho pode simbolizar independência, realização pessoal e participação, definindo *status* social. Assim, o desemprego alimenta o agravamento de problemas sociais, como exclusão social, perda da autoestima, desigualdade social, aumento dos índices de violência, entre outros (OLIVEIRA, 2002).

Enfatizamos, no entanto: a definição de pobreza não deve estar vinculada somente à questão da renda e da falta de recursos econômicos. É necessário entendê-la como um fenômeno com dimensões sociais, políticas e culturais. O fenômeno da pobreza está igualmente ligado a outras categorias, como desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005).

Ser pobre significa muito mais que estar em uma camada social na qual os recursos financeiros são limitados; significa ter um comprometimento dos micro e macrosistemas que compõem o existir da humanidade. Representa estar mais exposto à discriminação, ao desemprego, às drogas, violência, doenças causadas pela falta de

saneamento básico, carências alimentares, não acesso à educação de qualidade, entre outros fatores determinantes da qualidade de vida. A limitação desses fatores constructos do viver com qualidade parece ganhar mais vulnerabilidade quando percorremos a linha de gênero.

Como consta em Melo e Bandeira (2005), a categorização da pobreza numa perspectiva de gênero tem seus pressupostos na análise das desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade, em todos os âmbitos. Entender de que forma essa pobreza interfere na desigualdade, presume explicar a pobreza não somente em um conceito descritivo da desigualdade financeira, mas também pela desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres em todos os lugares.

Na América Latina a taxa de desemprego entre mulheres continua crescendo comparativamente à dos homens. Além disso, o subemprego e a ocupação informal são mais frequentes entre as trabalhadoras. De acordo com o Banco Mundial, a taxa de ocupação (entre 25 e 49 anos) no Brasil corresponde a 50,3% de mulheres, contra 73,2% de homens. A diferença salarial também é bem significativa e mesmo quando a mulher alcança uma posição privilegiada no mercado de trabalho, continua a ganhar menos que o homem (MELO; BANDEIRA, 2005).

Ainda quanto à situação da mulher em uma relação violenta, consoante salienta Dias (2004), os fatores econômicos influenciam não apenas na permanência da mulher nesta relação, como também a violência é mais comum em famílias de baixa renda, embora também ocorra em famílias de alto e médio poder aquisitivo. Todavia, a probabilidade de violência em famílias pobres é mais alta. Um desses motivos está relacionado com o desemprego, quer seja do homem, que canaliza suas frustrações para mulheres e filhos, quer seja da mulher, ao temer o abandono do lar e não dispor de condições financeiras para se manter e aos filhos.

Como percebemos, uma característica comum à maioria dos seres humanos, idealizada, esteve presente nas formas de expressividade das informantes, a tão sonhada felicidade. Como não poderia ser diferente, ao abordarmos o fenômeno da violência, as falas das abrigadas expressaram desejos como transformação, realização, sonhos e felicidade. Foram lançadas como arcabouço de um futuro ainda obscuro, considerando a dura realidade de cada uma delas. Sonhos presentes nas falas:

*[...]Quero ser feliz. Esse sol representa como eu quero que seja meu futuro
[...]* (Adelaide)

[...] É isso que penso para o meu futuro, viver de novo. É isso que quero, sair daqui e viver, ser feliz. Quero levar um abraço do meu filho, tirar ele das drogas, ele não é uma pessoa ruim, as drogas é que “viraram” a cabeça dele[...] (Dadá)

[...] Tem que ter um sorriso na cara, espantar o sofrimento. É assim que quero viver depois que sair daqui, quero cuidar dos meus filhos, sorrir, rezar, viver. [...] (Mariquinha)

[...] Transformação e realização, são essas as palavras, Quero ser feliz! Eu sempre sonhei. É bom a gente colocar os sonhos em prática, porque toda vida que eu falava de um sonho, ele vinha me derrotar, dizer que eu não conseguiria, que era melhor eu ficar na minha [...] (Maria Bonita)

[...]Quero o que toda mulher quer na vida, ser feliz, realizar meu sonhos, ver meus filhos felizes. Sei que na vida sempre tem altos e baixos, mas nunca fui feliz, nem meu filho era, pois a vida que eu tinha não era fácil[...] (Nenê)

Tão complexa quanto a própria palavra felicidade é a reflexão: o que seria a hermenêutica de ser feliz? Estaria associada ao prazer, segundo o pensador Demócrito, que a definia como interligada ao prazer e à proporção da vida? Ou a explicação de Aristóteles ganha mais importância ao relacionar a felicidade às três espécies de bens: bens exteriores, bens do corpo e da alma. Para Kant, felicidade é a condição do ser racional no mundo para quem, ao longo da vida, tudo acontece de acordo com seu desejo e vontade (ABBAGNANO, 2007).

Todos os conceitos convergem para a felicidade como um anseio infinito e humano. A vontade de ser feliz é uma das características a distinguir o ser humano dos outros animais. De modo geral, a noção de felicidade guarda analogia com as expectativas individuais do ser, e sofre interferências de fatores econômicos, sociais, espirituais, culturais e religiosos.

Ser feliz, muitas vezes, requer uma ação de transformação, construção e reconstrução. Palavras como transformação, sonhos e felicidades, citadas por Maria Bonita e pela maioria das outras informantes, se assemelham à medida que percebemos o contexto violento vivenciado por essas mulheres.

Nesse cenário de desventuras, elas consideram possível incorporar a palavra sonho, como algo que transpõe a ação da imaginação durante o sono. Adotam o ato de sonhar como parte fundamental para sua existência e sobrevivência. Alimentam sonhos de poder ter uma casa na qual vivam com seus filhos; ter uma noite de sono tranquila, sem o temor de serem acordadas com agressões do companheiro violento; dar um sorriso largo, sem se preocupar com os dentes destruídos pela violência e falta de autoestima, de cuidados ou, quem sabe, oportunidade de manter dentes “apresentáveis;”

sonho de poder ir a um restaurante, pelo menos uma vez na vida; de estudar, ter um trabalho, uma profissão, uma vida digna.

Reconstruir sua vida, tomar para si, o às vezes doce, às vezes amargo, legado de buscar ser feliz, viver, e ter o poder de decisão sobre própria história. Literalmente, retomar sua vida intrinsecamente perdida, como podemos observar na fala de Dadá, 43 anos, vendedora, dez anos em uma relação violenta, era espancada pelo companheiro e pelo filho usuário de drogas, abrigada há um mês:

“[...]Perdi minha vida com tanto sofrimento. Às vezes, eu pensava que não podia piorar, mas, sempre piorava. Mas, Deus me deu uma chance de viver[...].”

Este relato, remete a uma perda do sentido da vida, como se a vitalidade lhe fosse retirada. Viver implica muito mais que um ciclo biológico no qual o ser humano nasce, cresce, multiplica-se e morre. As características biológicas são apenas parte de um ciclo vital com escopo em ações concretas e subjetivas advindas do ser humano. Sentir-se vivo é fundamental para assumirmos atos de mudança em nossa história.

Segundo Tomás de Aquino, vida significa a substância, a qual convém por natureza mover-se ou conduzir-se espontaneamente e de qualquer modo para a ação (ABBAGNANO, 2007). Partimos do pressuposto de que o direcionamento dos nossos atos é vital e inerente a quem age na condição de ser humano vivente e com poder de decisão sobre sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Mariquinha, Dadá, Cristina, Inacinha, Adelaide,
Maria Bonita, Naninha, Lili, Dulce, Catarina.*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Podem pensar que me verão caída ao chão,
saibam que me levantarei mesmo estando num beco sem
saída, mesmo que minha vida vire tempestade, sei que vai passar.
darei a volta por cima e estarei em pé, coluna ereta,
cheia de esperança, por isso, desista,
tenho este mantra em meu coração:
"nunca me verás caída ao chão
(Esmeralda Ribeiro)*

A banalização da violência, na sociedade atual, e a ausência ou a ineficiência de políticas públicas têm perpetuado atos de exclusão social, danos físicos, psicológicos e manutenção do ciclo de tal fenômeno. Essa realidade é ainda mais dura quando a vítima em discussão é a mulher, por trazer consigo uma série de fatores históricos, culturais, religiosos e políticos que abonam os atos violentos quando o agressor é esposo ou companheiro da vítima.

Neste estudo, ressaltamos o tipo de violência mais praticado contra a mulher, a violência doméstica, em particular, a conjugal. Parece que o fato de ser mulher, esposa ou namorada de um homem, obrigatoriamente, dá o direito, ao seu companheiro, de puni-la, humilhá-la, ameaçá-la e, até assassiná-la. Neste tipo de relação, o agressor se “apropria” da mulher, da sua dignidade e vontade. Com isto, se estabelece distorção do significado de gênero, o qual, em uma sociedade de concepções machistas, finda por transformar o diferente em desigual e nesse processo o feminino paga o ônus do subjugo, do desrespeito e da violência, transvertida em todas as suas formas.

Atraídas por essa assimetria injusta, nossas indagações nos motivaram a adentrarmos no universo de mulheres vitimadas pela violência, na qual seus algozes eram seus companheiros. Entretanto, no estudo, mantivemos uma visão voltada não somente para as mulheres e sua realidade, mas para o panorama das políticas públicas, sob a forma de dispositivos criados e adotados pelo Estado para atuar junto às vítimas.

No Brasil, contamos com políticas públicas, dispositivos legais e ações que definem e estabelecem medidas e estratégias de apoio à mulher vítima de violência doméstica, propondo, inclusive, a criação de serviços de proteção a estas pessoas.

Da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres faz parte uma agenda de prioridades de ações destinadas à prevenção, à assistência e à garantia dos direitos da mulher. Seu baluarte seria a integração dos serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, de modo a romper o

ciclo da violência praticada contra a mulher, enfatizando sua autonomia. Todavia, como constatamos, existe um hiato entre a definição de tais políticas públicas e o direcionamento de ações voltadas às demandas específicas determinadas por elas. Conforme percebemos, as ações jurídicas, embora limitadas por um Poder Judiciário moroso, mostram-se mais evidentes e eficazes do que outros tipos de medidas de atenção e apoio previstas, tão importantes quanto às definidas na instância jurídica.

Dessa forma, retomamos os objetivos propostos neste estudo que tem como objetivo geral: compreender a vivência da mulher relacionada com a violência doméstica e com o abrigo institucional. E específicos: apreender o modo como vivencia a violência e a passagem pela casa-abrigo; identificar ações desenvolvidas pela instituição durante o abrigo na perspectiva das diretrizes e objetivos da política de abrigo.

Portanto, foi possível apreendermos que a violência esteve e continua presente na vida das informantes de maneira sistemática, como exposto nas diversas categorias de acordo com os discursos, desde tenra idade, as entrevistadas sofreram e ainda sofrem as mais variadas formas de agressão. Entre estas, destacamos a violência física e a psicológica, a interpessoal, sob a forma de trabalho infantil, assim como, aquela baseada nas questões de gênero e, por fim, a violência conjugal.

Os autores de tais atos de violência são familiares, com ou sem laços sanguíneos, pais, madrastas, padrastos, irmãos e companheiros. Os motivos que justificam as agressões variam com o ciclo vital das entrevistadas: na infância, a violência foi usada como forma de “educar”, “disciplinar”, punir e, no caso do trabalho infantil, contribuir economicamente com as despesas domésticas, em um cenário de miséria e segregação social. No contexto conjugal, os elementos catalisadores dos atos violentos foram o ciúme manifestado pelo companheiro e a apropriação dele sobre o corpo da mulher, acarretando um verdadeiro “circo dos horrores”, permeado pela violência física, psicológica e sexual.

Ao investigarmos sobre a vivência das abrigadas na casa-abrigo, as mulheres, em palavras, cores e formas construídas em um espaço proporcionado pelas oficinas autoexpressivas, revelaram que se sentem privadas da própria liberdade, isoladas e com grandes dificuldades de adaptação, em decorrência, sobretudo, do isolamento social, do ócio e dos conflitos internos. Estes sentimentos foram apreendidos por nós como um paradoxo, porquanto, a vítima é retirada do lar e do convívio de familiares, enquanto o agressor permanece livre até a liberação das medidas protetivas.

A sensação de confinamento é agravada pelo completo ócio relatado pelas entrevistadas. Expressaram a expectativa de a casa-abrigo lhes propiciar a construção de um novo futuro, mediante a realização de cursos de capacitação, proporcionando um novo recomeço, principalmente considerando o perfil dessas mulheres: jovens, em idade produtiva, com baixa escolaridade, oriundas de áreas periféricas de Fortaleza ou de pequenas cidades do interior do Ceará, em sua maioria donas de casa ou domésticas, sem possuir experiência em outro tipo de atividade laboral.

Ao analisarmos a organização da casa-abrigo, quanto à constituição do seu quadro funcional e o tipo de demanda atendida, merece destaque a inexistência de alguns profissionais, tais como o psicólogo, uma vez que são muitas as queixas e sequelas emocionais oriundas da vivência de violência das mulheres abrigadas. Segundo observamos, em caso de necessidade, as abrigadas eram encaminhadas para um Centro de Referência de Combate à Violência contra a Mulher para atendimento terapêutico. Essa realidade nos inquietou, pois uma mulher que sofreu agressões físicas e psicológicas, e até espancamento, a ponto de ficar desacordada, foi ameaçada de morte, e submetida a toda ordem de violência, precisa, seguramente, de atenção psicológica sistemática.

As dez entrevistadas queixaram-se de dores físicas e somáticas, como gastrites, comportamento depressivo, ideias suicidas, tentativa de suicídio, comportamento de agressividade com os filhos, autoestima comprometida, entre outras alterações e comprometimento da sua saúde física e mental. Ademais, seus filhos, considerados vítimas secundárias, testemunharam verdadeiras atrocidades praticadas contra a mãe e, por vezes, foram vítimas de violência infantil, necessitam de cuidados especiais.

Embora tenham passado por experiências dolorosas, exibindo feridas no corpo e na alma, em virtude da vivência de violência conjugal, por longos períodos, as mulheres da casa-abrigo mantêm viva a esperança e a perspectiva de dias melhores. Projetam um futuro, após o abrigamento, com grandes conquistas. Entre estas, destacamos: a independência financeira, vista como forma de “libertação”; esperam, também, acolhimento, por parte dos familiares, e aproximação com os filhos, tal como outras pessoas; desejam, intensamente, ser felizes, realizar sonhos e superar as dores e marcas deixadas por anos de violência.

Sabemos ser necessário, também, transpor a visão reducionista de deixar à margem ações de suporte emocional para as vítimas de violência, sejam elas primárias, no caso da mulher, ou secundárias, no caso de filhos e outros membros da família.

Promover a qualidade de vida de pessoas vitimadas por tal fenômeno implica, se orientar por meio da subjetividade e procurar dar conta dessa dimensão sob uma perspectiva politicamente eficiente.

Conforme definida pelo Estado, a casa-abrigo, configura-se como um lugar seguro e sigiloso que promete atendimento integral a mulheres em situação de risco de morte iminente em razão da violência doméstica, protegendo-a dos atos do agressor. Durante o período de abrigamento, a mulher deve reunir condições necessárias para retomar o curso da sua vida, através do atendimento integral e interdisciplinar, em especial, nas áreas psicológicas, social e jurídica; da promoção de condições de inserção social da mulher sob a forma de programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches e profissionalização; do exercício de atividades pedagógicas, esportivas, lúdicas e de lazer.

Apesar de tudo isto estar previsto para acontecer no processo de abrigamento, o apreendido junto às mulheres do estudo mostrou outra realidade, a qual se configura em seus discursos como faltas ou ausências: “*Sinto falta de poder cozinhar para os meus filhos, ir para a igreja. Queria poder passear [...]*”(Mariquinha); “[...] *Estou aqui há quinze dias e parece quinze anos.*” (Lili); “*Queria aproveitar mais o tempo que estou aqui* (Cristina); [...] *Eu queria fazer um curso de cozinha, costura, também queria passear [...]*(Adelaide); [...] *Fazer algum curso seria muito bom. A gente passa o dia sem fazer nada [...]*”(Maria Bonita); “[...] *Sei que aqui não tem isso, mas eu queria aprender a ler e escrever [...]*” (Naninha).

Os discursos das mulheres, associados às nossas observações, revelam que o período de abrigamento e as ações da casa-abrigo não atendem ao preconizado pela política pública para este dispositivo de atenção e apoio à mulher. Tal política promete uma assistência integral e multidisciplinar, pautada no lazer, profissionalização, pedagogia, promoção da saúde e reinserção social das abrigadas.

Quanto às audiências jurídicas, são uma realidade. Esse suporte está presente, assim como a preocupação com a integridade física das abrigadas e filhos. Isto nos leva afirmar que as ações da casa-abrigo estão, basicamente, orientadas nessas duas perspectivas. Sabemos que a instituição casa-abrigo, sozinha, não dará conta de mudar a realidade de mulheres vitimadas pela violência conjugal. Urge, portanto, o fortalecimento e articulação da rede teoricamente existente e composta por Centro de

Referência, serviço de apoio jurídico, defensorias públicas, corpo de bombeiro, delegacias da mulher, outras delegacias, polícia militar, atenção básica, escola, universidades, órgãos comunitários, Organizações não Governamentais e Conselhos de Direitos da Mulher.

Com base na compreensão da vivência das mulheres vítimas de violência doméstica assistidas na instituição casa-abrigo, foi possível apreendermos que as ações desenvolvidas pelo Estado contemplam, parcialmente, o previsto para este dispositivo de apoio e assistência. Todavia, prestam-se mais, à proteção física e à assistência jurídica das suas abrigadas e filhos. Como observamos, não são realizadas outras ações previstas, relacionadas, particularmente ao apoio emocional das mulheres e seus filhos e ao processo de reinserção social.

Desse modo, pautadas nos relatos das informantes e em observações feitas pelas pesquisadoras, confirmamos nossa tese de que **o Estado, representado pelo dispositivo casa-abrigo assiste a mulher submetida à violência conjugal por meio de ações de proteção física e jurídica, tendo pouco impacto no processo de reinserção social das abrigadas.**

Se existe um plano socioterapêutico que contemple as ações programáticas da política de abrigamento, não está visível, enfatizamos também que são limitados os recursos humanos e materiais. Ressaltamos, porém, o seguinte: apesar da assimetria entre as ações voltadas ao abrigamento e o previsto na política pública relativa à mulher vítima de violência doméstica, a equipe de trabalho se mostra comprometida e procura atuar de modo a contemplar as demandas apresentadas, mas esbarra em obstáculos de ordem material e técnica.

Esperamos que nossa pesquisa contribua para mudar a realidade observada e que suscite uma reflexão acerca do nosso panorama político e a exequibilidade das políticas brasileiras; desperte no meio acadêmico a necessidade e interesse investigativo sobre o fenômeno da violência e seu entorno; dissemine informações que concorram para ao menos fragilizar a máxima “em briga de marido e mulher não se mete a colher”; leve o (a) leitor(a) conhecer a realidade das vítimas e mudar preconceitos negativos, e finalmente, contribua para que os gestores revejam as ações do Estado e a forma como a casa-abrigo pode colaborar efetivamente para mudar a realidade das suas abrigadas.

Cientes das limitações do nosso estudo dadas à complexidade do fenômeno da violência, a nossa aproximação somente da realidade de uma casa-abrigo e o número de mulheres participantes do estudo porquanto, não temos a pretensão de esgotar a

temática. Em face da gravidade inerente ao fenômeno da violência contra a mulher, esperamos contribuir para a apreensão e reflexão desta realidade.

Para nós, como pesquisadora e mulher, ficam, também, as fortes vivências, impressas no corpo e na alma, destas dez sobreviventes-guerreiras, autodenominadas de “cangaceiras”.

Ao final deste estudo, constatamos o quanto ainda precisa ser pesquisado sobre o fenômeno da violência de gênero e o quanto precisamos refletir e mudar o que está posto, neste que pode ser considerado atualmente um dos flagelos da humanidade.

Aliamos nossas forças e prestamos nossa homenagem pela resistência e coragem a estas e a tantas outras mulheres “cangaceiras”: Maria Bonita, Naninha, Lili, Dulce, Catarina, Mariquinha, Dadá, Cristina, Inacinha e Adelaide. São elas mulheres que amam, sofrem, choram, mas, também, lutam, resistem, buscam e sonham com dias outros, quando terão garantidos seus direitos de existir e ser cidadãs.

REFERÊNCIAS

*Mariquinha, Dadá, Cristina, Inacinha, Adelaide,
Maria Bonita, Naninha, Lili, Dulce, Catarina.*

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.
- ADEODATO, V. G. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, Fortaleza, v. 39 n.1, p.108-113, 2005
- ALBERTI, V. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.17, p. 24-29, 1996.
- ALBUQUERQUE, J. G. **Instituição e poder**. São Paulo: Graal, 1986.
- ALMEIDA, C. L. S.; ROHDEN, L. (Org.). **Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans- Georg Gadamer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000
- ANDRADE, K. R. **Violência doméstica/conjugal em Belo Horizonte: uma perspectiva exploratória de vitimização**. Belo Horizonte: CRISP, 2002. Disponível em:< http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/artigos_publicacoes/violencia_domestica.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2011.
- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. Estud.**, Maringá, v.7, n.2, p. 3-11, jul./dez. 2002.
- AZEVEDO, R. G. **Informalização da justiça e controle social: estudo sociológico da implementação dos juizados especiais criminais em Porto Alegre**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.
- BANDEIRA, L. A. **Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste**. Brasília, 2004. (Cadernos AGENDE).
- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
- BARNETT, O.W.; LAVIOLETTE, A. D. **It could happen to anyone: why battered women stay**. Newbury Park, California, USA: Sage Publications, 2000.

BENELLI, S. J. dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na instituição total. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 8. n 2, p. 99-114, 2003.

BLEICHER, J. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa, Portugal: Edições 70 Lisboa, 1999.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: 2007.

BONETTI, A.; PINHEIRO, L. **Primeiro ano da Lei Maria da Penha: algumas análises possíveis**. Brasília: SPM, 2007.

BORELLI, A. Adultério e a mulher: considerações sobre a condição feminina no direito de família. **Caderno Espaço Feminino**, v.11, n.14, p. 123-29, jan./jul. 2004.

BORIN, T. B. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre a violência em mulheres agredidas**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Resolução 196 1996. Brasília DF

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2004.

_____. **Balanco de ações 2006-2007**. Brasília, DF, 2007.

_____. **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília, DF, 2006.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.. **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: redações e artigos científicos vencedores** – 2008. Brasília DF: 2008.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente: lei federal nº 8.069/90**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2000.

BREITBART, W. Deus e a ciência: você pode acreditar nos dois? **Revista Essencial**, p. 13-15, ago./set. 2005.

CABRAL, M. A. P. *et al.* Representações da violência conjugal de 117 mulheres de Campinas, Brasil. **J. Bras. Psiquiatr.**, v. 49, p. 49-227, 2002.

CAMARGO, M.; AQUINO, S. Políticas públicas: estratégias na proteção de mulheres. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Programa de prevenção, assistência e combate a violência contra mulher: plano nacional: diálogo sobre a violência de gênero, construindo políticas para mulheres**. Brasília, DF, 2003.

CAMPOS, C. H. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. **Rev. Estud. Fem.** 2003, v. 11, n. 1, p. 155-170.

CARLINI, E. A. **I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o uso de Drogas Psicotrópicas: Estudo envolvendo as 24 maiores cidades do Estado de São Paulo**. São Paulo: CEBRID, UNIFESP, 2000.

CARVALHO, Q. C. M.; FROTA, M. A. Exploração sexual na infância e na adolescência: cotidiano e perspectiva. **Rev. RENE**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 63-70, set./dez. 2005.

CARVALHO, Q. C. M.; GALVÃO, M. T. G. **Violência sexual na infância : perspectivas sob a compreensão materna**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G.; ANDRADE, E. R. **Cultivando vida, desarmando violências:** experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CAVALCANTE, M. M. V.; VARELA, Z. M. V. Círculo de cultura em saúde: descobertas e mudanças entre as mulheres na família e na comunidade. In: BARROSO, M. G. T.; PINHEIRO, N. F. C.; VARELA, Z. M. Z. (Org.). **Saúde da família:** abordagem multirreferencial em pesquisa. Fortaleza: edições UFC, 2002.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 1999. Caderno Mais!, p. 3-5.

CHESNAIS, J. C. **Histoire de la violence en occident de 1.800 a nos jours.** Paris: Robert Laffont Éditeur, 1981.

CHIES, L. A. B. **Em busca do conflito perdido:** esgarçamentos daltônicos para uma justiça recriadora e armadilhas da Lei Maria da Penha. Niterói: UFF/ NUFEP, 2006. Texto apresentado no Seminário de Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CIORNAI, S. Arteterapia Gestáltica. In: CIORNAI, S. (Org.). **Percursos em Arteterapia.** São Paulo: Summus, 2004.

CONSELHO DA EUROPA. **Violencia contra a mulher na Europa.** Disponível em: <<http://www.coe.int/>>. Acesso em: 24 jan. 2009.

COSTA, C. L. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias femininas. **Cadernos Pagu**, v. 2. p.141-174, 1994.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: UFBA, 2005.

COUTO, S. M. A. **Violência doméstica: uma nova intervenção terapêutica**. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cad. Saude Publica**, v. 16, n. 1, p.129-137, 2000.

DEVREUX, A. Du balai au fusil: l'apprentissage de la domination masculine à l'armée. In: BESSIN, M. **Autopsie du service militaire 1965-2001**. Paris: Editions Autrement, 2002.

DIAS, I. **Violência na família uma abordagem sociológica**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

DINIZ, C. S. G; SILVEIRA, L. P.; MIRIM, L. (Org.). **vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil: alcances e limites (1980-2005)**. São Paulo: Coletivo Feminista e Sexualidade e Saúde, 2006.

DUAILIBI, S.; PINSKY, I.; LARANJEIRA, R. Prevalência do beber e dirigir em Diadema, estado de São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, v. 41, n. 6, p. 1058-1061, 2007.

DUARTE, A. Modernidade, biopolítica e violência: a crítica arendtiana ao presente. In: DUARTE, L. M. **A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ESPOSITO, V. H. C. Pesquisa qualitativa: modalidade fenomenológico-hermenêutica: relato de uma pesquisa. In: BICUDO, M. A. V.; ESPÓSITO, V. H. C. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1994. cap. 8, p. 81- 93.

FERREIRA, R. J. **A institucionalização das políticas de combate à "violência conjugal" no Brasil:** Inovações e controvérsias. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder.** São Paulo: GRAAL, 2004.

GADAMER, H. **Verdade e método I:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. São Paulo: Editora vozes, 2008.

GALVÃO, E. F. A.; ANDRADE, S.M. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do sul do Brasil. **Saude Soc.**, v.13, n.2, p. 89-99. 2004.

GELLES, R. J. **Intimate violence in families.** Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1997.

GIDDENS, A. **Conversas com Anthony Giddens:** o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOFFMAN, E. **Manicônios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOMES, R. **Sexualidade masculina, gênero e saúde.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social da rua:** análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez, 1997.

GRONDIN, J. **L'Universalité de l'Herméneutique.** Paris: PUF, 1993.

GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; LOSSO, J. C. M. **Gênero e violência:** pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GUATTARI, F. **Caosmose:** um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.

GUEZMES, A. **Violencia sexual y física contra las mujeres en el Perú**: estudio Multicentrico de la OMS sobre violencia de pareja y la salud de las mujeres. Lima: OMS, 2002.

GUIMARÃES, M. F. Trajetória dos feminismos: introdução e abordagem de gênero. In: CASTILHO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

GUZMAN, R. G. Y. E. **Violência conjugal contra a mulher**: bases para o aconselhamento em enfermagem. Rio de Janeiro: UFRJ/EEAN, 2003.

HAGEDORN, R. **Fundamentos da prática da terapia ocupacional**. São Paulo: Dynamis, 1999.

HARDWIG, J. Questões espirituais no fim da vida: um convite à discussão. **O Mundo da Saúde**, v. 23. n. 4, p. 321-324, jul./ago. 2000.

HEILBORN, M. L. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

HIRIGOYEN, M. **Assédio moral**. A violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

IBGE. Brasil já tem mais de 180 milhões de habitantes 2004. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207>. Acesso em: 2 mar. 2009.

JUNQUEIRA, M. F. P. S.; DESLANDES, S. F Resiliência e maus-tratos á criança. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 222-235, 2003.

KRUG, E.; DALBERG, L. (Org.). **World Report on Violence and Health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

KUNIYOSHI, M. S. **Institucionalização da gestão do conhecimento**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. p.195-200.

LAWN, C. **Compreender Gadammer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LEFRÉVE, F.; LEFRÉVE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia da pesquisa na saúde**. São Paulo: Pallotti, 2001.

LIMA, J. S. **Mulheres no cangaço**. Disponível em: <<http://www.tudonahora.com.br/noticia/artigos/2009/03/08/47667/mulheres-no-cangaco>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

LISBOA, M.; VICENTE, L.; CARMO, I.; NÓVOA, A. **Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres**. Lisboa: CIDM, 2003.

LOBIONDO-WOOD, G. **Pesquisa em Enfermagem**: Métodos, avaliação crítica e utilização. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001.

LOPES, A. M. D. A hermenêutica jurídica de Gadamer. **Rev. Informações Legislativas**, Brasília, ano 37, n. 145, jan./mar. 2000.

MEDEIROS, M. C. unidas contra a violência. In: CASTILHO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Brasília, 2005.

MELO, H. P.; BANDEIRA, L. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago de Chile, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Fala galera**: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fundação Osvaldo Cruz e Garamond, 1999.

MURARO, R.; BOFF, L. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NOGUEIRA, R. C. Recursos artísticos em Psicoterapia. In: CIORNAI, S. (Org.). **Percursos em arteterapia**: gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia. São Paulo: Summus, 2004.

NOLASCO, S. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas e ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OLIVEIRA, M. A. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

OLIVERIA, M. R. **Abertura econômica e desemprego**: relatório 2002. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/2002/11/03/abertura.html>>. Acesso em: 2 set. 2007

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diretrizes para os cuidados médicos legais com mulheres vítimas de violência**. Geneve, 2003.

PERLIN, G. D. B.; DINIZ, G. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? **Psicol. Clín.**, Rio de Janeiro, v.17, n. 2, p. 15-29, 2005.

PESCE, R. P.; ASSIS, S. G. Resiliência na infância e na adolescência: pistas para a promoção da saúde. In: SILVA, H. O.; SILVA, J. S (Org.). **Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2005. p.146-159.

PHILIPPINI, A. **Cartografias da coragem**: rotas em arte-terapia. Rio de Janeiro: Pomar, 2000.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PILLAR, A. D. **Fazendo artes na alfabetização**: artes plásticas e alfabetização. 4. ed. Porto Alegre: Kuarup, 1990.

PINHEIRO, M. M. J. As casas-abrigo: política pública de proteção à mulher vítima de violência doméstica. In: ANDRADE, J. T. **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, 2006.

POLIT, D.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médica, 2004.

PORTELLA, A. N. Novas faces da violência contra as mulheres. In: CASTILHO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. **Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social Rev. Social. USP**, São Paulo, v.12, n. 1, p. 187-200, 2000.

RATTO, A. L. S. Disciplina, infantilização e resistência dos pais: a lógica disciplinas dos livros de ocorrência. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1259-281, set./dez. 2006.

REBELLO, P. M. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Rev. Saúde Pública**, v. 41, n. 6, p. 970-978, 2007.

RIBEIRO, F. Ano de 2009 terminou com 98 mulheres assassinadas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 jan. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=603503>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

RIBEIRO, A. M.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, mar./abr. 2004.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. **Psicol. Clin.**, v. 2, n.12, p. 65-82, 2000.

ROCHA, I. M. L. N. **Violência de gênero e políticas públicas no Brasil: um estudo sobre as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica**. 2005. Tese (doutorado) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2005.

ROMEIRO, J. F. **A institucionalização das políticas de combate à "violência conjugal" no Brasil: inovações e controvérsias**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

RUFFA, B. **Mujeres maltratadas: casas-refúgios y sus alternativas**. Buenos Aires: SENDA, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, C. M. **Direitos Humanos das Mulheres e Violência contra as Mulheres: Avanços e Limites da Lei "Maria da Penha"**. Disponível em: < <http://www.patriciagalvao.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/>>. Acesso em: 13 jul. 2008.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: COSTA, A. R. (Org.). **Família: laços, redes e políticas públicas**. São Paulo: IEE-PUCSP, 2003.

SAYÃO, D. T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Revista Perspectiva**, v. 21 n. 1, jan./jun. 2003.

SCHLEIERMACHER, F. I. **Discursos acadêmicos [1829]: sobre o conceito de hermenêutica, com referência às indicações de F. A. Wolf e ao Compêndio de Ast"**. In: _____. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Texto I, p. 23-64.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. **Violência doméstica e sexual entre usuárias dos serviços de saúde**. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2002.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS corpo, 1996.

SIMIÃO, D. S. **Gênero no mundo do trabalho**. [S.l.], 2000.

SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda da desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n 1, jun. 2006.

SOKOLOFF, N.; DUPONT, I. Domestic Violence at the Intersections of race, class, and gender. [Violence Against Women](#), v.11, n.1, p. 38-64, Jan. 2005.

SOUTO, C. M. R. M. **Parahyba mulher guerreira sim sinhô: violência conjugal sob um olhar hermenêutico e de gênero**. Tese, Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza: DENF, 2008.

SPEAR, H. J. Qualitative research on adolescent pregnancy. **J. Pediatr. Nurs.**, v.18, n. 6, p. 234-244, 2003.

TAVARES, M. A. O trabalho infantil e as múltiplas faces da violência contra a criança e o adolescente. In: SILVA, L. M. P. (Org.). **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Recife: EDUPE, 2002.

TELES, M. A. A.; MELO, M. **O que é a violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TEXEIRA, A. Mulheres: fruto de dominação e fruta para libertação. In: NEVES, M.; VALDEZ-ROJAS, J. C. Violência intrafamiliar: enfoque de gênero. **Rev. Cubana Med. Gen. Integr.**, v. 18, n. 4, p. 248-250, 2002.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clinico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica- discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VALDEZ-ROJAS, J. C.; SALASAR-LIMA, A.; HERMANDEZ-MOREJON, E.; DMINGUEZ-SANCHER, M.; TORRE-DIANEZ, R.; BARBOSA-RODRIGUEZ, D. Violência Intrafamiliar. Enfoque de gênero. **Rev. Cubana Med. Gen. Integr.**, v. 18, n. 4, p. 248-250, 2002.

VALLADARES, A. C. A.; NOVATO, A. C. R. S. Aspectos transformadores da construção em arteterapia com adolescentes. **Rev. Eletr. Enferm.**, Goiânia, v.3, n.1, jan./jun. 2001.

VICTORIA, C. G.; KNAUTI, D. R.; HASSEN, M. N. **Pesquisa qualitativa em saúde**. Porto Alegre: Too editorial, 2000.

VIEIRA, M. R. S.; LORANDI, P. A.; BOUSQUAT, A. Assessment of pharmaceutical care for pregnant women treated in the public health system in Praia Grande, São Paulo State, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000600022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 July 2008.

VILHENA, J.; MAIA, M. V. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 2, n. 2, set. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482002000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 24 set. 2010.

VILLELA, W. Mulher e saúde mental. In: _____. **Reunião da Rede Feminista de Saúde: O feminino e o SUS, as mulheres e o controle social.** São Paulo: [s.n.], 2003. p. 50-51. Documento síntese da Rede Feminista de Saúde: Direitos sexuais e reprodutivos.

WHITE, S. D. Skin diseases. In: ROBINSON, N. E. **Current therapy in equine medicine.** 5th ed. Philadelphia: Saunders, 2003. cap. 4, p. 217-218.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Comitted to improving the state of the world.** Geneva, 2005.

WU, R. **Heidegger e a Possibilidade do Novo.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda.** Tese (Doutorado) - Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

APÊNDICES

Instrumento de coleta de dados
DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Identificação: Idade _____
Escolaridade _____
Ocupação _____
Renda Pessoal: Renda familiar _____
Estado Civil: Há quanto tempo em união conjugal (anos): Número _____ de
filhos _____
Procedência _____ Bairro _____
Tipo de moradia:
Com quem mora:
Primeira vez no abrigo? _____
Tempo no abrigo: _____

QUESTÕES PARA COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA

1. COMO ERA SUA VIDA ATÉ CHEGAR AQUI?
2. O QUE TE MOTIVOU/LEVOU A PROCURAR A DELEGACIA DA MULHER?
3. COMO SE SENTE EM RELAÇÃO AO AGRESSOR?
4. COMO PERCEBE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?
5. DE QUE MODO A VIOLÊNCIA INTERFERIU NA SUA VIDA E DA TUA FAMÍLIA?
6. GOSTARIA DE FALAR MAIS ALGUMA COISA?

TEMAS PARA DIRECIONAMENTO DOS MOMENTOS EM GRUPO

- 1ª OFICINA - TEMA: COMO ME SINTO NO MOMENTO (INTRAPESSOAL).
- 2ª OFICINA - TEMA: COMO EU ME SINTO NA CASA-ABRIGO (RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO).
- 3ª OFICINA -TEMA: COMO ME VEJO DEPOIS DE SAIR DA CASA-ABRIGO (PERSPECTIVA PARA O FUTURO).

Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem – FFOE
Rua Alexandre Baraúna, 1115 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza – CE / CEP: 60430-160

PLANO DE ATIVIDADES - PORTUGAL

**TÍTULO: MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOB
PROTEÇÃO DO ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA**

Doutoranda: Quitéria Clarice M. Carvalho

Orientadora: Professora. Dra. Violante Augusta Batista Braga - UFC/Brasil

Co-orientador: Professor. Dr. Wilson Correia de Abreu – ESEnf/Portugal

As atividades a serem realizadas em Portugal terão como objetivos: traçar um paralelo entre Brasil e Portugal acerca das políticas vigentes e seus dispositivos de apoio a mulheres vítimas de violência. O estudo tem caráter documental bibliográfico, no qual suas fontes de produção de dados serão o acervo da Universidade do Porto e Escola Superior D. Ana Guedes. Será realizada também uma visita aos dispositivos sociais de apoio a mulheres vítimas de violência conjugal (casas-abrigos e centros de referência) no intuito de conhecer as rotinas das referidas instituições.

- O primeiro momento: conhecer a Universidade do Porto e Escola Superior D. Ana Guedes, bem como acervos disponíveis para iniciar estudo documental bibliográfico.

- Segundo momento: investigar a rede social de apoio e os dispositivos utilizados pelo Estado, bem como complementar pesquisa com análise de políticas vigentes direcionadas ao combate a violência contra a mulher, casa-abrigo, centros de referência.

- Terceiro momento: entrar em contacto com gestores dos referidos dispositivos, casas-abrigo, centros de referência, esclarecendo previamente os objetivos da pesquisa e motivos da visita. Após aceite, realizar agendamento da visita.

- Quarto momento: realizar visitas, nesta etapa será utilizada a técnica de observação livre, para apreender rotinas das instituições fazendo um paralelo com as instituições do Brasil.

O estágio será encerrado mediante a elaboração de relatório final que será apresentado aos orientadores em Portugal e no Brasil para apreciação e, posteriormente, encaminhado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Quitéria Clarice Magalhães Carvalho



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM**

Rua Alexandre Baraúna, 1115 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza – CE / CEP: 60430-160

CARTA DE SOLICITAÇÃO DE APRECIÇÃO AO CEP

Ofício: S/N

Da: Pesquisadora em Enfermagem

Aos: Ilmos. Srs. Membros do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - UFC

Assunto: Solicitação de análise (FAZ)

Eu, Quitéria Clarice M. Carvalho R.G. nº:1860571-89, C.P.F. nº: 456095513-15, aluna do Doutorado em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará –UFC, responsável pelo projeto de pesquisa: **MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOB PROTEÇÃO DO ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA** encaminho o projeto da pesquisa supracitada para apreciação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Em caso de qualquer intercorrência, o CEP poderá entrar em contato com a pesquisadora na Rua Francisco Glicério, 935 apto 203 A Maraponga ou no telefone (85) 88188815/ 32928524.

Fortaleza ____ de _____ de 2009

Quitéria Clarice M. Carvalho

Pesquisadora Responsável

Dr^a Violante Augusta B. Braga

Orientadora - Prof^a Adjunto IV do Departamento de Enfermagem da UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

Rua Alexandre Baraúna, 1115 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza – CE / CEP: 60430-160

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Quitéria Clarice M. Carvalho, RG: 1860571-89, CPF: 456095513-15, enfermeira e discente do doutorado em enfermagem da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa: **MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOB PROTEÇÃO DO ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA**, comprometo-me a desenvolver o estudo supracitado conforme as diretrizes e normas regulamentadas pela pesquisa envolvendo seres humanos da RESOLUÇÃO No.196 de 10 de Outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde e de acordo com a Declaração de Helsinki (1965) e as revisões de Tokyo (1975) e Venice (1983).

Fortaleza, _____ de _____, 2009

Quitéria Clarice M. Carvalho
Enfermeira/UFC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara Senhora(o),

Sou aluna do Curso de Doutorado em Enfermagem na Promoção da Saúde da Universidade Federal do Ceará (UFC). Estou realizando, neste momento, um trabalho sob orientação da Professora Violante Augusta B. Braga, com título: **MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOB PROTEÇÃO DO ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HERMENÊUTICA**. Assim, você está sendo convidada a participar dessa pesquisa, para que possamos avaliar as contribuições que a Casa-abrigo oferece para que a mulher vítima de violência retorne à comunidade com melhores condições emocionais para reconstruir sua vida. Sua participação é importante, porém, você não deve participar contra sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A sua colaboração, caso aceite participar da pesquisa, será primeiro sob a forma de entrevista respondendo a perguntas sobre como você se sente na casa abrigo e como espera que seja após sua saída da Casa-Abrigo. Acrescento também que peço sua permissão para utilizar um gravador para gravar nossas conversas e suas respostas às perguntas feitas. O segundo momento de sua participação será em grupo com as outras moradoras da casa-abrigo, nos momentos de grupo faremos uso de material de pintura em papel, massa de modelar, argila. Esses momentos grupais acontecerão durante 3 dias consecutivos terão duração de mais ou menos duas horas.

Um dos métodos utilizados no meu estudo é a observação, portanto, gostaria de informar-lhe que estarei presente da casa abrigo por um período de um mês, observando as atividades e rotinas da instituição.

Devo informar também que caso a senhora sinta algum tipo de desconforto em qualquer momento dos nossos encontros, seja na entrevista ou nos grupos, e perceber que os mesmos geram em você sensação de angústia e sofrimento, pode interromper e falar da sua necessidade de não mais participar ou concluir tais momentos.

Dou-lhe a garantia de que as informações que estou obtendo, serão usadas apenas para a realização do meu trabalho e, também, lhe asseguro que a qualquer momento terá acesso às informações sobre os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo, inclusive para resolver dúvidas que possam ocorrer. Você tem a liberdade de retirar sua assinatura (consentimento) a qualquer momento e não participar do estudo, sem que isto lhe traga nenhuma penalidade ou prejuízo. Ressalto que este estudo não haverá pagamento para sua participação, no qual todas as despesas serão de minha responsabilidade.

E, finalmente, informo-lhe que, quando apresentar o meu trabalho, não usarei o seu nome e nem darei nenhuma informação que possa identificá-la e que **esse documento tem duas vias**, uma ficará comigo (pesquisador) e outra ficará com a senhora

Caso precise entrar em contato comigo, informo-lhe meu nome e endereço, já que sou a responsável pela pesquisa.

Nome: Quitéria Clarice M. Carvalho

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Francisco Glicério, 935 apto 203 A - Maraponga.

Telefone para contato: 85 32928524/ 88188815

ATENÇÃO: Para informar qualquer questionamento durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Rua Coronel Nunes de Melo, 1127, Rodolfo Teófilo. Telefone: 33668338.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

<hr/> <p>(Assinatura ou digital do(a) voluntário(a))</p>		<hr/> <p>Quitéria Clarice M. Carvalho (Responsável pelo estudo)</p>
<hr/> <p>Testemunha</p>		<hr/> <p>Nome do profissional que aplicou o TCLE</p>

